



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

**SELMA SANT'ANNA DA FONSECA SARDINHA**

DISSERTAÇÃO

**RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
UNIVERSITÁRIOS (AS).**

**SEROPÉDICA, RJ**

**2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

**RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
UNIVERSITÁRIOS (AS).**

**SELMA SANT'ANNA DA FONSECA SARDINHA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, conferido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração em Psicologia.

*Sob a orientação da  
Dra. Luciene Alves Miguez Naiff*

**SEROPÉDICA, RJ**

**2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S244r Sardinha, Selma Sant'Anna da Fonseca, 1967-  
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS:representações sociais de  
universitários (as) / Selma Sant'Anna da Fonseca  
Sardinha. - Seropédica, 2021.  
111 f.: il.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
Psicologia - PPGPSI, 2021.

1. Representações Sociais. 2. Relacionamentos  
abusivos. 3. Juventude. 4. Afetividade. 5. Relações de  
poder.. I. Naiff, Luciene Alves Miguez, 1969-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Psicologia -  
PPGPSI III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DEPARTº DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO**



**TERMO Nº 289/2021 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)**

**Nº do Protocolo: 23083.019006/2021-16**

**Seropédica-RJ, 17 de março de 2021.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

## **SELMA SANT'ANNA DA FONSECA SARDINHA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração em Psicologia.

Aprovado em 06/02/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de

assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Banca Examinadora: Profa. Dra. Anna Beatriz Esser dos Santos  
Universidade Iguazu (UNIG)

*(Assinado digitalmente em 18/03/2021 13:10)*

DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF  
CHEFE DE DEPARTAMENTO -  
TITULAR  
CHEFE DE UNIDADE  
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)  
Matrícula: 1547770

*(Assinado digitalmente em 17/03/2021 18:17)*

LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF  
PROFESSOR DO MAGISTERIO  
SUPERIOR  
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)  
Matrícula: 1765641

*(Assinado digitalmente em 17/03/2021 18:32)*

ANNA BEATRIZ ESSER DOS SANTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 124.174.337-10

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **289**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/03/2021** e o código de verificação: **fa2f2b769b**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta valorosa conquista aos meus filhos, razão do meu viver, porque muito do que eu sou devo a eles, e como forma de retribuição, compartilho esse momento significativo em minha trajetória acadêmica. À minha mãe e irmãos que contribuíram ao seu modo, com as reflexões sobre a temática da pesquisa.  
Aos mestres e amigos (as) que me incentivaram nesta caminhada.  
À Maria, o amor que está por vir.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder forças e entendimentos necessários a esta conquista.

Aos meus filhos, Pedro e João, por compreenderem a vida acadêmica que teci no paralelo de nossa convivência;

À minha mãe, D. Diva, irmãs e irmão, pelo estímulo à minha trajetória pessoal e profissional;

Aos amigos (as) que o curso de mestrado me apresentou, em especial à Ana Paula de Oliveira Souza, pelas resenhas nas idas e vindas para a Rural e pela força para superar os entraves na pesquisa;

Ao meu amigo, Marcos Antônio Oliveira, por seu apoio incondicional e incentivo fundamental para a realização do mestrado;

Ao corpo docente do PPGPSI/UFRRJ, representado pelo coordenador do PPGPSI, Ronald Ericeira, pelos conhecimentos carinhosamente compartilhados;

À professora, Anna Esser, que aprendi a admirar por sua generosa forma de compartilhar seu saber e disponibilidade em fazer parte das bancas de qualificação e de defesa;

Aos meus alunos (as) e à UNIG que me proporcionaram as chances de realizar a pesquisa;

Às mulheres vítimas de violência que encontrei na vida profissional que tanto me inspiraram para realizar este estudo;

Em especial ao casal Naiff, pelos ensinamentos engrandecedores. Ao professor, Denis Naiff, que agregou muito saber através da metodologia de ensino e dedicação a TRS, e à professora Luciene Naiff, uma querida, pela conduta respeitosa ao tema proposto e por me proporcionar vias e meios para a execução da pesquisa;

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

*“Quando a mulher avança, nenhum homem retrocede”.*  
(Tema da luta pelo fim da opressão e exploração. Paris,  
1878).

SARDINHA, Selma Sant'Anna da Fonseca. **Relacionamentos Abusivos: Representações Sociais de Universitários (as)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

### RESUMO

A juventude é a época em que as relações íntimas e afetivas são deflagradas com maior intensidade. Dessa forma, questões de gênero e papéis sociais costumam ser ativados e associados a modelos de comportamento nas relações afetivas. Nesse contexto, o lugar do homem e da mulher sofre diversos atravessamentos dos valores e princípios consensuados na cultura. A universidade, apesar de ser um lócus de constante ampliação de conhecimentos e trocas, também é lugar de expressão, e muitas vezes, do início ou a continuação das relações interpessoais afetivamente direcionadas. Neste sentido, a pesquisa teve como foco os relacionamentos abusivos, pois identificou se tratar de um fenômeno histórico, socialmente construído e transformado, que envolve um repertório de questões que perpassam a construção social de gênero, relacionamento afetivo e violência de gênero. Pretendeu-se, através da Teoria das Representações Sociais (TRS) apreender aspectos cognitivos, crenças, valores, opiniões, na forma de um saber que é elaborado e compartilhado por membros de um grupo de pertença. Portanto, investigar a possível existência das representações sociais de universitários (as) acerca de relacionamentos abusivos configurou o objetivo geral do estudo. A pesquisa foi realizada em outubro de 2020, com 210 universitários (as), de 09 Universidades do Rio de Janeiro e 01 do Rio Grande do Sul, públicas e privadas, através de compartilhamento de link pelas redes sociais. Os resultados indicaram que, as representações sociais para *Relacionamento Abusivo* apresentaram temas como *Medo, Raiva, Violência*, além de *Possessividade, Machismo, Dependência e Baixa Autoestima* como significados atribuídos pelos (as) jovens universitários (as) ao fenômeno estudado.

Palavras-chave: Representações Sociais. Relacionamentos Abusivos. Juventude. Afetividade. Relações de poder.

SARDINHA, Selma Sant'Anna da Fonseca **Relacionamentos Abusivos: Representações Sociais de Universitários (as)**. 2021. Dissertation (Master in Psychology). Institute of Education, Department of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

### ABSTRACT

Youth is the age when intimate and affective relationship are triggered with greater intensity. Thus, gender issues and social roles are often activated and associated with behavioral models in affective relationships. In this context, the place of man and woman suffers several crossings of values and principles consensual in culture. The university, in spite of being a locus of constant expansion of knowledge and exchanges, is also a place of expression, and often, of the beginning or continuation of affectively directed interpersonal relationships. In this sense, the research focused on abusive relationships because it identified whether it is a historical phenomenon, socially constructed and transformed, which involves a repertoire of issues that permeate the social construction of gender, emotional relationships and gender violence. It was intended, through the Theory of Social Representations (TSR) to apprehend cognitive aspects, beliefs, values, opinions, in the form of a knowledge that is elaborated and shared by members of a group of belonging, therefore, to investigate the possible existence of social representations about abusive relationships university students that configured the general objective of the study. The research was conducted in October 2020, with 210 university students from 09 universities in Rio de Janeiro and 01 from Rio Grande do Sul, public and private, through link sharing through social networks. The results indicated that the social representations for Abusive Relationship presented themes such as *Fear, Anger, Violence*, in addition to *Possessiveness, Machism, Dependence* and *Low Self-Esteem* as meanings attributed by the young university students to the studied phenomenon.

Keywords: Social Representations. Abusive Relationships. Youth. Affectivity. Power relations.

**LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS**

Tabela 1 - Quadro de quatro casas – modelo	66
Tabela 2 - Faixa etária dos sujeitos da pesquisa	66
Tabela 3 - Quadro de quatro casas – jovens	71
Tabela 4 - Quadro de quatro casas – adultos	73
Tabela 5 - Comparativo de denúncias	80
Tabela 6 - Análise de conteúdo questão 3 – jovens	81
Tabela 7 - Análise de conteúdo questão 3 – adultos	83

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Gênero	67
Gráfico 2 - Orientação sexual	68
Gráfico 3 - Em relacionamento afetivo	68
Gráfico 4 - Análise de similitude – jovens	75
Gráfico 5 - Análise de similitude – adultos	76

**LISTA DE ABREVIACÕES**

TRS	Teoria das Representações Sociais
TNC	Teoria do Núcleo Central
RS	Representações Sociais
RJ	Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
RC	Representações Coletivas
EUA	Estados Unidos da América
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
Op cit.	obra citada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
OMS	Organização Mundial de Saúde
Et al.	"e outros"

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)</b>	<b>17</b>
2.1 Breve Histórico da Teoria das Representações Sociais	17
2.2 Representações Sociais: A Teoria do Senso Comum	22
2.3 Como e porque se formam Representações Sociais	29
2.4 Teoria da Abordagem Estrutural (Teoria do Núcleo Central)	33
<b>3 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS</b>	<b>38</b>
3.1 A modernidade e as relações afetivas	38
3.2 Relações afetivas na juventude	40
3.3 Relacionamentos Abusivos: Definições e Manifestações	44
3.4 Relações de gênero e sexualidade	49
3.5 Legislações voltadas para as questões de gênero	54
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>61</b>
4.1 Piloto de Pesquisa	63
4.2 Procedimentos	64
4.3 Participantes	66
<b>5 RESULTADOS E ANÁLISES</b>	<b>68</b>
5.1 Evocações Livres	69
5.1.1 Análise Prototípica	69
5.1.2 Análise de Similitude	73
5.1.3 Análise em Conjunto das Evocações Livres	76
5.2 Análise de Conteúdo	81
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a graduação de Psicologia e no decorrer da construção da trajetória profissional, estive em contato com as temáticas sobre gênero, mulheres, patriarcado, vítimas de violência doméstica envolvidas em relacionamentos abusivos, tanto na atuação profissional como psicóloga, trabalhando com notificação de violência, atendimentos clínicos e nos grupos de empoderamento de mulheres, quanto docente em cursos de graduação.

Durante a realização de trabalhos sobre violência doméstica, optamos por trabalhar o tema Relacionamento Abusivo por considerar que a temática também abarcaria a violência de gênero e violência doméstica com sua tipificação de acordo com a Lei Maria da Penha. Porém, através deste tema, adentramos em diversos ambientes e desmitificamos o perfil de agressor, da vítima e do contexto da violência doméstica, ampliando a abrangência das formas de violência para um público jovem que está possivelmente, iniciando a experiência em relacionamentos afetivos.

Através dos diversos relatos coletados nas práticas profissionais, percebíamos o surgimento de conflitos em relacionamentos afetivos na juventude, até mesmo na modalidade do “ficar”, muito presente atualmente, tal qual nos descreve Bauman (2004) ao discorrer em suas obras sobre os relacionamentos fluídos, incertos, instáveis e rápidos da atualidade.

Segundo Paredes et al. (2006), paralelamente às mudanças que ocorrem no corpo e na mente do adolescente, está presente a convivência com normas sociais e culturais que são repassadas através da família, escola, religião e do Estado, moldando suas condutas e marcando significativamente essa excitante passagem da condição de criança para a vida adulta.

Segundo Souza (2018), por se tratar a adolescência e juventude de uma faixa etária identificada no desenvolvimento humano, onde vários fatores culturais incidem na formação dessas pessoas, a experiência de conflitos em relacionamentos afetivos marcados pela relação de gênero, ocasionaria possíveis níveis de comprometimento, tanto nos aspectos físicos quanto emocionais dos jovens.

Concernente aos contextos sociais onde a juventude socializa, os espaços universitários agregam um número expressivo de jovens com idades entre 18 a 29 anos, fase em que estão em plena descoberta, atividade e prática da sexualidade e afetividade (LOURO, 2000; ANACLETO, 2013, p.23).

De acordo com Souza (2018), a formação na universidade representa um período de várias experiências, considerada não somente como um lugar de promoção de conhecimento técnico-científico, bem como um contexto de construção e expressão de subjetividades e formação humana como um todo. Configura um espaço de convívio social identificado por encontros e desencontros, pelo construir e reconstruir de histórias, incluindo os relacionamentos afetivos que são experiências vividas pelos jovens através de um rico repertório de intimidades.

Em trabalhos efetivados em uma Universidade privada em Nova Iguaçu sobre o tema Relacionamentos Abusivos, foi apresentado o vídeo “Não confunda amor com abuso”, que apesar de não apresentar diálogo articulado, retrata cenas cotidianas que evidenciam os limites entre o carinho e o sentimento de posse e controle entre jovens em relacionamento afetivo. A exibição transcorre em poucos minutos com o início do relacionamento – fase em que tudo costuma ser perfeito – avançando de forma sutil com indícios de que se tornará um relacionamento abusivo, sem a percepção da figura feminina (a jovem personagem do filme), até que de fato o abuso é retratado nas cenas finais.

Nas exibições, colhíamos relatos de universitárias sobre a identificação com as cenas exibidas, bem como sobre o envolvimento em relacionamentos carregados de expressões de ciúmes e cuidados excessivos que, diante de algumas situações, extrapolavam para a agressividade verbal, psicológica e/ou física, porém por estar permeada de envolvimento sentimental e do carinho expresso em outras situações, elas não se consideravam vítimas de um relacionamento abusivo.

Considerando a Universidade como um possível lugar de flerte e paquera, percebe-se que a violência se faz presente nesses espaços e dentre elas, a violência de gênero, que atinge diretamente as relações afetivas, fato que podemos verificar através do crime cometido em 10/04/2018 por um estudante do curso de medicina de uma universidade em Nova Iguaçu/RJ<sup>1</sup>, que espancou até a morte sua namorada. O irmão da vítima, em seu relato para entrevistas jornalísticas, classificou o convívio entre eles, como sendo relacionamento abusivo, e a partir da perícia técnica realizada, configurou-se mais um caso inserido para o rol das estatísticas sobre feminicídio.

---

<sup>1</sup> cito link de acesso à reportagem (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/homem-e-presos-por-matar-a-namorada-e-manter-o-corpo-no-carro-em-nova-iguacu-no-rj.ghtml>)

Direcionar a presente pesquisa para universitários se torna salutar visto que a universidade não é apenas um momento de instrução, é também um ambiente de diálogo, trocas, de construção e de descobertas, onde diferentes culturas se entrelaçam num contexto dinâmico permeado de subjetividades (SOUZA, 2018, p.13).

O ambiente universitário, devido à referida complexidade, se apresenta como uma das mais influentes instituições sociais, pois é a partir das relações estabelecidas que indivíduos se humanizam e socializam, construindo valores e modelos de comportamento, com a finalidade de promover profissionalização, autonomia e a inclusão desses sujeitos numa sociedade macro ainda mais complexa.

Libâneo (1990) ratifica que o trabalho dos professores também prevê a prática social, dessa maneira se faz necessário atentar-se com a realidade do estudante, ademais é esperado que houvesse a reflexão diante da prática de violência e se construam formas para combatê-la.

Souza (2018) relata que a partir das pesquisas de Paiva e Figueiredo (2003), surgem dados que auxiliam a justificar a importância de se construir pesquisas com enfoque na temática. Através da pesquisa com uma amostra de 3.086 jovens estudantes universitários, foi apontado que 28,2% assumiram que em algum momento da relação direcionaram algum comportamento abusivo para o parceiro, tais como humilhar, monitorar as redes sociais e injuriar o parceiro, o que evidencia que a violência presente nas relações afetivas se estende para muito além do se sabe atualmente (SOUZA, 2018, p.15).

Outra questão que merece nosso destaque seria que, segundo os relatos coletados em atividades, as jovens se percebem incluídas nas formas de violência doméstica nos relacionamentos afetivos antes mesmo de vivenciarem um relacionamento formal de namoro.

Neste sentido, surgiu o desejo de realizar a pesquisa sobre relacionamentos abusivos, por identificar que se trata de um fenômeno histórico e socialmente construído e transformado, que envolve um repertório de questões que perpassam a construção social de gênero, relacionamento afetivo e violência de gênero, pretendendo alcançar a compreensão do referido fenômeno através da Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta pelo psicólogo social Serge Moscovici e colaboradores, trazer mais consistência ao fenômeno identificado.

Esta teoria, em sua extensão psicossociológica permite apreender aspectos cognitivos, crenças, valores, opiniões, na forma de um saber que é elaborado e compartilhado por membros de um grupo de pertença (PAREDES et al. 2006, p.9).

Portanto, identificar a possível existência das representações sociais acerca do

fenômeno Relacionamentos Abusivos em 210 universitários (as) configurou o objetivo geral do estudo.

Os objetivos específicos foram: identificar a estrutura das representações sociais através do núcleo do central e o sistema periférico; comparar a representações sociais de 130 universitários (as) até 29 anos de idade com as representações sociais de 80 universitários (as) acima de 29 anos.

A intitulada Teoria das Representações Sociais será utilizada como um guia de entendimento do conhecimento sobre os relacionamentos abusivos, adquiridos e compartilhados através das vias utilizadas para comunicação pelas jovens universitárias, favorecendo a análise das representações sociais sobre este fenômeno do senso comum.

Neste caso,

Por intermédio das experiências da vida diária, as representações sociais servem não só de guia para as ações, mas também de instrumento de leitura da realidade, permitindo a interpretação dos conhecimentos e das relações que indivíduos e grupos mantêm com o mundo e com os outros (PAREDES et al., 2006, p.126).

A princípio, para o desenho de metodologia utilizaríamos como instrumentos de coleta uma tarefa de evocação livre e questionário com perguntas abertas e fechadas, acrescido de um breve questionário sociodemográfico. Contudo, devido às conjunturas atuais em que atravessamos o período de pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov 2 que causa a Covid 19, e, portanto, preconiza o isolamento social como forma de evitar o contágio, tais propostas metodológicas tiveram que ser reestruturadas.

Utilizamos o formulário de pesquisa da plataforma Google para compartilhamento da pesquisa bem como do TCLE através de link via redes sociais. Como forma de analisar os dados coletados e construção de categorizações, utilizamos o suporte da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016).

O tratamento dos dados da pesquisa e a análise de conteúdo foi realizado com o auxílio do software de análise textual Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud (RATINAUD; MARCHAND, 2012) que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais.

O presente estudo traz em seu capítulo inicial as considerações sobre a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Abordagem Estrutural. O segundo capítulo versa sobre Relacionamentos Abusivos. Dando seguimento, apresentamos os objetivos, metodologia e o capítulo dos resultados e análises.

## **2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)**

### **2.1 Breve Histórico da Teoria das Representações Sociais**

A concepção de que os indivíduos e os grupos organizam as informações advindas da realidade de forma cognitiva e social, e de que as instituições e as sociedades são contextos pensantes, implica em um novo modo de olhar para a constituição das instituições sociais e para os comportamentos individuais e coletivos. “Os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social” (VALA, 2006, p.457).

Considerando o processo de interação social como algo propício para a elaboração do conhecimento pelo sujeito, seria através da socialização que acontece a (re)construção de valores e ideias que abrangem amplamente a sociedade. Correntes distintas se debruçam a estudar o pensamento social e elucidar o fenômeno das representações, originando uma crescente produção científica que evidencia a formação de questionamentos e proposições nesta área.

Como discorre Santos (2013), ao longo da história da civilização humana, o conceito de “representação” tem sido alvo de estudos e debates por parte de diferentes pensadores, principalmente nos campos da Filosofia e da Sociologia.

A psicologia social, ao longo de sua trajetória histórica e conceitual, foi caracterizada por uma multiplicidade de correntes teóricas que propuseram a ampliação de seu(s) objeto(s) de estudo acerca da investigação da relação indivíduo-sociedade.

Essa duplicidade de objetos orientou alguns pesquisadores diante de dois modelos de psicologia social: a psicológica e a sociológica. A primeira apresenta o foco nas análises, explicações e criação de teorias sobre os comportamentos individuais e a segunda nas relações entre os sujeitos e os grupos sociais, bem como nas produções dos fenômenos ocorridos nestes grupos.

Farr (2013), citando Jones (1985), ressalta que a psicologia social emancipou-se como uma subdisciplina da psicologia. Em dias atuais, de certa forma, as vertentes sociológica e psicológica de psicologia social coexistem, e na América do Norte, a forma psicológica se faz preponderante, com uma junção nada expressiva e entre ambas.

De acordo com Vala (2006), na década de 1950, emergia um debate em torno da psicanálise em Paris, que veio a mobilizar intelectuais e estudantes universitários (as), que aos

poucos foi ganhando corpo, saindo do ambiente acadêmico rumo ao tecido social.

Em 1961, Moscovici publicou um trabalho sobre a apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais, incorporado temas como o processo social de produção de conhecimento, a definição de sociedade e a discussão em torno das representações sociais.

Segundo Castro (2002), a expressão “representação social” foi cunhada por Serge Moscovici na elaboração da sua dissertação de doutoramento, publicada em 1961 e intitulada “La psychanalyse, son image et son public”, cujo objetivo aplicado tentaria compreender mais profundamente de que forma a psicanálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, é ressignificada pelos grupos populares parisienses entre a década de 1950/1960.

Serge Moscovici, romeno naturalizado francês, produtor de importante acervo para a psicologia, área de formação e atuação, bem como para as ciências sociais. Suas obras e a Teoria das Representações Sociais (TRS) têm inspirado ao longo das últimas décadas outros pesquisadores tanto na Europa como nas Américas, abrangendo o Brasil.

Dentro da corrente das ciências sociais, sua produção pode ser inserida no campo da sociologia do conhecimento, apesar do interesse da pesquisa de Moscovici demonstrar não se deter apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas conceder relevância para a análise de seu impacto nas práticas sociais e vice-versa.

Moscovici interessou-se no “poder das ideias” de senso comum, além de realizar o estudo de como e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo, constituem sua realidade comum. Sua preocupação estava em compreender as relações cotidianas existentes entre grupos, atos e ideias (ou imagens) e a forma com que as pessoas transformam ideias em práticas.

O senso comum adquire um status na condição de objeto de investigação. Moscovici vai perceber nas relações das pessoas e no mundo social, onde estas são concretizadas, uma fonte de conhecimento, até então, não muito valorizada e desprezada, de certa forma, sobretudo pela ciência clássica, que sempre priorizou o conhecimento produzido nas academias (OLIVEIRA, 2018, p.26).

Nesse sentido, o fenômeno da apropriação dos conhecimentos pelo senso comum foi inicialmente investigado pela psicologia, e o conceito de representação social foi aos poucos construindo seu espaço no campo da psicologia social e expandindo-se para as outras áreas de conhecimento.

Santos (2013) relata que, com esse estudo, Moscovici inaugurou uma nova postura epistemológica ao afirmar que a absorção da ciência pelo senso comum não é, somente, como

geralmente se defendia, uma vulgarização do saber científico; ao contrário, trata-se de um tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a determinados critérios e contextos específicos.

Resgatando o conceito de Representações Coletivas (RC), inicialmente proposto pelo sociólogo francês Èmile Durkheim (1858-1917), Moscovici estudou, então, as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era percebida e irradiada ao público parisiense.

Castro (2002) intera que, utilizando-se dos conceitos de representações sociais e representações coletivas, Moscovici promoveria a pretendida articulação, tendo como base o conceito de representações coletivas constituído por Èmile Durkheim.

Todavia, Moscovici anuncia que o conceito de representação social foi gestado para assumir uma posição “mista”, para construção de um paralelo entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos. E por motivos que se prendem com este posicionamento que vai preferir falar de Representação Social (RS), e não de representação coletiva – tratava-se de não colocar o conceito no campo exclusivamente sociológico.

De acordo com Denise Jodelet (2018), Durkheim designa como representações coletivas o conjunto das “produções mentais sociais” que são as religiões, os mitos, as ciências, as categorias de apreensão do tempo e do espaço, e até mesmo as formas correntes de pensamento e saber.

Na perspectiva da autora supracitada, as representações são as obras de uma comunidade que as compartilha, as reproduz e se expressa por meio delas, porém ratifica que as representações coletivas traduzem a forma pela qual o grupo pensa a si próprio em suas relações com os objetos que o afetam.

Durkheim (2013) advoga que as representações coletivas teriam um caráter mais duradouro e estável e contribuiriam para reforçar os vínculos sociais.

Contudo, Farr (2013) ressalta que, embora Durkheim tenha sido o mais hostil de todos os sociólogos importantes à psicologia, aquela contra a qual ele fazia forte oposição, era a psicologia do indivíduo. Ele não se opunha absolutamente ao desenvolvimento da psicologia social, nem era, em princípio, um defensor intransigente dos direitos da sociologia. Discorre: “Não temos nenhuma objeção a que se caracterize a sociologia como um tipo de psicologia, desde que tenhamos o cuidado de acrescentar que a psicologia social tem suas próprias leis, que não são as mesmas da psicologia individual” (FARR, 2013, p. 152).

Fica notório que o contraponto, na modernidade, entre as formas sociológica e psicológica da psicologia social, tem sua origem em um estágio anterior, em um contexto

exclusivamente sociológico.

Farr (2013) assevera que Moscovici, ao escolher Durkheim como um ancestral adequado para a sua teoria das representações sociais, contribuiu para assegurar que essa tradição francesa de pesquisa em psicologia social, que ele iniciou no começo da era moderna, fosse classificada como uma forma sociológica de psicologia social e não como uma forma psicológica.

Oliveira (2018) nos mostra que Moscovici, vai pensar o conceito de representações sociais como forma de adaptação e compreensão destes fenômenos nas sociedades contemporâneas e pretender o desenvolvimento de uma psicossociologia do conhecimento. Ressalta que o conceito de representação social origina-se na sociologia e na antropologia, através de Durkheim e Levi-Bruhl.

Porém, o referido autor nos apresenta um ponto de divergência entre Durkheim e Moscovici na valorização do saber do senso comum. Durkheim deixa bem clara sua posição contrária à análise deste tipo de conhecimento, demonstrando interesse apenas pelo saber científico, ao passo que Moscovici tenta dar relevância e sentido ao conhecimento produzido entre as classes populares na vida cotidiana.

Ademais, segundo Farr (2013), o conceito de representação social nem anula nem nega o valor do conceito de representações coletivas, apenas busca incluir outras temáticas como possíveis objetos de pesquisa. De fato, Moscovici vai dizer que as representações sociais abarcam novos formatos e distinções, sendo assim denominadas “sociais” e não mais “coletivas”, demonstrando seu interesse por fatos sociais mais recentes.

A psicologia social europeia, na realidade, se corporifica nos anos de 1970, a partir da crise da psicologia social na América do Norte, interessando-se pela temática da estrutura social. Entre seus objetos de interesse mais constantes podemos citar a identidade social (no interior das relações intergrupais) e as representações sociais, atinentes a uma psicologia dos grupos.

Esta vertente europeia da psicologia social vai exercer grande influência na psicologia social latino-americana, pois esta se encontrava atrelada a linha norte-americana positivista, e não aceitava mais seus pressupostos para explicar os fenômenos sociais ocorridos nesta época.

A referida dependência latino-americana vai limitar-se até a década de 1970, quando estudiosos latino-americanos, inclusive brasileiros, começam a se posicionar de maneira crítica diante do modelo norte-americano.

O intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e latino-americanos com a escola europeia começa a tecer uma psicologia social crítica em nosso contexto, voltando seu interesse em responder a problemas complexos e bem contemporâneos, escassos de análise teórica. Esse intercuro se dá em meio a intitulada “crise da psicologia social”, nos anos de 1970, apontando a importância de implementação de abordagens mais consistentes e que, efetivamente, atendessem às demandas das novas temáticas.

A Teoria das Representações Sociais (TRS), cunhada por Moscovici, passa a constituir-se como uma considerável crítica quanto à natureza individual da tradição psicológica dominante da psicologia social dos EUA. Configurando-se dessa forma, como um desafio importante à hegemonia da psicologia social americana dentro da Europa durante a modernidade.

Contudo, Farr em 1990 formula a crítica sobre a “individualização do social” da vertente americana da psicologia social, como “uma tentativa de compreender e explicar como a presença real, imaginária ou implícita de indivíduos influencia o pensamento, o sentimento e o comportamento de outros indivíduos”, a partir do texto de Floyd Allport, de 1924 – “*social psychology*” –, e da definição de Gordon Allport, no *Handbook of social psychology* (1968)” (FARR apud SÁ, 2015).

Farr (1993), mencionado por Sá (2015), ratifica que a TRS não privilegia nenhum método de pesquisa em especial, e ao se firmar como uma alternativa à psicologia social americana, não se obriga a seguir um modelo experimental até então hegemônico na disciplina, contudo, não teria a pretensão de abandoná-lo totalmente.

Sá (2015) elucida que a vertente da psicologia social europeia tenderia a tratar de pesquisas mais heterogêneas, utilizando-se de uma variedade metodológica e propondo uma “grande teoria” – a das representações sociais. E dessa forma, teoriza conceitos básicos que implicaria o uso de uma pluralidade metodológica na formulação dos objetivos de pesquisa.

Para Santos (2013), esse referencial didático e metodológico vem se consolidando amplamente no Brasil contemporâneo. Entre outros, destacam-se Moscovici, Jodelet, Abric, Flament e Wagner como autores representativos da Teoria das Representações Sociais. Entretanto, conforme afirma Sá (1998), Jodelet é quem mais se destaca, devido ao amplo programa de cooperação que mantém com a América Latina.

Santos (op. cit.), através de sua pesquisa, corrobora com informações acerca da expansão da TRS em nosso país. Podendo-se dizer que a Teoria das Representações Sociais se consolida no Brasil em decorrência, entre outros fatores, pela criação de grupos de estudos e

pesquisas, principalmente junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados); através do intercâmbio e da colaboração de pesquisadores estrangeiros como Jodelet, Wagner e o próprio Moscovici; por meio da existência de uma rede internacional de comunicação sobre representações sociais; e devido aos debates e trocas de experiências entre esses grupos de estudos e pesquisas em eventos científicos, nacionais e internacionais, acerca da Teoria das Representações Sociais.

## **2.2 Representações Sociais: A teoria do senso comum.**

Como aponta Oliveira (2018), a TRS seria uma vertente teórica da chamada psicologia social europeia e objetiva ampliar o espectro de investigações dos complexos fenômenos sociais contemporâneos. Moscovici (2003), ao estudar como uma teoria científica, a psicanálise, penetrou na sociedade francesa no pós-guerra, objetivando a questão da transmissão, da difusão e da transmissão dos saberes, tratava-se de examinar as relações existentes entre o sistema de pensamento do senso comum e o sistema de pensamento científico, bem como os efeitos que decorrem da irradiação da ciência na esfera social, sobre formação e a transformação do senso comum e vice-versa – a transformação do saber científico decorrente da sua assimilação pela sociedade.

Tais estudos sobre o senso comum têm em consideração o indivíduo em contexto, que de um modo em geral, apresentam uma natureza global, das sociedades modernas, dos espaços públicos, dos campos culturais e do capital de recursos contidos neles para interpretação do modo da vida, dos campos sociais e das estruturas das relações sociais que influenciam as estruturas mentais à mercê das pertencas sociais.

O senso comum denota ter características e funções relacionadas ao seu modo de produção e ao seu papel na interação e na comunicação social, remete à íntima ligação entre os indivíduos e o seu contexto de vida.

Sá (2015) relata que Moscovici se ocupava em explicar a persistência de pensamentos ditos irracionais – ingênuos, simplistas, ou até mágicos, supersticiosos – nas sociedades contemporâneas, devido ao fato da regência das instituições se darem através das exigências da razão, da ciência e da lógica. Moscovici concedia evidência aos processos de formação do saber do senso comum, bem como às funções que este saber desempenha na vida cotidiana, elegendo-o como objeto legítimo do estudo da psicologia social.

O estudo das representações sociais como formas de saber com o objetivo prático de interpretação do mundo da vida, de orientação de condutas e das comunicações, deveria beneficiar-se dos contributos das questões que atualmente se colocam a propósito da diversidade dos saberes e da emergência de uma nova categoria: o saber experiencial (JODELET, 2003, p. 17-44).

Diante da necessidade de uma definição precisa do fenômeno das representações sociais, colaboradores de Moscovici, dentre eles Denise Jodelet, em 1989, o sintetiza como sendo “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2003, p. 17-44).

A despeito de ser a teoria das representações sociais uma teoria do senso comum, partilhada por uma coletividade, ela emerge, em um primeiro estágio, das singularidades de cada indivíduo, e dessa forma, favorece a inserção aos processos intraindividuais (BLAUDT e RANGEL, 2018, p.5).

Segundo Jodelet (2018), do ponto de vista epistemológico, o surgimento das ciências cognitivas desencadeou, no seio da sociologia e da filosofia social, uma nova preocupação em defesa do caráter social do pensamento, como atestam as obras coletivas publicadas: “*Le mental et le social*”, empenha-se em demonstrar a natureza social do pensamento.

A autora supracitada aponta que a reflexão epistemológica formulada explica as interações sociais a partir do conhecimento obtido sobre as habilidades cognitivas e práticas dos indivíduos.

Ademais, ressalta que a partir da experiência de pacientes em seus estudos no âmbito da saúde (1986 a 1989), sobre a representação social da doença mental em um reduto rural francês, complementa tal raciocínio entendendo que a valorização das experiências fortaleceria o papel ativo e certo protagonismo dos indivíduos na produção do investigado conhecimento, excluindo desta categoria a concepção de ser passiva e sem interesse diante do saber médico acadêmico.

O estudo das representações sociais em tais contextos, através de suas análises e resultados, reforçaria a importância dos indivíduos na produção e difusão do saber do senso comum, tornando-o um conhecimento tão válido como sempre foi o conhecimento científico, historicamente determinado e reconhecido como referência de saber. Jodelet vem intitular uma correlação entre o saber erudito e o saber profano, evidenciando o papel da experiência na elaboração dos saberes.

Tal consideração ressalta a importância do estudo sistemático das representações sociais acerca dos relacionamentos abusivos, compartilhados entre os (as) universitários (as) em seu contexto de pertença.

A própria autora reconhecendo a necessidade desta comparação assevera,

[...] que de todo esse processo resultaria a abertura de um vasto leque de vias de investigação para as quais a perspectiva das representações sociais pode dar linhas de desenvolvimento úteis na medida em que está interessada na dinâmica da relação entre saber erudito e saber profano, e no papel da experiência na elaboração dos saberes (JODELET, 2015, p.68).

Moscovici (2003) pleiteia que na sociedade haveria dois tipos de universo de pensamento: o reificado e o consensual. O universo reificado estaria atrelado ao contexto das ciências, ao saber elaborado e difundido nas academias, com suas objetividades e abstrações, todavia o universo consensual seria relativo ao senso comum e ocorreria nas interações cotidianas, espaço no qual são construídas as representações sociais. O saber comum estaria mais próximo da realidade popular.

Oliveira e Werba (2013) corroboram dizendo que o universo reificado, que seriam compostos por mundos restritos, onde circulariam teorias abstratas, nele ainda o não familiar seria construído e por vezes originado, sendo posteriormente atrelado ao pensamento consensual.

Moscovici vem contribuir para a valorização dos estudos das representações do senso comum, formulando uma definição de representações sociais:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 2003, p. 29-109).

O autor supracitado objetivava a compreensão de como se dava o saber nas práticas sociais de modo a criar sentido a este universo social, desvalorizado pela Modernidade em seu processo societal.

Dentre os teóricos das representações sociais percebe-se a intenção de elucidar, analisar e valorizar tal dimensão de conhecimento, devido à profícua fonte de fenômenos para a compreensão da realidade social. Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais promove uma possibilidade de cisão com a vertente tradicional da psicologia social.

Os estudos efetivados pela TRS sobre a esfera do saber consensual seriam geradores de maior evidência aos sujeitos ditos comuns, empoderando-os como pessoas ativas na produção de saber, capazes de comunicar-se e produzir suas realidades a partir da legitimação

de suas crenças e vivências.

Vala (2006), argumentando a concepção de que indivíduos, grupos, instituições e as sociedades pensam, conjectura a oposição da noção do indivíduo como mero receptor e processador de ideias; na sua perspectiva, os atores sociais são também considerados como produtores de significados e promotores de uma reflexão sobre a realidade social, teorizando-a como protagonistas na produção de conhecimento sobre sua realidade.

O referido autor conjectura como a TRS é constituída a partir de indivíduos, de suas relações nos contextos que se inserem e da influência destes contextos sociais na construção do pensamento. Ademais, ressalta os pressupostos de Moscovici, na apropriação de um saber científico por indivíduos comuns, mostra-se, específico e geral ao mesmo tempo. Específico ao intentar a difusão e apropriação do conhecimento científico como um fenômeno particular, e geral no sentido de pormenorizar os processos sociais pelos quais os indivíduos se comunicam, produzem teorias e efetivam comportamentos.

Guareschi (2013) discorre sobre o constructo “senso comum” para falar das representações sociais do cotidiano. Tal qual o conhecimento científico, o senso comum envolve conjunto de abstrações, formalizações e generalizações, sendo construídos, e fatos interpretados, a partir do mundo do dia a dia. Portanto, a existência cotidiana é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social.

Jodelet (2018) através de seus estudos elenca as propriedades das representações sociais reconhecidas pela comunidade científica:

- a) concernem ao conhecimento dito de senso comum, utilizado na experiência cotidiana;
- b) são programas de percepção, constructos com status de teoria ingênua, servindo de guia de ação e de leitura da realidade;
- c) são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais;
- d) expressam a relação que os indivíduos e os grupos mantêm com seu “mundo de vida” e os outros atores sociais;
- e) são forjadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público;
- f) estão inscritas na linguagem e nas práticas e funcionam como linguagem em razão de sua função simbólica e dos referentes que elas fornecem para codificar e categorizar o que

povoa o universo de vida.

As referidas características são apresentadas em consonância com as modalidades de elaboração de tais produções mentais sociais, bem como à forma de interferências na linguagem e nas práticas sociais originadoras de efeitos sociais.

Santos (2013) sinaliza que, partindo do princípio de que toda representação é de alguém tanto quanto de alguma coisa, configurando-se como uma forma de conhecimento por meio da qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido, entende-se Representação Social com uma teoria ou ciência coletiva destinada à interpretação e à intervenção no real, indo além do que é imediatamente dado, na Filosofia e na Sociologia, acerca da classificação de eventos e fatos sociais.

Contudo, as representações sociais seriam consideradas teorias do senso comum, sendo elaboradas coletivamente nas interações sociais entre as pessoas e grupos/instituições, num continuum de tempo, em uma cultura e espaço delimitado, com a proposta de tornar o estranho familiar e dar conta do real.

Sá (1996, p.29) ressalta, “o termo representações sociais designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos”.

Jodelet (2018) apresenta o campo de estudo das representações sociais e seus grandes eixos de problematização. Indica que as representações, enquanto forma de saber prático, implicam uma relação indissociável entre um sujeito e um objeto. O sujeito é sempre social por sua inscrição no espaço das relações sociais e das comunicações, bem como por seus laços com o outro. Pode-se tratar de um indivíduo ou de um coletivo, a partir de um ponto de vista epistêmico, psicológico ou pragmático.

O objeto pode ser humano (um ou mais atores sociais), ou social (um grupo ou um coletivo, ou um fenômeno concernente à vida pública ou privada), ele pode também pertencer ao universo material ou ideal. No que concerne ao objeto, a representação está em uma relação de simbolização (ela ocupa o lugar do objeto) ou de interpretação (ela dá significação ao objeto). No que concerne ao sujeito, a representação tem uma função expressiva e é o produto de uma construção.

Blaudt e Rangel (2018) explicando a natureza desse encadeamento iteram sobre a ligação reflexiva que unifica as representações sociais e os processos emocionais, identitários, de atribuição ou influência social.

Em Jodelet (2018) vamos encontrar os eixos de problematização dos campos de estudo

das representações sociais identificados como: o eixo que diz respeito às condições de produção e de circulação das representações (referente à cultura, seus valores, normas, modelos de pensamento e ação, invariantes); à linguagem e à comunicação (interindividual, institucional e midiática); à sociedade da qual ela deriva pelo compartilhamento e vínculo social (contexto ideológico e histórico), à inscrição social do sujeito (sua posição, seu lugar e sua afiliação), e às restrições do tipo de organização no bojo da qual a atividade do sujeito se realiza.

Em outro destacado eixo, encontramos o estudo dos processos e estados das representações, no qual se considera os meios de sua manifestação (linguístico, icônico, comportamental, entre outros); examina seu conteúdo e sua estruturação, seus processos de formação e sua lógica; analisa sua base experiencial (funções e eficácia).

Jodelet em 1989 apurou em seus estudos a respeito das representações da doença mental, que os indivíduos de uma comunidade não se bastaram em elaborar uma descrição ingênua, mas dispuseram de duas explicações concernentes à problemática investigada: a doença mental (Jodelet, 2003). Essa pesquisa e também investigações distintas, propõem que as representações sociais podem incorporar os elementos explicativos de fenômenos ou comportamentos sociais.

A arte dos estudos apresentada por Jodelet (2018) também considera um eixo que remete ao status epistemológico das representações: o que se refere a seu valor de verdade e que incita um confronto com a ciência (as relações entre pensamento natural e conhecimento científico); os efeitos da difusão dos conhecimentos e dos significados; a transformação e o encontro dos saberes; a epistemologia do senso comum;

Nesse sentido, Santos (2013) conclui que considerando o grau de complexidade que envolve a natureza das Representações Sociais, cabe à investigação científica descrevê-las e analisá-las em todas as suas dimensões.

Dessa forma, Jodelet (2001) apresenta a arquitetura dos principais eixos necessários à compreensão da multidimensionalidade da Teoria das Representações Sociais:

- 1º) a representação social é sempre representativa de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- 2º) as representações sociais envolvem uma atividade de simbolização do objeto e de sua interpretação, dando-lhe significados, que nada mais são que as construções cognitivas dos sujeitos sociais;
- 3º) o estudo das representações sociais deve envolver todos os aspectos que demonstrem o grau de pertença dos sujeitos a um grupo social e como os mesmos participam da vida em

sociedade e que cultura expressam;

4º) as representações sociais se apoiam em suportes linguísticos e em comportamentos que dão forma ao objeto e o caracterizam;

5º) trata-se de um saber prático, que se refere à experiência social dos sujeitos;

6º) sinteticamente, analisar as representações significa responder a indagações como: quem sabe e de onde sabe? O que sabe e como sabe? Sobre o que sabe e com que efeito?

As Representações Sociais expressam, enfim, a forma como cada grupo social se organiza e constrói seus significados através das interações e, são determinadas historicamente. Bem como o estudo nos levou a analisar as representações sociais dos relacionamentos abusivos a partir da dinâmica de sua produção e circulação, de seus processos, de suas etapas e de seu estatuto epistemológico, por se tratar de um conhecimento consensuado pelo grupo de universitários da pesquisa.

Ademais, Abric (1996) ratifica que, Denise Jodelet (1989) no desempenho da importante tarefa de sistematização do campo das representações sociais, traça uma reflexão um tanto consensual entre os teóricos da área, através da resumida fórmula:

As representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social. Em sua concepção, uma representação social seria uma forma de saber prático que ligaria um sujeito a um objeto, sendo este de natureza social, material ou ideal (JODELET, 2001, p. 22).

A referida motivação moscoviciana vai tentar compreender de que forma e por que os indivíduos e os grupamentos sociais produzem e partilham determinado tipo de conhecimento, constituindo certa realidade comum, e quais os seus desdobramentos sobre a vida cotidiana. A propósito, como explicita Oliveira (2018), o cotidiano das pessoas e suas relações interpessoais e simbólicas no contexto social sedimentam e preservam de algum modo, a teoria das representações sociais.

Santos (2013) ressalta que a partir da Teoria das Representações Sociais, é passível de se questionar, portanto, a natureza pela qual os conhecimentos são (re)construídos. Por outro lado, também se torna possível a visualização da relação dos indivíduos com a sociedade, tornando-se também viável o desvelamento da teia de significados que sustentam o cotidiano, sem a qual a sociedade não existiria. Dessa forma, pode-se afirmar seguramente que o homem se constrói ao mesmo tempo em que está construindo o mundo ao seu redor.

Por fim, entende-se que as representações são, por essência, dinâmicas e produtos de determinações tanto históricas quanto contextuais, bem como construções que têm uma função

de orientar os conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo – e que, situando-o, descrevem sua identidade social, ou seja, o seu modo de ser particular, processo-produto de seu ser social histórico.

### **2.3 Como e porque se formam Representações Sociais?**

Como descreve Oliveira (2018), a pluralidade epistemológica utilizada por Moscovici na formulação da TRS se dá através de outros elementos contributivos da Teoria das Representações Sociais oriundos da teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vygotsky, concedendo o devido valor à linguagem, cultura, aos sujeitos e às relações sociais e simbólicas nesta abordagem.

Devido à peculiaridade que a TRS assume ao constituir-se uma abordagem complementar da psicologia social europeia e uma vertente teórica adversa ao modelo individualista da psicologia americana, com propósitos epistemológicos e metodológicos multifacetados, e que apresenta um caráter dinâmico, suscetível a novas contribuições, mostra-se adequada a estudar os fenômenos sociais das sociedades contemporâneas.

Contudo, Moscovici vem definir Representações Sociais como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 2003. p 29-109).

O referido conceito de Representação Social aparece para Moscovici sob a forma sociológica da psicologia social, e promove uma transposição para os modelos de análise, saindo da esfera individual para o campo social, intencionando compreender como as relações interpessoais são produzidas e influenciam as opiniões, atitudes e comportamentos de determinado grupo.

Serge Moscovici debruçou-se sobre os fenômenos mais cotidianos, dinâmicos e transitórios da sociedade, criando um espaço psicossociológico específico, a fim de se distanciar do excessivo individualismo da psicologia social americana, priorizar o social sobre o individual e propor uma nova compreensão das relações entre estas duas categorias.

Com relação às estruturas das representações sociais, Sá (1996), afirma que Moscovici vai propor três dimensões, a saber: informação, campo de representação e atitude. A informação estaria relacionada ao conjunto de saberes que determinado grupo social teria acerca

de um objeto; o campo de representação referir-se-ia à ideia de imagem, de um conteúdo real sobre um aspecto preciso do objeto representacional e a atitude à orientação global relacionada ao objeto da representação social. Para ele, a atitude seria a mais constante das três dimensões e, quiçá, a primeira, sugerindo que a informação e a representação seriam posteriores à tomada de posição.

Para Rangel e Naiff (2011), a análise dos valores e práticas sociais favorecerá a compreensão de como a dinâmica do sistema cognitivo interfere no social, e em uma via de mão dupla, com o social interferindo na elaboração cognitiva. “As representações sociais estão presentes tanto “no mundo”, como “na mente”, e elas devem ser pesquisadas em ambos os contextos” (FARR, apud GUARESCHI 2013, p. 40).

Segundo Vala (2006), as representações sociais seriam fatores produtores de realidade com consequências na forma de interpretar o que nos acontece e o que acontece a nossa volta. Também denotariam a relação de um sujeito com um objeto, envolvendo uma atividade de construção e simbolização.

Jodelet (2015) ao enfatizar que as representações sociais se constituem a partir do momento que vão se agrupando em conjuntos de significados, permitindo a interpretação dos fatos do dia a dia, dando sentido aos acontecimentos desconhecidos, portanto, o saber espontâneo começa a ser constituído a partir das experiências e conhecimentos que são apreendidos e compartilhados através da comunicação social, educação e cultura nos contextos ao qual o indivíduo atua.

Dessa forma, Denise Jodelet ao conceituar Representação Social como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, torna, portanto, esta forma de conhecimento diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Contudo, segundo Rangel e Naiff (2011), a representação social pode ser instituída como um objeto de estudo tão legítimo quanto este devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e contatos sociais que se estabelecem pela via da interação com a família, no ambiente de trabalho, na área escolar, entre outros, e portanto, em qualquer contexto que exista uma fenômeno a ser apropriado e partilhado.

De acordo com Oliveira (2018), Serge Moscovici sugere uma dupla natureza para a estrutura das representações sociais: conceitual e figurativa. A conceitual definiria um objeto desconhecido e o tornaria familiar e dotado de sentido e a figurativa ou imagética representaria o tal objeto, transformando-o em algo tangível.

Moscovici (1978) ressalta que a função das representações sociais é dar sentido ao

desconhecido, transformando o não familiar em algo familiar. Para tanto, vem apoiar-se nos processos de ancoragem e objetivação. O primeiro se ocupa de inserir o fenômeno não familiar em uma rede de categorias e imagens familiares, de modo a que ele possa ser interpretado, enquanto o segundo tem por objetivo transformar o que é abstrato em algo concreto e que pode ser assim, tocado.

A ancoragem seria um processo de classificação, denominação e categorização de determinado objeto, até então desconhecido (ancorar corresponderia a integração de um objeto a um sistema social já existente). Permitiria compreender a forma como os elementos representados contribuiriam para exprimir e formar as relações sociais. Ademais, de acordo com Rangel e Naiff (2011) a ancoragem confere uma constituição de significados acerca do objeto, correlacionando-o a valores e práticas sociais.

A perspectiva de Vala corrobora dizendo que, as representações sociais teceriam uma rede de significados que favoreceria a ancoragem da ação e atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos e fatos sociais. “Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto” (VALA, 2006, p.474).

O referido teórico sustenta que a ancoragem conduziria à produção de transformações nas representações já constituídas; “ela seria um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho, tornando-o novo. O não familiar torna-se familiar” (FARR, apud GUARESCHI, 2013, p.41).

A objetivação, de acordo com o conceito traçado por Vala (2006), consistiria na criação de um significante, de uma figura, tornando o objeto mais concreto e tangível (seria dar forma a algo abstrato). Ou seja, a objetivação tentaria explicar o modo pelo qual os elementos representados de uma teoria seriam integrados enquanto termos da realidade. Em Rangel e Naiff (2011), verificamos que a objetivação faz um conceito tornar-se realidade, concedendo sua materialidade por meio de uma imagem.

Moscovici propõe a ideia de “transformar o não familiar em familiar” como uma espécie de síntese de todo esse mecanismo. De fato, a elaboração conceitual de tais processos – ancoragem e objetivação – possibilitaria o entendimento das representações sociais em termos estruturais, e simultaneamente elas se constituem em produções representativas de algo desconhecido, mas comum a vários indivíduos ou grupos sociais.

Para além das representações sociais serem uma forma de comunicação e interpretação de uma dada realidade, é também uma forma de elaboração e produção de conhecimento. De

acordo Rangel e Naiff (2011), para se criar representações sociais, é necessário haver a necessidade de estarmos informados sobre o mundo que nos circunda, devemos nos adaptarmos a ele através do comportamento, que envolve condições físicas e e intelectuais para que consigamos identificar e resolver os problemas apresentados.

Jovchelovitchi (2007) aponta a necessidade de intervenção e mudança tanto do cotidiano quanto dos saberes que o fomentam. Guareschi (2007) nesta mesma obra reforça no sentido de Denise Jodelet, que as representações sociais, sendo modos de conhecimento prático, seriam matrizes geradoras de ações e comportamentos. O saber poderia ser entendido em suas dimensões articuladas da cognição, da emoção e da apropriação do mundo. Seria justamente neste processo de apropriação, por meio das atividades representacionais, que as representações sociais seriam criadas e ancoradas.

Moscovici se propõe a classificar as representações sociais em hegemônicas, emancipadas e polêmicas. As representações hegemônicas ou coletivas seriam predominantes em todas as práticas afetivas ou simbólicas, mantendo certo grau de homogeneidade e estabilidade. Vala (2006) alega que as representações hegemônicas estariam vinculadas à propagação, pois esta caracterizar-se-ia por vigiar a manutenção das representações já existentes e integrar as novas representações em um modo de pensamento que não afetasse as primeiras.

As representações emancipadas seriam originárias da circulação do conhecimento e das ideias pertencentes a grupos com maior proximidade; estas representações teriam uma função complementar, pois culminariam no intercâmbio de interpretações e símbolos, além de terem certo grau de autonomia. De acordo com Vala (2006), as representações emancipadas seriam formuladas nas relações cooperativas entre os grupos e caracterizariam as representações que não interpelassem as diferenças sociais. A propagação seria o modelo de comunicação pertinente a este tipo de representação e ocorreria no interior dos grupos e entre eles.

As representações polêmicas seriam originadas ou advindas do curso de conflitos ou controvérsias sociais e nem todo grupo social as compartilharia; estas estariam permeadas por interesses e oposições entre os seus integrantes. Vala (2006) pontua que este modelo de representação se constituiria numa “conflitualidade intergrupala”. Isso aconteceria quando a representação de um grupo sobre um objeto fosse percebida como ameaça para outro grupo. Aqui a propaganda seria a modalidade de comunicação adotada e teria como funções a regulação, a mobilização e a organização dos grupos.

Todavia não existe uma representação social para cada objeto imagético, bem como nem

todos os grupos sociais compartilhariam sua própria representação social. Na visão de Moscovici, não bastaria considerar a origem social das representações sociais e o fato de elas serem partilhadas. A seu ver, o conceito de representação social só deveria ser aplicado a um dado conhecimento que concedesse corpo a comportamentos e a comunicação entre as pessoas na vida cotidiana.

Já Abric (1994) sugere quatro funções essenciais às representações sociais: as de saber, as identitárias, as de orientação e as justificatórias. As representações sociais como saber ensejam a compreensão e uma possível explicação da realidade; entendida como um saber do senso comum, possibilitaria que os indivíduos construíssem conhecimentos, de simples assimilação e em coerência com os seus valores.

As funções identitárias situariam os atores e os grupos no campo social, desenvolvendo suas identidades e sustentando suas idiossincrasias. As representações sociais estariam atreladas às regras e valores socialmente determinados e, enquanto constituintes da identidade dos grupos, teriam também uma representação no controle social sobre os indivíduos.

Além disso, conforme assevera Abric (1994), as representações, por seu curso, apresentariam um caráter prescritivo das referidas ações, identificando o que poderia vir a ser mais ou menos aceito em um dado contexto social.

Por meio da função justificatória é possibilitado a fundamentação das formas de tratamento entre os indivíduos, justificando as atitudes, opiniões e práticas. Em suma, as representações sociais teorizam uma orientação para a ação pela forma em que modelam e constituem os elementos do contexto que as engendram no qual um comportamento acontece.

## **2.4 Teoria da Abordagem Estrutural (Teoria do Núcleo Central)**

É cediço através de Sá (1996), que a Teoria do Núcleo Central (TNC) é uma abordagem complementar da Teoria das Representações Sociais (TRS) e objetiva favorecer, do ponto de vista epistemológico e metodológico, a aplicabilidade da TRS na pesquisa social, identificando as representações presentes em determinados contextos e concedendo maior ênfase ao conhecimento produzido em determinados grupos sociais.

Jean-Claude Abric (1976), inaugura sua concepção sobre a Teoria da Abordagem Estrutural (ou Teoria do Núcleo Central) das Representações Sociais, em tese de doutoramento intitulada “*Jeux, conflits et représentations sociales*”, na Universidade de Provença. Para Abric (1994), os elementos constituintes da representação poderiam estar hierarquizados e

organizados em torno de um núcleo central, gerando sentido ao conjunto das representações.

Ainda, segundo Abric, “o núcleo central é um subconjunto da representação, composto de um ou alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente” (SÁ, 1996, p.67).

Santos (2013) assevera que, em volta desse núcleo existem componentes periféricos que contribuem significativamente para clarificar o caminho conceitual, teórico, didático e metodológico do estudo das representações sociais. Assim, o fator determinante do(s) elemento(s) que constitui(em) esse núcleo central depende exclusivamente da natureza do objeto de investigação e da relação que o grupo social mantém com o mesmo.

Ademais, Abric (1998) procura explicar a estruturação de tais conhecimentos, propondo que uma representação social é organizada em torno de dois subsistemas – central e periférico –, de modo que nesse arranjo o sistema central, que pode ser composto por um ou mais elementos, dá a significação da representação social; ao passo que o sistema periférico dá sustentação a essa base, configurando-se como um componente estruturante.

Para Sá (1996), os elementos periféricos suportam melhor a integração de experiências concretas de vida do grupo e as possíveis contradições que possam existir entre seus elementos, diferentemente da dinâmica do sistema central.

Na perspectiva de Abric (1998), o sistema central é estável, consensual, coerente e historicamente definido. Já o sistema periférico assume a função de complemento do sistema central, pelo fato do sistema central ser normativo e o sistema periférico, funcional. Dessa forma, cada representação seria formada pelos sistemas central e periférico, com funções específicas, porém complementares.

O intitulado sistema central seria permeado pela memória coletiva do grupo e por seu sistema normativo, abarcando seus aspectos históricos, sociológicos e ideológicos; também seria consensual, pois estabeleceria a base comum das representações sociais (RS), coletivamente compartilhada, embasando a sua coerência, estabilidade e permanência.

O sistema periférico assume o papel de campo intermediário entre a realidade concreta e o sistema central, e suas funções seriam a adaptação contextual da representação e a proteção do núcleo central. Teria função de atualizar e contextualizar frequentemente as regras normativas da RS. Seria funcional (orientado para a ação), enquanto o sistema central seria normativo (orientado para avaliação ou julgamento).

Abric (op. cit.) em linhas gerais apresenta o sistema central como elemento na representação resistente à mudança. É estável, coerente, consensual e historicamente

determinado. Toda modificação do núcleo central conduz para transformação completa da representação. Seria pouco sensível ao mundo imediato e depende, de certo modo, da ação do núcleo periférico para se manter atualizado.

O sistema periférico, por seu turno, poderá vir a integrar diversas experiências dos sujeitos e dos grupos sociais; sendo mais flexível, adaptativo, toleraria adversidades e quanto ao seu conteúdo, relativamente heterogêneo. Essa atualização das RS pelo sistema periférico, em constante reciprocidade com a realidade externa, traduz a característica dinâmica das representações e compõe o sistema dual na organização interna das representações sociais.

De acordo com Sá (1996), o Grupo do Midi - grupo de teóricos franceses - em especial Flament (1994), constatou que fora concedida uma atenção especial às condições estruturais e organizacionais da TNC por seus pesquisadores, num primeiro momento da criação da teoria, com maior ênfase aos elementos centrais em detrimento dos periféricos.

Surge então, como proposta do Grupo do Midi, colaborativas reformulações teóricas acerca da TNC, objetivando análise crítica de suas posições epistemológicas e metodológicas, promovendo ideal aperfeiçoamento ao ponto de vista do critério conceitual e técnico, proporcionando mais confiança e notoriedade à teoria do núcleo central.

Como consequência, Flament introduz a hipótese geral de condicionalidade das cognições dos elementos que formariam uma representação social. A proposição deste novo conceito coloca em evidência uma série de especificidades hipotéticas na relação entre o sistema central e o periférico.

A proposta de Flament aponta que, no âmbito das representações sociais, as cognições podem ser tanto descritivas quanto prescritivas. O caráter prescritivo da cognição seria a ligação que se estabelece entre cognição e suas condutas correspondentes, enquanto o caráter descritivo seria mais habitual. Cada vez mais presentes no campo das representações sociais, se diferenciariam ao nível do discurso, mas não através do cognitivo.

Como assevera Sá (1996), práticas sociais, do ponto de vista teórico, orientam fortemente para criação de metodologias mais concretas. Autores da TNC preferem escolher objetos de representação diretamente vinculados ao cotidiano das pessoas, priorizam transformações ocorridas em determinado contexto histórico e geográfico passíveis de serem manipuladas na pesquisa, favorecendo a elucidação do problema de maneira mais abrangente. Igualmente, Jovchelovitch (2007), aponta o cotidiano como local privilegiado na produção de saberes. Tenta estabelecer uma relação entre a TRS e a dinâmica da vida cotidiana, onde os sujeitos comuns dariam sentido às vivências e construiriam conexões com os processos

sociais.

A autora supracitada alega que através da problematização do cotidiano, seria possível tentar elucidar seus processos de produção e intervir nos modos de transformação. Considera que toda representação social teria dimensão geradora de concretude ao social, paralelamente em que conduziria a matriz social, cultural e histórica do sujeito psicológico.

Concernente ao aspecto metodológico, a TRS, pela própria natureza dos fenômenos estudados, é a forma de compreender o saber prático produzido e partilhado na vida cotidiana, portanto, dá ênfase à pesquisa empírica. Como assinalado por Moscovici (2003), ela também seria plurimetodológica e conservaria interesse constante no desenvolvimento de novas técnicas para promover apreensão empírica dos conteúdos e organizações de tais especificidades de saberes, que interligam um sujeito em particular a um objeto concreto em determinada situação sócio-histórico-cultural.

Ademais, o referido autor ratifica que a pesquisa se trata de atividade explicativa oriunda do corpo conceitual e teórico específico, que o pesquisador tenha adotado para análise das representações sociais, e devido a natureza da TRS, poder-se-ia fazer uso de forma criativa e diversificada na combinação ou adaptação dos métodos e técnicas para elaboração de instrumentos de coleta, bem como na definição ou criação de técnicas para seu tratamento ou análise de dados. Sua problematização decorre da manifestação, complexidade e diversidade fenômeno a ser estudado. Tais possibilidades favorecem intensa atividade de discussão e crítica metodológica.

De um modo em geral, inicialmente, formula-se o objeto de pesquisa ao invés de direcionar-se e atuar especificamente nos fenômenos em questão. Após formular o seu objeto de estudo, o pesquisador procederá a escolha de instrumentos a serem utilizados na coleta de dados. A metodologia de coleta seria apontada por meio das evidências empíricas e pelo conjunto teórico que orienta e auxilia a justificar a pesquisa. Configurando dessa forma dois problemas metodológicos desafiantes apresentados na investigação da RS: a coleta das representações e a análise dos dados obtidos.

Sá (1996) ressalta ainda que existe a orientação, na perspectiva de Abric, sinalizadora da necessidade em analisar o conteúdo das representações sociais (informações e atitudes), e sua organização (o campo da representação para Moscovici). Ademais, que o estudo das representações vai incitar a utilização de métodos que objetivem levantar e fazer emergir os elementos constitutivos da representação, por outro lado elucidar a organização desses elementos e delimitar o núcleo central da representação. E sendo possível, minuciar sua

centralidade e hierarquia evidenciada.

De fato, os resultados da pesquisa empírica obtidos em função das três etapas metodológicas consideradas – coleta do conteúdo da representação (através de entrevistas, complementadas por algum método associativo), levantamento da estrutura e especialmente do núcleo central da representação, verificação das centralidades dos elementos – podem, portanto, receber um esclarecimento conclusivo através da quarta etapa “análise de argumentação” (SÁ, 1996 p. 178).

A referida quarta etapa para “análise de argumentação”, é descrita e justificada da seguinte forma por seu proponente:

Falta, para completar a análise, ver como esses diferentes constituintes se integram em um discurso argumentado. Portanto, após uma série de tratamentos analíticos, retornar a uma abordagem mais sintética que permita conhecer o funcionamento contextualizado da representação que permite integrar os elementos situacionais (contexto do estudo), as atitudes e os valores que subjazem à produção dos sujeitos, as referências ao vivido individual ou coletivo. Fase essencial do trabalho que vai permitir a representação e o conjunto dos fatores psicológicos, cognitivos e sociais que a determinaram. O retorno a essa enunciação exige a reutilização de técnicas de entrevista que permitam a explicitação do conteúdo e das relações colocadas em evidência nas fases precedentes e compreender a representação em suas dimensões individuais e coletivas (ABRIC, 1994a, p.55).

Torna-se profícuo salientar a fala de Santos (2013) que, diferentemente do conhecimento científico reificado e cognitivo por excelência, as representações sociais, como conhecimento do senso comum, podem apresentar algumas contradições, fragmentações ou ambivalências na superfície. Entretanto, a condição de campo representacional, apresenta o núcleo fundamentador mais estável e permanente, baseado na cultura e memória da sociedade.

A abordagem estrutural como é definida por Abric (1994), Flament (1994) e Rouquette e Rateau (1998), vem estabelecer uma representação social como uma organização, uma estrutura que perpassa por diferentes dimensões, identificando a possibilidade de diversas racionalidades adequadas às características dos grupos sociais contemporâneos e sociedades onde grupos diferentes têm visões diferentes de um mesmo objeto (RANGEL & NAIFF, 2011).

Nesse sentido, Santos (2013) utiliza como referência Moscovici (1978), quando este defende a ideia de que pessoas ou grupos sociais não são receptores passivos, “tábulas rasas”, nessa relação, mas integrantes ativos, participantes, elaboradores de pensamento social que constantemente é reavaliado para resolução de problemas e conflitos, sendo essa ressignificação a alternativa mais simples de compreensão, ao menos pela lógica não científica.

Como denota Jodelet (2018), nas décadas atuais, os fenômenos de representação a que se referem às diferentes ciências humanas, revelam-se como espaço de encontro privilegiado

entre ciências sociais, psicologia, psicanálise, ciências cognitivas e filosofia. Ela não somente adota uma pluralidade metodológica e se apresenta como um referencial teórico inovador, mas também vai oferecer resistência, através de seus estudos e resultados, às mudanças ideológicas totalizantes e supostamente universais.

O Serge Moscovici (1978), produtor de importante acervo para a psicologia, área de formação e atuação, bem como para as ciências sociais, cujas obras e a Teoria das Representações Sociais (TRS) têm inspirado ao longo das últimas décadas, outros pesquisadores tanto na Europa como nas Américas, abrangendo o Brasil. Sua pesquisa demonstra não se deter apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas conceder relevância para analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa.

Por fim, considera-se que as representações sociais são indispensáveis para compreensão da dinâmica social, das ligações sociais (intra e intergrupos) e relações dos indivíduos com seu ambiente social. Compreendendo-se num elemento essencial para entendimento de determinantes dos comportamentos e práticas sociais (ABRIC, 1994; SÁ, 1998; JODELET, 2002; RANGEL e NAIFF, 2011).

Contudo, a TRS, como um referencial teórico bem como com todos os seus processos, contribuiu para a elaboração da compreensão do fenômeno social Relacionamentos Abusivos, configurando sua função social, que consiste em propiciar o entendimento sobre a comunicação que teoriza as práticas sociais. Permitindo dessa forma, categorizar comportamentos e práticas compartilhadas e consensuadas em determinado contexto grupal que servem de guias para ações.

Dessa forma, a pesquisa se propõe a elucidar como o fenômeno é propagado por meio de ações, construído e mantido ao longo da sociedade e da cultura em que os relacionamentos abusivos permeiam as relações afetivamente direcionadas.

### **3 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

#### **3.1 A Modernidade e as Relações Afetivas**

A atualidade nos apresenta crescentes avanços em diversas áreas da vida humana, com estilos de vida ditos modernos permeados pelo uso das tecnologias de mídias sociais. Porém, evidencia a necessidade de questionarmos a habilidade humana em conduzir relacionamentos, e, no tocante a falar sobre relacionamentos afetivos bem como das questões que envolvem a sexualidade humana, pois ainda é considerada um tabu nas sociedades.

Segundo Barreto e Piedade (2018), a vida moderna é voltada para uma busca desenfreada pela obtenção de prazeres e, muita das vezes, através de uma vida descompromissada e sem formação de vínculos para tanto.

O momento histórico atual é conhecido como pós-modernidade, que se caracteriza por obter prazer sem limites e viver intensamente, uma sociedade conhecida por não ser comprometida e com valores super individualistas (BARRETO e PIEDADE, 2018, p.9).

Dentre os estudiosos sobre a vida moderna em sociedade, podemos citar o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, professor nas Universidades de Varsóvia e de Leeds, na Inglaterra. Na obra *Tempos Líquidos* (2007), o referido autor articula que o terreno no qual se presume que nossas perspectivas de vida tendem a se fundamentar, é reconhecidamente instável – tal como são nossos empregos e empresas que os oferecem, nossos parceiros bem como nossas redes de amizade. A referida instabilidade também acomete o status que desfrutamos na sociedade mais ampla, bem como nossa autoestima e autoconfiança.

Bauman analisa a sociedade a partir de dois aspectos centrais: a “vontade de liberdade” inerente à constante busca pela individualização, e a velocidade, devido à “inconsistência” das relações. Tanto as coisas como as relações não são feitas para durar, pois surgem a cada momento novos “produtos”, mais modernos, criativos, atraentes e estimulantes para serem consumidos. Com isso, Bauman (2007) tece as consequências oriundas da busca pela liberdade em detrimento da vida social estável.

Com relação aos sentimentos, Bauman discorre sobre fragilidades dos vínculos humanos através da obra *Amor líquido* (2004). Nomeia as relações humanas como liquidez, que representa possibilidade de sentir-se carente, inseguro nas relações afetivas consideradas essencialmente ambivalentes. Realça que o mundo moderno é “líquido”, uma vez que enfrenta uma furiosa “individualização” resultante de relacionamentos dúbios, os quais oscilam entre pesadelo e sonho, sem parâmetros para identificar quando um se transforma o outro – existe a busca desejosa por um amor seguro e estável, paralelamente o interesse por outro alguém que encanta. Tal dinâmica descrita pelo autor ocasiona o medo da perda do amor que se “tem” (pesadelo) presente na tentativa de obtenção de um amor advindo do desejo (sonho).

Ademais, é esperado que sentimentos de amor, expressão de carinhos e afetos se façam presentes na dinâmica dos relacionamentos íntimos, todavia nem sempre são necessários para que se configure a existência de um contato conjugal.

Bauman segue dizendo em sua obra (op cit.) como seria viver em tempos fluidos, permeados de inseguranças e pautados em incertezas que incidem em nossos relacionamentos

na atualidade, e tal condição é sugestiva para gerar o abuso no relacionamento, pois na atualidade as pessoas buscam afetividade e intimidade nas relações, contudo devido aos relacionamentos superficiais e fugazes poderão incorrer em atitudes que configuram controle abusivo sobre aquele(a) que não pretende ser controlado(a).

Pesquisas apontam que existe um repertório variado de sentimentos e afetos envolvidos em todas as relações humanas, contudo o amor é esperado nas relações afetivamente direcionadas. Possui repertório próprio nas associações interpessoais. É subjetivo na forma de ofertar e receber, bem como nas expectativas e satisfações, dentro da dinâmica amorosa. Seus significados circulam nos diversos espaços sociais, por meio da família, culturas, historicidade, do próprio contexto e grupos sociais. Ou seja, não existe uma definição padrão do mesmo (SOUZA, 2018, p. 14).

### **3.2 Relações afetivas na juventude**

A juventude pode vir a ser entendida como uma etapa da vida humana. Fase marcada pela transição para a idade adulta, bem como por incidência de fenômenos físicos do corpo que se molda. Também pode ser entendida como tempo de preparo, de “amadurecimento”. Permite ser idealizada através de considerável período da beleza, vitalidade e experimentação. Conforme corrobora Souza (2018), por apresentar-se como uma fase de “autonomia” e de possível rompimento com normas valorizadas pelas gerações anteriores, consideramos que essas características são universais e podem configurar certo grau de uniformidade às vivências dos jovens em todos os contextos de relacionamentos.

Concernente a juventude ser período propício para deflagrar o início para a vida afetiva, observamos a necessidade de utilizar marcos legais para definir o limite de idade do perfil da amostra que nos debruçamos para analisar o fenômeno dos relacionamentos abusivos por meio da Teoria das Representações Sociais.

De acordo com Valle (2016), existem contrariedades ao construir limites para definir a faixa etária da juventude por se tratar de conceito em constante discussão. Contudo, é importante seguir uma referência para esta categoria objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e desenvolvimento de políticas públicas.

Por se tratar do tema de pesquisa que abarca vários conceitos, utilizamos como suporte legal a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, cujo teor ressalta que políticas da Secretaria Nacional de Juventude em nosso país dirigem-se aos jovens de 15 a 29 anos, contudo a partir

dessa referência, enumeramos a faixa etária de 18 a 29 anos, como amostra de universitários (as) jovens para comparativo com os adultos nas análises da pesquisa.

Em 05 de agosto de 2013, foi instituído, através da Lei nº 12.852, o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre direitos dos jovens, bem como princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, com vigência a partir de 2014, e o utilizaremos para balizar as ações envolvidas com o público jovem da pesquisa.

De acordo com Manuel (2014), na década de 80 surge o conceito de “amizade colorida” em que rapazes e moças mantêm encontros com o compromisso de não terem quaisquer compromissos.

Traçando paralelo, na atualidade nos vemos inseridos em um contexto cultural onde existem práticas recorrentes da modalidade de relacionamento denominada como “ficar”. Adolescentes e jovens se envolvem em relacionamentos onde não se caracteriza a necessidade de criação de vínculos afetivos e de pertença, apesar deles identificarem uma rotina de contato interpessoal que pode apenas algumas horas, e vir a ser relacionamento ocasional, passageiro, superficial, sem envolvimento profundos, com ausência de exclusividade, até possível descartabilidade do outro, e haver parceiros concomitantes.

Ademais, a introdução de parceiros no relacionamento conjugal inspira novas pesquisas sobre configuração de relacionamentos afetivamente direcionados. Concernente a temática, Perez e Palma (2018) em seus estudos versam que o poliamor, definido como relação amorosa e/ou sexual que envolve mais de duas pessoas, com o consentimento dos envolvidos.

Diferentemente do “ficar” conforme elucida Manuel (2014), que caracteriza-se por relacionamento ocasional, de pouca duração (na maioria dos casos), portanto não implica compromisso. É fortuito, superficial, sem consequências ou envolvimento mais profundos, e corrobora por aumentar o leque de experiências aos envolvidos.

As formas de contatos e intimidades que configura a busca de prazer nesta modalidade de relacionamento podem avançar do beijo e carícias ao sexo, mesmo não implicando em “virar” ou não um namoro, porém o que vai caracterizar o vínculo como namoro, é a estabilidade da associação compactuada entre as duas pessoas.

Nesse contexto relacional, a paquera é descrita como ritual social, aprendido e compartilhado, cujo repertório do flerte pode variar de indivíduo para indivíduo, dependendo de cada um.

Além disso, de acordo com Ribeiro et al. (2011), a expressão ‘ficar’ é utilizada para caracterizar uma fase de atração sem maiores compromissos, e pode envolver de beijos até

contatos sexuais. É pertinente sua ocorrência na fase da juventude onde a busca por diversão, e momentos descontraídos a dois ou até mesmo em grupos sociais, promovem trocas íntimas sem a necessidade de efetivar compromisso.

Paredes et al. (2006), corroboram atentando que o termo ficar ou namorar faz parte e uma linguagem usual para se referirem às relações afetivas. “Ficar” diz respeito a um tipo de relacionamento mais restrito, e geralmente, se restringe ao beijo, sem a ocorrência de práticas sexuais.

De acordo com Souza (2018), o “ficar” é um ato que incide grandemente sobre o namoro na contemporaneidade. Beijar e trocar carícias com alguém, sem ter compromisso algum, é uma forma moderna de buscar a pessoa ideal para namorar, sendo uma espécie de test drive para encontrar um (a) parceiro (a), se constitui como resultado de um jogo social e cultural que implica uma aprendizagem amorosa que por consequência, pode se tornar um relacionamento estável.

Conforme assevera Ribeiro et al. (2011), as nuances da experiência do ‘ficar’ se identificam com as perspectivas da juventude por se tratar da fase da vida em que a sexualidade está no auge e a florada e os papéis sexuais sendo definidos.

Dito isso, as relações afetivamente direcionadas estão presentes em um lócus de construção da identidade e autonomia, e a escolha dos parceiros amorosos é uma forma de aprendizado da sexualidade não restrita à genitalidade como determinante biológico.

Entendendo a juventude como produtora de aprendizados através de inúmeros desafios e escolhas que constroem sua identidade, as relações afetivas corroboram para tanto. Todavia Souza (2018) alerta que, a partir da flexibilização das relações afetivas, constituem-se novas maneiras de se relacionar, que também incluem a presença de violência.

Inicialmente o contato se dá através do chamado “flerte ou paquera”, que é um repertório de conquista do jovem. É um jogo emocional extremamente individual, pois cada um tem uma maneira diferente de flertar, podendo envolver olhares insinuantes, uma piscada de olhos e afins, porém a finalidade é demonstrar interesse afetivo sexual no outro (SOUZA, 2018, p.26).

No ficar, como não há necessariamente compromisso, observa-se a manifestação explícita ou velada da violência através das cobranças de um parceiro para com o outro, conforme citado por Souza (2018), que o fato de exigir a exclusividade sexual de um parceiro enquanto este outro não a mantém, pode ser tipificado como uma forma de violência.

A justificativa dessa exigência é a noção egoísta de dominação de um parceiro sob o outro. Configura uma forma de controle que restringe a liberdade sexual apenas de um

parceiro, mesmo não havendo a formalização de compromisso entre os pares. As expectativas geradas de um sobre o outro, podem acionar comportamentos controladores, com isso o “ficar abusivo” pode apresentar-se com mais frequência do que se espera em um relacionamento dessa modalidade.

Porém, Murta et al. (2013) asseveram que no namoro, a violência é considerada um comportamento dentro do repertório na relação íntima, sendo previsto dano físico, sexual ou psicológico, incluindo a perpetração de atos agressivos, coerção sexual, abuso emocional e “comportamentos controladores”. Podendo ser desencadeada por questões sutis e se instalar de maneira imperceptível. A utilização de palavras ou empurrões poderá evoluir no que tange a intensidade e frequência nos relacionamentos afetivos.

Com o advento das iniciativas através das lutas feministas, políticas públicas e legislação específica no tocante aos direitos de proteção e à vida, a mulher deixa de figurar na sociedade como ser sem expressão e, portanto, passível de vulnerabilidades. A conquistada condição contribui para a destituição do domínio e controle masculino, concedendo o direito libertário de autonomia na construção de sua própria trajetória.

Embora exista considerável literatura internacional sobre a violência íntima nos relacionamentos juvenis, no Brasil apenas recentemente o tema tem despertado o interesse da comunidade científica. A escassa produção nacional sobre o assunto e a inadequação em utilizar dados de outros países e de diferentes culturas alertam para a necessidade de estudos que investiguem a prevalência, os fatores associados e as especificidades da violência nos relacionamentos afetivos em jovens brasileiros (as) (BARREIRA, et al. 2013, p. 234).

### **3.3 Relacionamentos Abusivos: Definições e suas Manifestações**

Concernente às relações abusivas entre namorados, configuram a violência de gênero, perpetrada pela via do abuso de poder de uma pessoa sobre a outra, nas relações desiguais e assimétricas, produzidas por questões de gênero que naturalizam as noções de masculino e de feminino (OLIVEIRA et al., 2016, p. 2).

Por se tratar a juventude como período em que se deflagram as primeiras interações e práticas amorosas, bem como se desenvolvem experiências iniciais sobre a intimidade e as relações afetivas, os estudos denotam que os jovens, pelo período desenvolvimental em que se encontram, podem consolidar significados e construções “míticas” sobre o amor e sobre as

relações afetivas, tais como a associação do ciúme ao amor, a violência como manifestação de amor, a indissolubilidade das relações (BLACK & WEIZ, 2003, apud Dias, 2013, p. 67).

A juventude, portanto, compreende um período complexo de geração de experiências no campo afetivo, marcado por aprendizagens e trocas na interação no que tange a dinâmica amorosa, que representa os aspectos culturais de um tempo de uma dada sociedade.

Em sua construção histórica e social, o amor traz consigo o entendimento de que deve ser vivido (e sentido) de acordo com algumas normas - do amor romântico, patriarcal, heteronormativo e de monogamia compulsória. O amor é, portanto, socialmente construído, produto e reflexo de sua época e sociedade, não podendo ser simplesmente entendido como algo já preestabelecido (PEREZ e PALMA, 2018 p. 2).

Dando o referido enfoque aos relacionamentos íntimos/afetivos na atualidade, pessoas de todas as faixas etárias podem estar envolvidas em modalidades de relacionamentos como ficar, namorar e/ou casar, entre outras, orientadas pela presença de sentimentos, e o amor está dentre eles.

Vale ressaltar que o termo poliamor um conceito é importante, portanto, para nomear relações que não se encaixam nas configurações que abarcam o amor consensuadas em nossa sociedade. O poliamor não é considerado monogamia, pois pressupõe a relação com mais de um parceiro, contudo, respeita os princípios de fidelidade da monogamia, que pode fazer parte do contrato, bem como a identificação de sentimentos e afetos compartilhados. Ao mesmo tempo, o poliamor também não se compara à poligamia, pois não pressupõe assimetria de gênero (PEREZ e PALMA, 2018, p. 3).

Tais configurações afetivas podem repercutir nas práticas de relacionamentos íntimos, visto que promovem e sustentam a tolerância e a legitimação de práticas relacionais diferenciadas na atualidade, porém como tudo que é novo, causa impactos, resistências e preconceitos.

Apesar de não termos interrogado na pesquisa sobre a modalidade de relacionamento em que os universitários estão envolvidos, trouxemos para compor nosso estudo as considerações sobre as relações do ficar e poliamor por se tratarem de novas configurações de relações conjugais que também podem estar marcadas pelos comprometimentos dos relacionamentos abusivos, além das modalidades relacionais como namorar e casar. Ademais, sinalizamos que as práticas abusivas podem estar presentes em qualquer modalidade de relação íntima/afetiva, bem como independe da faixa etária.

A literatura identifica a juventude como período do desenvolvimento humano considerado fenômeno multifacetado que engloba aspectos biológicos, psicossociais, onde

vários fatores culturais incidem na formação dessas pessoas. As experiências de conflitos nos relacionamentos afetivos neste período transitório de vida podem vir a marcar de forma definitiva, tanto os aspectos físicos quanto emocionais dos envolvidos, concernente a esse dado, propuzemos o estudo sobre relacionamentos abusivos junto aos universitários, analisando as representações sociais do público jovem sobre o referido fenômeno, com a pretensão de colaborar com reflexões sobre a temática nos contextos onde os (as) jovens atuam na tentativa de minimizar os comprometimentos quando estes ocorrem devido ao abuso presente nas relações.

Manuel (2014) relata que o abuso quando emocional tem origem no desejo do (a) agressor (a) controlar o comportamento da outra pessoa, tentando dessa forma diminuir sua autoconfiança e limitando sua capacidade de agir.

Discorre que relativamente este tipo de agressão é tão frequente em homens como em mulheres, porém, os homens estão mais propensos a aumentar a intensidade do abuso quando sentem os riscos de perder o controle da situação, podendo mesmo recorrer à violência física.

O tema foi também investigado por Mattes & Rocha (2016), e segundo as pesquisas, nos relacionamentos das jovens, a violência também se faz presente, constituindo, atualmente, como grave problema de ordem social.

A violência de gênero contra as jovens pode ser apresentada de diversas maneiras, bem como contra as mulheres adultas, podendo ser psicológica, física e sexual. Porém, ao discorrermos sobre as jovens, identificamos que possuem menor poder de negociação, e acabam por se caracterizar maiores vítimas de seus parceiros, que usam de artimanhas de cunho emocional e sentimental, para ditar regras e afirmar seu poder sobre elas. (MATTES e ROCHA 2016, p. 10).

Gomes (2011) corrobora descrevendo a violência simbólica, traduzida por aspectos que cotidianamente são aceitos, incorporados e reproduzidos, sem que os pares dessas relações percebam a sua existência.

Segundo Bourdieu (2011), esse tipo de violência geralmente acontece de forma insensível e invisível para suas próprias vítimas, sendo produzida e reproduzida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e conhecimento, ou desconhecimento, e ainda do sentimento.

Conforme corrobora Vasconcellos (2002), está relacionada a mecanismos sutis de dominação e de exclusão social, utilizados por indivíduos, grupos ou instituições nos contextos onde atuam. Por meio dela, ocorre a dominação sustentada pela intolerância às regras e

sanções, ou mesmo à incapacidade de conhecimento de regras e direitos.

Sendo assim, a violência envolvida na dinâmica relacional, para além do relacionamento monogâmico (vide o poliamor), é muita das vezes, de difícil detecção por se tratar de relacionamentos permeados de afetos. Por conta disso, se faz necessário um olhar de terceiros, sensível, treinado e habilitado para promover as formas de identificação e/ou oferta de auxílio dentre as propostas para combater a violência, pois dificilmente a vítima tem condições para tanto.

Como assevera Manuel (2014),

Estudos referem que os jovens que reportam experienciar violência no namoro estão mais propensos a elevados consumos de substâncias como álcool e drogas, a ter problemas de controle de peso, infeções sexualmente transmissíveis, gravidezes indesejadas e depressão. Numa situação mais extrema, a experiência de violência pode levar muitas vítimas a tentar ou consumir o suicídio (MANUEL 2014, p.13).

A referida autora enfatiza que as vítimas de violência tendem a sentirem-se sozinhas, assustadas, envergonhadas, culpadas, desconfiadas, inseguras, confusas, tristes, ansiosas. Tais sentimentos são pertinentes à situação conflituosa para resolver e ultrapassar. Podem ainda apresentar baixa autoestima, sintomas de mal estar físico (cansaço, insônias, dores de cabeça, entre outros). Com aumento dos níveis de ansiedade justificada pela possibilidade da vítima reviver cognitivamente o evento de violência do qual foi alvo.

De acordo com Souza (2018), a violência nas relações afetivas está ancorada em normas culturais historicamente construídas que incidem nos processos de socialização, instaurando modelos de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, considerada um grave problema social e de saúde pública, sobretudo, quando ocorre na juventude, considerada como fase de elaboração das normas sociais e de aprendizado, principalmente de aprendizado amoroso.

O autor supracitado aponta que a violência pode acabar se cristalizando como estratégia para lidar com os conflitos nas relações íntimas, a medida que se estabelece como uma forma de interação naturalizada entre os jovens.

Experiências pregressas de violência nos relacionamentos podem atuar como preditores de comportamentos subsequentes, tanto no que se refere à vitimização, quanto à perpetração das agressões.

Torna-se relevante impulsionar pesquisas nesta área para desmistificar entre a juventude que o abuso no relacionamento não seria expressão de amor e carinhos, bem como que a violência de gênero está mais presente nos relacionamentos estáveis e duradouros, como casamento, e, portanto afastada do contexto relacional dos jovens.

De acordo com Dias (2013), no tocante aos estudos culturais, utiliza como referência Hatfield & Rapson (2005), em sua profícua análise em estudos que versam sobre amor e algumas das suas expressões mais intensas e/ou violentas (tais como ciúme, rejeição, amor não correspondido e alguns tipos de violência), arrematam que podemos encontrar diferenças culturais na interpretação, intensidade e expressão das experiências emocionais amorosas e que seria a cultura que delimita o que é ou não é perturbador numa relação, bem como o que desencadeia reações negativas mais intensas, e molda a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas.

Segundo Barreira, et al. (2013), é possível identificar a base teórica dos estudos da violência nas relações afetivo/sexuais de jovens e adolescentes (namoro, ficar). Seu enfoque é derivado das pesquisas sobre violência contra a mulher nas relações entre parceiros íntimos na vida adulta. Tais estudos foram deflagrados a partir do esforço do movimento feminista em denunciar a violência doméstica na década de 1970.

Segundo Oliveira (2014), na década de 80 verifica-se a crescente busca pelo tema da violência psicológica entre namorados adolescentes, com relatos de pesquisas norte-americanas e canadenses, portuguesa, espanholas, chinesa, suíça, israelenses, mexicanas e brasileiras.

Em estudo quanti-qualitativo com adolescentes brasileiros, indicam que 85,3% já havia praticado algum tipo de violência verbal contra um parceiro (provocar ciúmes e raiva, depreciar, insultar, falar em tom hostil, dentre outros) e várias manifestações de agressões verbais eram justificadas ou consideradas aceitáveis pelos adolescentes. Também foram detectadas altas prevalências de tons de violência nos relacionamentos entre adolescentes espanhóis – 96,3%. Entre os canadenses, “falar com o parceiro em tom hostil” foi o item mais relatado de violência psicológica – 53,7%, seguido por “falar sobre algo ruim que o parceiro tinha feito no passado” – 52,65% e por “provocar ciúmes” – 51,85% (OLIVEIRA et al, 2014, p. 708).

Em um estudo realizado por Barreira, et al. (2013) com 302 jovens, 60 deles (19,9%) relataram perpetrar violência física contra seus parceiros, sendo 37 meninas (21,8%) e 23 meninos (17,4%). Para violência psicológica, a prevalência de perpetração foi de 82,8%, sendo 80,6% no sexo feminino e 85,6% no sexo masculino. A prevalência de ocorrência de violência física e psicológica foi de 18,9%, com 20,6% para o sexo feminino e 16,7% para o sexo masculino.

Outro estudo com 3.205 adolescentes, realizado entre 2007 e 2009, analisou prevalência de violência nas relações afetivas entre adolescentes e jovens de 15 a 19 anos, de 10 capitais brasileiras. Dentre os resultados verifica-se: a alta prevalência da violência entre jovens namorados – praticamente 09 em cada 10 participantes praticaram/sofreram variadas formas de violência (86,8% são vítimas e 86,9% são agressores); a ocorrência e a inter-relação de diferentes tipos de violência: psicológica, física e sexual (SOUZA, 2018, p. 15).

Os dados apresentados demonstram que a violência perpetrada nos relacionamentos afetivos acomete tanto as moças quanto os rapazes, porém tais estudos evidenciam a prevalência das jovens no perfil de vítima nos contatos íntimos/afetivos entre casais heterossexuais.

Em pesquisa realizada em jovens universitários de 32 nações, incluindo o Brasil, 17% a 49% deles relataram ter agredido fisicamente o parceiro no último ano, com média de 29%. A prevalência de agressões físicas mais severas, como esmurrar, estrangular e agredir com armas foi em média 10%. Outra pesquisa realizada nos Estados Unidos com 633 jovens observou que 6% dos meninos e 23% das meninas afirmaram ter usado violência física e psicológica no namoro ao mesmo tempo (BARREIRA, et al. 2013, p. 234).

Conforme pesquisa realizada em Coimbra, produzida pela União de Mulheres Alternativa Resposta e apresentada por Global Média (2016), na qual foram ouvidos jovens do Grande Porto, Braga e Coimbra, pode-se concluir que os rapazes, perpetram comportamentos violentos, relacionados à violência sexual, ou seja, acham “normal” o fato de forçar a parceira a manter relações sexuais, como dispõe a pesquisa, tal percepção é aceita por pelo menos 16% dos entrevistados, bem como, ao tratar de comportamentos violentos em um relacionamento amoroso o número atinge 22% dos entrevistados.

Straus (2004, apud Gomes, 2011) cita pesquisa a nível internacional abarcando 16 países, demonstra indícios que o relacionamento no namoro pode apresentar o mesmo patamar de violência tanto quanto o relacionamento marital.

Para Gomes (2011), a dinâmica dos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes denota que as novas gerações já apresentam indícios de agressões mútuas, utilizando repertório de insultos e ameaças, bem com uso de violência física.

Tais dados demonstram que o assunto é de interesse mundial, uma vez que a violência nos relacionamentos afetivos entre jovens está inserida em todas as partes do mundo, o que não seria diferente no Brasil (GLOBAL MÉDIA, 2016).

Concernente à gravidade do abuso na intimidade relacional na juventude, e pelo fato de aproximar sequelas a curto, médio e longo prazo, somos instigados a permanecer em pesquisas objetivando o fomento de novos conhecimentos que possam contribuir na discussão com a juventude sobre as várias formas de violência nos relacionamentos afetivamente direcionados.

### **3.4 Relações de gênero e sexualidade:**

De acordo com Souza (2018), atribuindo relevância às mudanças histórico-culturais dos relacionamentos afetivos, cabe ressaltar a atuação das noções de gênero na construção de tais relações.

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e das relações de poder na sociedade. A partir dessa relação de dominação é que estruturam-se os papéis que cada parceiro terá na relação, além de influenciar na construção da identidade sexual das pessoas (SOUZA 2018, p. 24).

É sabido que contatos sociais entre homens e mulheres são influenciados por moldes construídos e compartilhados em determinados contextos da sociedade, definindo os papéis que representam o ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, onde certas características são reafirmadas como superior e inferior, dominante e dominado, ativo e passivo, entre outras (HEILBORN, 2006).

Segundo Souza (2018) marcadores identitários de gênero atuam nos eixos dominação/submissão nos relacionamentos afetivos, independente da autoafirmação de ‘ser homem’ ou ‘ser mulher’, que acompanham a identificação pelo sexo biológico e anatômico (genitália humana). Todavia, jovens e adolescentes se apropriam de marcadores identitários de gênero atuantes no imaginário social para se posicionarem nos relacionamentos íntimos/afetivos.

Gomes (2011) cita como marco identitário que opera culturalmente para a definição do ‘ser homem’ (por oposição, do ‘ser mulher’), o fato de haver maior concentração do poder masculino. A presença de poder nos relacionamentos íntimos influencia nas incoerentes atitudes de dominação.

Com intuito de demonstrar a desigualdade de poder nas relações sociais entre estudantes do ensino público de alguns Estados brasileiros, destacamos depoimentos dos jovens coletados na pesquisa de Gomes (2011, p. 144): “A mulher evoluiu muito mesmo (...), mas ainda não (...) se igualou assim ao homem” (Mulher, escola particular, Manaus); “A mulher

pode ser brava, pode ser uma lutadora, uma boxeadora, o que for, ela nunca vai lutar com homem, ela nunca vai poder” (Homem, escola pública, Recife); “Aonde eu vou (...) eu falo (...) e chego naquele horário [que falei]. Agora ele não, ele ia sair, eu ia perguntar, ele alterava a voz comigo” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “Pra eles [homens], eles que mandam e pronto” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)”.

Segundo Heilborn (2006), pelo fato da construção de gênero suceder no social, por meio de contatos rotineiros com a família, escola, rua, mídia, vão sendo perpassadas as noções que se ancoram e inspiram as representações e práticas especiais para jovens de cada sexo.

Carrara (2004) assevera que na literatura encontramos estudos que versam sobre o desenvolvimento infantil que fomenta nos meninos os instintos agressivos, ao receber presentes como armas de fogo, espadas, diferente das meninas que recebem bonecas e utensílios de casa para brincar.

Paredes et al., (2006) discorrem sobre o conformismo das mulheres que foram educadas para casar e ser mãe, e se deixam conduzir pela afetividade e romantismo ilusórios. Padrões sociais disseminados comumente no Brasil indicando o contexto doméstico à mulher, produzem cristalização dos referidos papéis, além de colaborar com a perpetuação da submissão feminina ao poder e mando do masculino.

Ademais, Paredes et al. (2006) suscitam a nossa reflexão. À mulher não é permitida a expressão social de sua sexualidade, e quiçá na vida íntima. Tornando o assunto fora da pauta de reivindicação por prazer nas relações íntima/afetivas. A vivência da sexualidade é concedida ao homem desde a sua construção da identidade de gênero e, portanto, negada à mulher.

Oliveira et al. (2016) ressaltam que a construção da masculinidade é permeada pela violência, onde essa se expressa nos relatos de meninos e meninas quando qualificam a agressão física como algo intrínseco ao ‘ser homem’ e percebem-na como algo mais praticado pelos namorados contra suas parceiras do que o contrário.

Na dinâmica referida, sentir-se traído (nem sempre se tem evidência da infidelidade) é considerado bastante grave pelos jovens do gênero masculino, para quem a traição seria uma afronta humilhante, podendo provocar reações impulsivas e violentas. Porém, a crença de que ‘ser infiel’ é da ‘natureza do homem’ também persiste no imaginário feminino.

Bourdieu (2011) nos apresenta seus estudos sobre a dominação masculina e a questão da desigualdade de gênero, que apontam a necessidade de incluir os homens em pesquisas sobre gênero, assim como as imposições sociais específicas que recaem sobre a masculinidade.

Argumenta que a dominação masculina é mais do que uma diferença de posição, de prestígio ou de poder que favorece os homens e subjuga as mulheres.

Gomes (2011) ratifica que historicamente, acontece a manutenção das estratégias da hierarquização de gênero em diferentes épocas e, por ser sutil, é incorporada sem que se faça perceber. Tornando um fenômeno naturalizado e não questionado entre as gerações.

Destacamos na pesquisa de Gomes (2011) a marca identitária de ‘ser forte’, vinculada ou não ao fato de o homem apresentar mais poder do que a mulher. Por vezes, tal consideração, poderá conceder decréscimo ao homem, desqualificando-o como tal ou impossibilitando-o de expressar seus sentimentos.

Em seus estudos foram apresentados relatos de estudantes que reafirmam essa percepção: “Sei lá. A mulher é mais sentimental (...) o homem já aguenta mais” (Mulher, escola particular, Manaus); “Minha prima me disse: Você tenha pose de homem, vira macho. Isso não é coisa que o homem faça, não: ficar chorando por mulher. Você cria vergonha na sua cara” (Homem, escola pública, Brasília); “As meninas preferem caras mais machões porque vendo um cara mais certinho e meiguinho, elas acham que é tudo gay” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Psicologicamente também, a mulher é muito mais fraca” (Homem, escola particular, Belo Horizonte) (GOMES 2011, p.144).

Segue apontando em suas pesquisas que, entre as falas dos estudantes, apresentam-se outras marcas identitárias masculinas, relacionadas às seguintes ideias: a iniciativa sexual cabe ao homem; a mulher sofre mais interdições sexuais do que os homens; e a quantidade de relações sexuais pode atestar a qualidade sexual masculina: “Quanto mais eles ficarem com mulher, melhor eles são (Mulher, escola pública, Teresina)”. “A nossa própria sociedade faz uma agressão: ‘Ah, a mulher, nossa, não, não é mais virgem, que absurdo, é uma puta’ (...) e com homem: ‘Nossa, você é um garanhão’ (Mulher, escola particular, Brasília). [Para] os meninos (...) quantidade [é usada] para se gabar. Ou seja, eles fazem isso porque eles acham que vai contar alguma coisa para a masculinidade deles. Para se afirmar. É isso que acontece. (Mulher, escola particular, Porto Velho)” (GOMES, 2011, p. 145).

Conforme cita Carrara (2004), possivelmente, a promoção da mudança cultural abriria espaço para a construção de relações interpessoais mais equânimes, incluindo o nivelamento da diversidade estética de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, concedendo a construção da expressão da sexualidade a partir de condições não hegemônicas dentro dos padrões culturais.

Ademais, Velho et al. (2010) definem a sexualidade como o modo de cada pessoa viver sua construção de gênero com relação às outras pessoas. Esse aspecto da personalidade humana

é inculcido de forma dialógica entre perspectivas biológicas na interação com o contexto social ao longo de toda sua existência.

Não é recomendável restringir a sexualidade ao ato sexual em si, às genitálias ou à orientação sexual. Ela é muito mais ampla, e a cada fase da vida da pessoa pode ganhar nova configuração, com novas aprendizagens que se dão no decorrer de todo o desenvolvimento humano. Para Souza (2018) refletem os padrões culturais consensuados que são percebidos e incorporados nas diversas sociedades.

De acordo com Carrara (2004), tal qual o gênero, a sexualidade é uma dimensão da experiência humana na qual se estabelecem relações de poder. Está associada a desigualdades, preconceitos, discriminações, violência, além das possibilidades de superação de tais desigualdades. O modo como a sexualidade é sentida, pensada e expressada socialmente, atravessa gradações pertinentes à determinada época, cultura e grupo social a que cada indivíduo pertence.

Essa manifestação segue uma direção e não outra por aspectos culturais marcados historicamente. Segundo Souza (2018), em nossa sociedade capitalista circulam diversas formas de consolidar a dominação de uma categoria sobre a outra. Nas relações afetivas, duas categorias se vinculam às formas de violência: o patriarcado e a dominação masculina. Assevera que a cultura patriarcal apresenta uma forte tendência hierarquizante. A violência se faz presente como um elemento constitutivo nas relações interpessoais.

O referido autor atribui devida importância à “pedagogia da violência”, em que se banaliza o uso do poder por meio da força e da dominação daqueles considerados hierarquicamente superiores, de forma consentida e naturalizada, com incentivo ou tão somente a tolerância da sociedade como um todo.

O mecanismo estruturante da dominação social entre gêneros é caracterizado como machismo, considerado “o filho do patriarcado”. Tem como consequência a violência de gênero, e dentre as formas de desdobramento está o controle efetivado do masculino sobre o feminino.

O machismo pode ser discutido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes e por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes (SOUZA, 2018, p.24).

Cabe ressaltar que a história das sociedades no Brasil, em razão da vigência do estatuto da mulher casada, Lei 4.121/62, é atravessada por um olhar diferenciado para com as

mulheres. O domínio, o controle e o poder sempre estiveram nas mãos dos homens, adiaram a equidade de direitos, e, acima de tudo, há o fomento de práticas que marcam a desigualdade até os dias atuais.

A acepção do termo machismo abarca em si sentidos variados sobre o significado do ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ na sociedade, incluindo os modos de vida pautados neste constructo, que reivindica ao homem um lugar de superioridade perante a mulher e/ou ao feminino, torna legítima a perpetração da violência, da mesma forma gera no homem a crença de que a mulher estando submissa ao seu poder emanado nessa relação, deve acatar, servir e obedecer ao domínio e controle dele, como se não pudesse ser autônoma e dona de si mesma, tendo que ceder aos mandos e vontades na relação machista. Conforme consta em Mattes e Rocha (2016), dessa forma a violência é ancorada nos relacionamentos afetivamente direcionados.

A cultura brasileira sustenta a reprodução do machismo, perpassado através das gerações através da linguagem cotidiana, bem como reforça o lugar do ‘ser mulher’ que é concedido na relação de gênero. Contudo, é verificada a produção de mudanças nessa área devido a nova realidade da população e da inserção de direitos previstos em lei, antes negados. Contudo, de acordo com Mattes e Rocha (2016), persistem fatores ancorados nas bases da sociedade patriarcal e machista.

Bourdieu (2011) apresenta o aumento da inserção das jovens no ensino secundário e superior como sendo um dos fatores mais decisivos da transformação da condição da mulher, por estar relacionado com as transformações na divisão do trabalho. Com isso, a mulher passa a desempenhar profissões intelectuais com uma forte representação em várias esferas da sociedade.

Porém, de acordo com Silveira (2018), mesmo galgando lugares de destaque, as mulheres ainda vivem sob o reflexo do machismo, que delimita o que ‘é coisa de homem’ e o que ‘é coisa de mulher’, que se apresenta nas várias facetas da violência, inclusive pode estar expressa de ‘forma invisível’ (agressões verbais e psicológicas) e/ou na ‘forma visível’ (agressões físicas).

Por fim, percebemos que está incutida no imaginário das pessoas da sociedade, a convicção de que a mulher ao permanecer com seu agressor está compactuando com a violência ao qual é submetida. Por vezes o que lhes falta para romper com o ciclo de violência seria a foça dentro de si, já destruída pela convivência na relação abusiva.

Poderíamos propor a flexibilização de tais convicções para que seja reformulada a compreensão dos motivos reais que levam muitas mulheres a não romperem com este ciclo,

já doentio e estagnado de relacionamento.

Apartir do exposto, conclamamos à reflexão e uma análise profunda quanto ao papel reservado à mulher nas relações sociais dentro do sistema patriarcal, com uma trajetória marcada pela dominação masculina, para enfim desconstruirmos o paradigma do ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ em nossa sociedade, e dessa forma minimizar os impactos das diferenças de gênero que incidem em relações desiguais e desembocam em abusos nas relações afetivamente direcionadas.

### **3.5 Legislações voltadas para as questões de gênero no Brasil**

Devido ao fato de, a violência de gênero incidir nas relações íntimas e afetivas atuar como fenômeno construído e instituído social e culturalmente, caracterizado de forma naturalizada, e que devido às suas formas sutis, se tornam imperceptíveis, e portanto podem ser disseminados de forma velada, ocasionando a manutenção do pátrio poder, portanto houve a articulação de movimentos sociais repercutindo na promulgação de leis e políticas públicas voltadas para as questões de gênero.

No território brasileiro, a Lei 3071/16, Art. 380 do Código Civil discorre que estava dedicado ao homem o exercício do pátrio poder, e que a mulher, ao tornar-se esposa, estava submetida à restrição de diversos direitos civis, que para serem exercidos por ela, dependiam de autorização do marido.

Em razão da vigência do Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.121/62, se faz notória a querela dos direitos é de fato diferenciada para as mulheres até os dias atuais.

A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco no sistema jurídico brasileiro, a qual não se omitiu da responsabilidade de equiparar homens e mulheres em direitos e obrigações (art. 5º, caput, incisos I e XLII), registrando a proibição de nenhuma discriminação que venha a atentar contra os direitos e liberdades fundamentais, de tal forma que transmitiu a necessidade de se trazer a igualdade material das relações de gênero, bem como sua tutela e amparo ao ampliar direitos individuais e sociais, como também concretizando a mulher como efetiva cidadã, passiva de garantias no espaço público, familiar e em sua intimidade (BARRETO e PIEDADE, 2018, p. 6).

A partir de então, avanços foram conquistados na sociedade como o estabelecimento do exercício do pátrio poder a ambos os pais, não mais considerando a esposa como civilmente incapaz. Tal condição propunha um ponto crucial no ordenamento jurídico brasileiro concernente aos efeitos jurídicos do casamento e às relações patrimoniais.

Oliveira (2014) intitula movimento feminista como um movimento político,

ideológico e social, que se ancora na luta contra o patriarcado, referido como um sistema que oprime as mulheres, vitalizando as lutas pela igualdade de direitos em relação aos homens.

A violência na intimidade ganhou visibilidade social em consequência das lutas feministas por décadas, impulsionando o fomento das atuais políticas públicas voltadas para a educação e erradicação das formas de violência contra a mulher em diversas áreas.

Barreto e Piedade (2018) identificam a Constituição Brasileira de 1988 como um marco no ordenamento jurídico brasileiro para a promoção da equidade de direitos e obrigações entre homens e mulheres (art. 5º, caput, incisos I e XLI), assegurando a proibição de toda e qualquer forma de discriminação contra os direitos e liberdades fundamentais. Sendo assim, ratifica o valor de se fazer trazer a igualdade material das relações de gênero, além da tutela e amparo ao ampliar direitos individuais e sociais, bem como instaura a mulher como efetiva cidadã, receptora de garantias no espaço público, familiar e em sua intimidade.

Em 2003, o Governo Federal publicou uma cartilha intitulada de *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero – Construindo Políticas Públicas* (BRASIL, 2003) apresenta informações importantes sobre o tema, dentre elas a definição de violência de gênero, também nomeada violência contra a mulher:

A violência de gênero em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está ligado ao poder, onde de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação (BRASIL, 2003, p. 8).

A referida tipificação de violência acomete mulheres em escala mundial, de todas as idades, raças, crenças e condição social, são representadas através das desigualdades salariais, do assédio sexual e moral no trabalho, entre outras formas de dominação e tratamentos desumanos, configuram a violação dos direitos humanos e da cidadania.

Trata-se de qualquer comportamento que vise a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja física, psíquica, sexual ou moral, através do uso da força, caracteriza-se como violência. Pode-se dizer, portanto, que qualquer tipo de violência é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (SAFFIOTTI, 2015, p.18).

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou uma resolução a fim de elucidar o que vem a ser violência contra mulher, conceituando-a como qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos à mulher. A referida consideração se estende para ameaças, correção e privação da liberdade (ONU, 2005, p.6).

Como assevera Souza, (2018 p.17), “A violência de gênero é a violência que sustenta

o relacionamento abusivo”. Em nosso país, o tema da violência de gênero está incluso nas pesquisas dos relacionadas à violência contra as mulheres ou à violência conjugal. Tal conduta violenta incide de um sexo sobre o sexo oposto e está relacionada às suas diferenças. Porém, se faz esclarecer que o conceito refere-se à violência cujo sujeito passivo é do gênero feminino.

No Brasil em 2006, atendendo a litígio jurídica que solicita o amparo a mulher objetivando a concessão de lugar e status de igualdade e proteção, foi sancionada a Lei nº 11.340, intitulada como Lei Maria da Penha, que intenciona a criação de mecanismos para coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Constitui um marco na luta pela igualdade de direitos e no combate a violência contra a mulher. Para os efeitos desta Lei, o art. 5º configura a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A referida Lei contempla a definição dos contextos aos quais podem ser perpetradas as formas de violência como sendo:

- No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Vale ressaltar que a Lei (op cit.) identifica o contexto doméstico e familiar como espaços que mais incidem as situações de violência contra a mulher, portanto se configura um ambiente de risco, porém o contexto da violência pode ser considerado mais abrangente.

O estudo sobre a violência entre parceiros passou também a considerar os mais variados contextos, ou seja, para além do contexto do casamento, percebeu-se que a violência pode ocorrer no contexto da coabitação ou mesmo o namoro. Isto é reflexo também de uma mudança na sociedade, ou seja, há uma diminuição do número de casamentos e um aumento de novas formas de coabitação (MANUEL, 2014, p 8).

Ademais, a Lei nº 11.340/2006 intitula como agressores as pessoas em que a mulher tem ou tinha algum tipo de relação íntima de afeto e/ou confiança (BRASIL, 2006).

Outrossim, em relação à questão supra citada, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que pode ser utilizada a Lei Maria de Penha tanto em casos de violência advindos de namorados, quanto de ex-namorados, pois há caracterização de relação de afeto,

sendo desnecessária a coabitação para tanto (MATTES e ROCHA 2016, p.9).

Com isso, a Lei Maria da Penha dentro de seus objetivos, contempla as formas de violência em relacionamentos abusivos, que também podem ser perpetradas nas variadas modalidades de relacionamentos íntimos/afetivos na juventude.

Barreto e Piedade (2018) corroboram ressaltando o artigo 6º da Lei Maria da Penha que cita a violência doméstica e familiar contra a mulher como grave violação dos direitos humanos, concernente à promoção de avanço na concessão de direitos à igualdade e ao ratificar a violência de gênero como afronta aos direitos humanos.

Como fomento para o debate sobre essa temática, no vídeo Panorama de Relacionamento Abusivos apresentado pela TV Cultura em 04/08/2017, as operadoras do Direito de São Paulo, Juíza Teresa Cristina Cabral e Promotora Maria Gabriela P. Manssur descrevem o perfil da vítima e do abusador, bem como o contexto que envolve o relacionamento abusivo, e reiteram que, em nossa cultura, se entende o controle como uma forma de cuidado e a expressão de ciúmes como prova de amor, e que é comum na relação de gênero a mulher ser submissa ao homem, acarretando a demora na identificação da ocorrência da violência, além de atrapalhar a mulher, como vítima no relacionamento abusivo, buscar dentro da lei as formas protetivas e punitivas contra o abusador.

As operadoras do Direito informaram também que a aplicação da Lei Maria da Penha contempla o relacionamento abusivo mesmo na modalidade do “ficar”, porém como esse dado não é divulgado com a relevância devida, pode vir a colaborar com a vulnerabilidade desta população juvenil diante da ocorrência de tal ação criminosa.

Através do conteúdo apresentado no vídeo, fica notório que se faz necessária a implementação e manutenção de ações educativas e preventivas nas Universidades além de outros contextos onde as jovens estão inseridas, como forma de coibir futuras ações de violência contra a mulher nos relacionamentos afetivos.

Nos é dado a conhecer dados referentes ao quantitativo de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado do Rio de Janeiro através que buscam o Serviço 190 da Polícia Militar (PM). No primeiro semestre de 2019, das 164.581 chamadas recebidas no serviço, 30.617 foram relacionadas às ameaças contra mulheres.

Tendo em vista a criação de formas de enfrentamento à violência contra a mulher, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em conjunto com integrantes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) efetivou a iniciativa para promoção de acompanhamento especializado às vítimas de violência doméstica no Estado a partir de 05/08/2019 através do

Programa Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida.

De acordo com o secretário de Polícia Militar do RJ, general Rogério Figueredo de Lacerda, um dos estudos realizados pela corporação apontou que dos 21.326 despachos de viaturas para atender denúncia de violência doméstica nos quatro primeiros meses deste ano, em quase 80% dos casos, as ocorrências terminaram na classificação “cancelada pelo solicitante”, ou seja, a própria vítima por medo, constrangimento ou outra razão, resolveu desistir da denúncia. O trabalho proposto para a segunda etapa terá visitas às residências das vítimas para verificar se está ocorrendo o cumprimento da medida protetiva expedida pela Justiça contra o agressor.

Em cada unidade operacional da corporação terá uma equipe especializada e capacitada em ciclos de treinamentos específicos a essa demanda e atuará com braçadeira e a inscrição Patrulha Maria da Penha - Guardiões da Vida. Contará ainda com 42 viaturas caracterizadas com uma tarja lilás e a logomarca do programa.

Devido o agravo no repertório das formas de violência contra a mulher, foi criada a Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, alterando o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2015).

Segundo Meneghel e Margatires (2017), a referida lei inclui a concepção da desigualdade de gênero presente na sociedade como determinante, politizando, portanto, esse tipo de crime. Mesmo assim, ainda são reduzidos os motivos dos feminicídios: a conflitos nas relações de conjugalidade, a patologias dos agressores, a questões de honra, e a tipificação de violência contra a mulher considerada Feminicídio, que constitui a forma mais extrema de violência baseada em gênero, entendida como aquela exercida pelos homens contra as mulheres, pelo desejo de obter poder, dominação ou controle, e sendo apresentado ao final de um continuum de violência.

Como assevera Essy (2017), por terem significado simbólico, em que a violência é usada para demonstrar poder, os referidos crimes representam as hierarquias existentes entre mulheres e homens, mantida pela inter-relação de três sistemas de dominação/exploração: o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Segundo Essy (2017), o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, e com taxa de 4,8 homicídios por 100 mil

mulheres, ocupa a 5ª posição, evidenciando que os índices locais excedem, em muito, os encontrados na maior parte dos países do mundo, e que urge a necessidade de ações combativas à violência de gênero.

Dados da Agência Brasil/2020 apontam que na primeira atualização de um relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) destaca que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março e abril deste ano, em 12 estados do país, comparativamente ao ano passado (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Nos meses de março e abril, o número de feminicídios subiu de 117 para 143. Segundo o relatório, o estado em que se observa o agravamento mais crítico é o Acre, onde o aumento foi de 300%. Na região, o total de casos passou de um para quatro ao longo do bimestre. Também tiveram destaque negativo o Maranhão, com variação de 06 para 16 vítimas (166,7%), e Mato Grosso, que iniciou o bimestre com seis vítimas e o encerrou com 15 (150%). Os números caíram em apenas três estados: Espírito Santo (-50%), Rio de Janeiro (-55,6%) e Minas Gerais (-22,7%) (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A major Claudia Moraes, subchefe do escritório de prevenção da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos da PMERJ, que trabalhou na elaboração do Programa de prevenção à violência contra a mulher Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida, informou que a Capital e Baixada Fluminense no Rio de Janeiro são as regiões com maior incidência de violência que incide sobre a questão de gênero. A Baixada Fluminense/RJ, inclusive, é a região com maior número de mortes de mulheres por feminicídio e de tentativa de feminicídio (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Dados que nos levam a refletir sobre a relevância de estudos significativos quanto a prevenção de agravos nos relacionamentos íntimos/afetivos concernentes às mulheres na Baixada Fluminense/RJ.

Recentes avanços são efetivados na tentativa de coibir ações de violência contra a mulher, sendo verificados a partir dos trabalhos de conscientização que são promovidos em todas as esferas da sociedade. Tais iniciativas impulsionam a promulgação de leis legais, tal qual a Lei 11340/06 intitulada Lei Maria da Penha, devido às estatísticas que apontam a vulnerabilidade da mulher em relação à violência de gênero.

Com isso, foi Sancionada a lei que tipifica o crime de Importunação Sexual, Lei 13.718/18, sancionada pela Presidência da República. Define que o crime de importunação sexual é caracterizado pela realização de ato libidinoso na presença de alguém e sem sua anuência, com o objetivo de satisfazer a si próprio ou a terceiro. A pena prevista para quem

praticá-lo é de 1 a 5 anos de prisão e constitui crime grave.

De acordo com a Lei supracitada, é passível de receber a mesma penalidade aquele que vender ou divulgar cena de estupro por qualquer meio, seja fotografia, vídeo ou outro tipo de registro audiovisual. Ratifica que a sanção será mais severa caso o agressor tenha relação afetiva com a vítima.

Segundo a juíza Rejane Suxberger, do Juizado Especial de Violência Doméstica de São Sebastião - Distrito Federal, a criação dessa punição ajudará a proteger a dignidade das mulheres:

É necessário que crimes como esses sejam tipificados, que sejam trazidos a lume da sociedade, seja divulgado esse tipo de sanção, mostrando que, felizmente, não é mais permitido esse tipo de postura machista e essa conduta violenta contra a mulher (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018).

Traçando um paralelo ao ponto de vista de Abric (1967), descrito em estudos sobre a mudança a partir do comportamento que restringem a possibilidade de ação dos participantes, que são induzidos a agir de uma maneira que lhes é nova ou não habitual (Wolter & Sá, 2013), portanto a referida Lei é sugestiva a provocar mudanças dos comportamentos, ditos criminosos, a partir da punição prevista. Concernente a existência das Leis, em si, limitariam as ações consideradas criminosas, conduzindo a novos comportamentos e suas respectivas representações.

Guimelli e Rouquette (1992) estão dentre os autores pertencentes ao grupo do Midi, versam sobre a relação entre práticas e representações, e pesquisaram o impacto de mudanças externas sobre a representação. Guimelli chega a conclusão em seus estudos com 30 profissionais de enfermagem que contato com novas práticas modifica de forma massiva a estrutura da representação. Nesse sentido, os estudos apresentados abrem precedentes para observarmos os efeitos das Leis promulgadas diante da violência de gênero.

No mesmo intuito, as pesquisas de Flament (1994), demonstram que os eventos externos corresponderiam a "tudo aquilo que está fora da representação social" e de certa forma, estranho à representação social, com isso, inferimos à literatura se a ação das Leis (formuladas na tentativa de coibir, punir ou erradicar os abusos nos relacionamentos), possa, portanto, incidir na estrutura da representação promovendo modificações estruturais necessárias para que moldem novos comportamentos junto a comportamentos dos abusadores.

Antes de iniciar a apresentação do método e dos resultados obtidos, ou seja, como fizemos a pesquisa e o que encontramos, optamos por reapresentar os objetivos da pesquisa, já delineados na introdução, de forma a especificar o que iremos apresentar como resultados

obtidos e facilitar o acompanhamento da trajetória do estudo.

O objetivo geral foi identificar a possível existência de representações sociais acerca de relacionamentos abusivos em 210 universitários e universitárias a partir da indução de um pequeno vídeo que mostrava cenas de relacionamento afetivo com indícios de abuso. Especificamente identificamos a estrutura das representações sociais e comparamos as representações de dois grupos delimitados pela variável idade, grupo até 29 anos e grupo com 29 anos ou mais.

#### 4 METODOLOGIA

Para a delimitação do tema da pesquisa, configuramos a tentativa de entender o fenômeno dos relacionamentos abusivos através das possíveis RS atribuídas por estudantes universitários (as) por meio de pesquisa quanti-quali, como métodos complementares para auxílio na compreensão do fenômeno estudado, onde a pesquisa quantitativa proporciona quantificação dos dados coletados para as devidas análises estatísticas, enquanto a pesquisa qualitativa corrobora para o ampliar da visão do recorte analisado.

O suporte metodológico foi referenciado pelas propostas apontadas por meio da abordagem estrutural das Representações Sociais (RS), que considera a existência de dois subsistemas: o **sistema central** (núcleo central) cujas funções seriam gerar o significado básico da representação e se colocar como responsável pela organização global de todos os seus elementos, e o **sistema periférico** responsável pela proteção de seu núcleo central, bem como desempenhar as funções de adaptação à realidade concreta e da diferenciação do conteúdo da representação. Tais sistemas compõem os elementos que formaram a significação atribuída pelos (as) universitários (as) ao fenômeno estudado.

Segundo Naiff (2014), encontramos no sistema periférico a primeira periferia, a segunda periferia e a zona de contraste, sendo que a primeira periferia abriga os elementos com alta frequência nas evocações, contudo por não fazerem parte das primeiras evocações, são menos importantes.

Assevera que a zona de contraste abarca os apontamentos imediatamente evocados, todavia em baixa frequência. Com relação à segunda periferia, estão abrigados os termos menos frequentes e menos importantes para os sujeitos da pesquisa.

Com intuito de promover as devidas discussões e análises dos resultados apresentados, propomos a categorização dos sujeitos da pesquisa em duas faixas etárias: sujeitos até 29 anos

(juventude) e sujeitos acima de 29 anos (aduldez).

A delimitação da faixa etária da amostra pesquisada está fundamentada nos marcos legais que definem o conceito de juventude, que a considera como período de transição para a vida adulta, onde vários fatores culturais incidem na formação dessas pessoas, bem como é ponderada como fase que pode deflagrar o início da vida íntima e afetiva, inclusive as experiências de conflitos em relacionamentos afetivos marcados pela relação de gênero (Souza, 2018), e portanto observamos a importância de utilizar marcos legais para delimitar a idade dos sujeitos da amostra que vamos nos debruçar para analisar o fenômeno dos relacionamentos abusivos por meio da Teoria das Representações Sociais.

Por se tratar de um tema de pesquisa que absorve outros conceitos relativos a esta amostra populacional, para embasar a delimitação da faixa etária do público jovem da pesquisa, utilizamos como suporte legal a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, cujo teor ressalta que as políticas da Secretaria Nacional de Juventude em nosso país dirigem-se aos jovens de 15 a 29 anos, contudo para os objetivos propostos, foram considerados apenas universitários (as) na faixa etária de 18 a 29 anos para a realização das análises, em contraponto aos dados coletados de universitários (as) da categoria da aduldez (acima de 29 anos).

Dentre os contextos sociais aonde juventude socializa, os espaços universitários ficam priorizados como local em que amostra foi elencada para o contato com o instrumento de pesquisa, por agregar um número expressivo de jovens com idades entre 18 a 29 anos e por se tratar de um espaço multifacetado de formação.

De acordo com Souza (2018), a universidade configura o lócus de convívio social identificado por encontros e desencontros, pelo construir e reconstruir de histórias, incluindo os relacionamentos afetivos que são experiências vividas pelos jovens através de um rico repertório de intimidades.

Concernente aos objetivos da pesquisa, que se propõe comparar as possíveis RS de universitários (as) jovens e adultos, para tanto, lançamos mão das considerações de Oliveira (2004) para caracterizar os sujeitos adultos da pesquisa:

A questão que se apresenta aqui é, então, como caracterizar a idade adulta. A definição dela como sendo um estágio psicológico de estabilidade e ausência de mudanças importantes (quase que excluído, portanto, da própria essência do desenvolvimento) é, claramente, inadequada. Mesmo dentro de uma perspectiva generalizante essa asserção é falsa, na medida em que os adultos, tipicamente, trabalham, constituem família, se relacionam amorosamente, aprendem em diferentes dimensões da vida, educam seus filhos, têm projetos individuais e coletivos. Todas essas características trazem em si, potenciais para profundas transformações (OLIVEIRA, 2004 p, 217).

É sabido que os adultos se apropriam de experiências passadas para reorientar novas etapas de sua vida, conseqüentemente a fase adulta também configura período de transformações tal qual a fase da juventude.

Concernente à pesquisa, analisamos as representações sociais de universitários (as) jovens e adultos, acerca dos relacionamentos abusivos.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de acordo com a Resolução legitimada pela Portaria nº 1.211/GR (de 25/10/2011), que regulamenta normas para pesquisas com seres humanos.

#### **4.1 Piloto de Pesquisa**

No decorrer da estruturação do projeto de qualificação, foi realizado um piloto de pesquisa (Anexo I) com 11 participantes voluntárias e selecionadas a partir do perfil da amostra pré-estabelecida neste estudo.

Como objetivo, pretendeu-se realizar uma prévia de categorização e análise de conteúdo, a partir das respostas apresentadas textualmente e de forma livre para as seguintes questões abertas: Para você, o que é um relacionamento afetivo? Você já ouviu falar sobre Relacionamento Abusivo? E, se sim, fale o que você considera ser um Relacionamento Abusivo.

O compartilhamento do TCLE e do questionário da pesquisa em redes sociais se deu por meio do link<sup>2</sup> via plataforma Google, preservando o anonimato das universitárias.

De acordo com a categorização dos resultados coletados no piloto de pesquisa, as palavras de maior incidência para Relacionamento Afetivo seriam: “respeito”; “ligação entre parceiros”; “duas pessoas que se gostam”; “relacionamento com amor”. Demonstrando dessa forma que as universitárias identificam as características do que para elas, seria um relacionamento afetivo.

Ademais, os resultados analisados indicaram a probabilidade de que 100% das universitárias entrevistadas já ouviram falar em Relacionamentos Abusivos, e descreveram relacionamentos abusivos como uma relação afetiva onde “o parceiro tenta mudar a vítima contra a sua vontade”; “uma relação de controle”; “existe a perda de liberdade”; “a despersonalização feminina”, e uma “relação com a presença de violência verbal”.

---

<sup>2</sup> Cito link de acesso <<https://forms.gle/GEyG6R8ZCzpS9rp57>>

A partir do estudo realizado por meio do piloto de pesquisa, foi possível orientar a definição do instrumento de pesquisa (um vídeo), elencar o possível termo indutor (relacionamento abusivo), bem como verificar a aplicabilidade da pesquisa através de compartilhamento de link em redes sociais, e ao mesmo tempo a adesão dos (as) universitários (as) ao instrumento utilizado.

## 4.2 Procedimentos

A definição da amostra populacional pesquisada correspondeu a 210 universitários (as) de 09 universidades do Rio de Janeiro e 01 do Rio Grande do Sul, de diversos cursos com idade ente 18 e 59 anos, estando ou não em relacionamento afetivo.

Como instrumento e técnica para coleta de dados, bem como a coleta do aceite no TCLE, utilizamos o formulário de pesquisa da plataforma Google compartilhado em redes sociais através do link<sup>3</sup>, constando como instrumento um vídeo<sup>4</sup> de 1:50 seg com um trecho da música “*Coração pede socorro*” (AZEVEDO, 2018), apresentando cenas de um relacionamento conjugal com cenas implícitas de abuso, além de um breve questionário cujas respostas foram realizadas individualmente e respeitando o anonimato do participante.

O vídeo citado foi utilizado como instrumento para a aplicação da técnica de evocação livre, baseada na teoria de Abric (1996), que pretende auxiliar na identificação das representações sociais, através da obtenção de informações que façam emergir o provável núcleo central e os elementos periféricos. A apresentação do vídeo valeu-se como uma expressão indutora, de elevada importância para o (a) participante escrever as cinco primeiras palavras e/ou expressões que surgiram em seu pensamento ao visualizar as cenas e ao ouvir a música, bem como construir repostas para as questões formuladas.

Segue abaixo, a letra da música que compõe o vídeo:

Coração pede socorro

Um amor desse

Era 24 horas lado a lado

Um radar na pele, aquele sentimento alucinado Coração batia acelerado

Bastava um olhar pra eu entender Que era hora de me entregar pra você Palavras não faziam falta mais

Ah, só de lembrar do seu perfume Que arrepio, que calafrio

Que o meu corpo sente

<sup>3</sup> Cito link de acesso <<https://forms.gle/jZcf7qirFDkHQBXF9>>

<sup>4</sup> Cito link vídeo da música “*Coração pede socorro*”< <https://youtu.be/mGZPYWYYqjA>>

Nem que eu queira, eu te apago da minha mente Ah, esse amor  
 Deixou marcas no meu corpo Ah, esse amor  
 Só de pensar, eu grito, eu quase morro Ai, esse amor  
 Deixou marcas no meu corpo Ai, esse amor  
 Só de pensar, eu grito, eu quase morro  
 Com você, meu coração pede socorro (repete) (AZEVEDO, 2018).

O teor do questionário apresentava uma pergunta para coletar entre 03 e 05 evocações livres, além de quatro perguntas semiestruturadas acerca do tema do vídeo. As questões objetivas possibilitaram a caracterização dos participantes e suas diferenças relacionadas à idade, gênero, orientação sexual, curso, universidade, seguidas de questionário semiestruturado com perguntas subjetivas com o intuito de colaborar com as análises propostas através das informações apreendidas.

Para o estudo exploratório na abordagem qualitativa, utilizamos o suporte da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2004), com a construção de categorizações. Para referida autora, “tratar o material é codificá-lo” (2004, p. 97). A codificação é o processo de transformação de dados brutos em uma expressão esclarecedora do conteúdo.

No que tange o universo de termos encontrados na tarefa de evocação livre, contamos com auxílio do software de análise textual Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud (RATINAUD; MARCHAND, 2012), que permite análises estatísticas sobre corpus textuais, estando ancorado no software R e na linguagem Python. Desta forma é possível construir o quadro de quatro casas constando:

- 1º. Quadrante do lado esquerdo superior: elementos do provável núcleo central
- 2º. Quadrante do lado esquerdo inferior: elementos da zona de contraste
- 3º. Quadrante do lado direito superior: elementos da primeira periferia
- 4º. Quadrante do lado direito inferior: elementos da segunda periferia

De acordo com o modelo a seguir:

<b>PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL</b>	<b>PRIMEIRA PERIFERIA</b>
Elementos do provável núcleo central	Elementos da primeira periferia
<b>ZONA DE CONTRASTE</b>	<b>SEGUNDA PERIFERIA</b>
Elementos da zona de contraste	Elementos da segunda periferia

Quadro 2: Modelo de Quadro de Quatro Casas.

A posteriori seguimos com a sistematização e análise de todos os dados coletados e as devidas interpretações, comparações e conclusões que resultou na redação deste relatório, de acordo com os objetivos da pesquisa, em cumprimento do cronograma proposto (Anexo1).

### 4.3 Participantes

Foram coletados 210 instrumentos de estudantes universitários (as) de 10 universidades públicas e privadas (UFRRJ, RFRJ, UERJ, UFF, Unigranrio, PUC Rio, UNESA, UNIG, Uniasselvi, FADERGS), sendo que apenas 145 sujeitos identificaram a sua instituição de ensino. Dado que não invalida o estudo visto que esta não seria uma informação que comprometa a realização das análises correspondentes aos objetivos traçados para a pesquisa.

Os cursos de graduação identificados na coleta de dados da pesquisa foram: Direito, Medicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Gestão de Recursos Humanos, Pedagogia, Geografia, Nutrição, Engenharia Civil, Logística, Letras.

De certo que estar cursando uma graduação constitui importante fator no processo de seleção do público da amostra, e, portanto, ser universitário foi o único critério de inclusão/exclusão da pesquisa.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>SUJEITOS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Até 29 anos (juventude)	130	62%
Acima de 29 anos (aduldez)	80	38%

Tabela 01 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa

No tocante à idade dos participantes da pesquisa foi verificado que 130 universitários (as) representam a faixa etária de 18 a 29 anos, perfazendo o total de 62% dos sujeitos até 29 anos, e que 80 sujeitos correspondem a faixa etária de 30 a 59 anos de idade (acima de 29 anos) representando 38% do total da amostra.

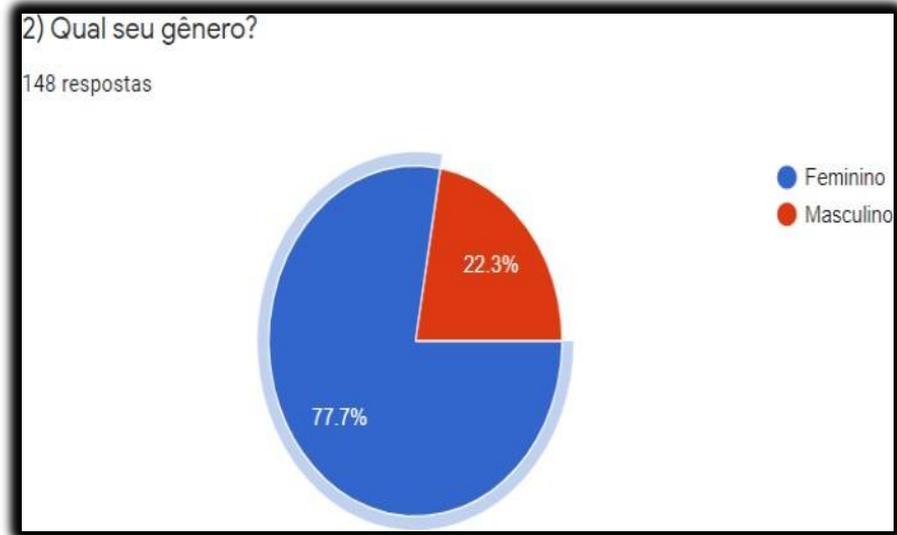


Gráfico 01 - Gênero

No tocante à questão de gênero, do total de 210 sujeitos apenas 148 apresentaram sua resposta. Com isso, é possível classificar os (as) entrevistados (as) como sendo 77,7% do gênero feminino – 114 participantes, e 22,3% do gênero masculino – 34 participantes.

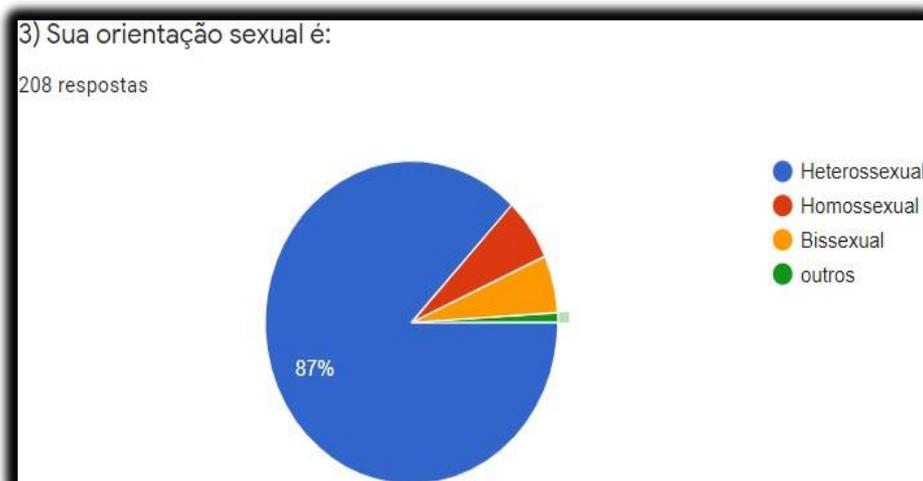


Gráfico 02 - Orientação sexual

No que tange à orientação sexual, 208 participantes fizeram sua identificação: 87% dos participantes são heterossexuais e o restante dos sujeitos (13%), contemplam a orientação homossexual, bissexual e outras.

O gráfico aponta que grande parte dos sujeitos da pesquisa possui a orientação heterossexual.

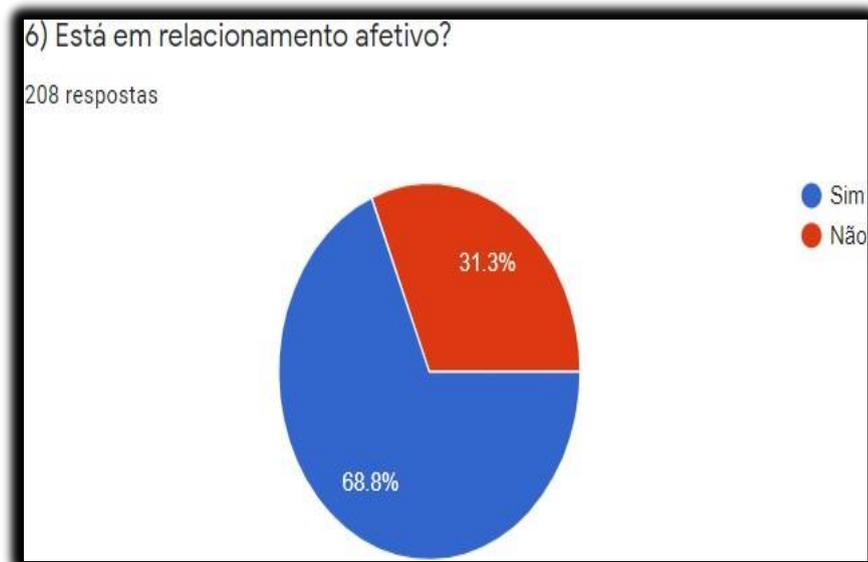


Gráfico 03 - Está em relacionamento afetivo

Com objetivo de conhecer o perfil do (a) participante, foi perguntando se está ou não em relacionamento afetivo. De acordo com o gráfico apontado, é verificado que dos 208 participantes, 68,8% responderam sim, enquanto que 31,3% não estão em relacionamento afetivo.

## 5 RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados a serem apresentados correspondem aos instrumentos aplicados, a saber: tarefa de evocação livre e questionário com perguntas abertas, a partir de um vídeo indutor. Conforme explicado nos procedimentos, o vídeo trazia uma situação de relacionamento afetivo que induzia a se pensar no relacionamento abusivo.

Portanto, encontramos em um primeiro momento, tanto nas questões abertas quanto na tarefa de evocação livre, a identificação do vídeo assistido como um relacionamento afetivo disfuncional e abusivo. Isso fez com que organizássemos a leitura dos dados levando em conta dois aspectos:

- 1) As (os) participantes não demonstraram dúvidas sobre como se apresenta visualmente e vivencialmente um relacionamento abusivo, conseguindo, inclusive nomeá-lo corretamente. Nesse sentido, o vídeo atingiu seu primeiro propósito que era dirimir dúvidas se os grupos pesquisados tergiversariam acerca do tema que é polêmico e normativo;
- 2) identificar os elementos constitutivos da estrutura das representações sociais sobre o relacionamento abusivo e as prováveis motivações que envolvem a prática e a manutenção desse tipo de relacionamento. Esse aspecto também foi atingido, a partir do diálogo entre os dados apresentados, que marcaram de forma até mesmo repetitiva, representações sociais fortemente compartilhadas na sociedade brasileira e que correspondem a aproximações com o discurso reificado sobre o tema.

Dividiremos, então, a apresentação dos resultados na análise do quadro de quatro casas e da análise de similitude obtida com as evocações livres e na análise de conteúdo das perguntas abertas.

## **5.1 Evocações Livres**

### **5.1.1 Análise Prototípica**

Abric (1998) em sua teoria corrobora informando que o Sistema Central de uma representação tem como função fazer emergir a sua significação, bem como determinar sua organização. Já o Sistema Periférico, visa favorecer a adaptação à realidade concreta, a diferenciação do conteúdo e efetivar a proteção o Sistema Central. Juntos, o Sistema Central e o Sistema Periférico constituem os elementos que produzem o significado do fenômeno que é conferido pelo grupo ao qual a representação circula.

Segundo Naiff (2014), o sistema periférico é composto de: primeira periferia, segunda periferia e zona de contraste. A primeira periferia apresenta os elementos com alta frequência de evocações, contudo são considerados menos importantes pelos participantes, pelo fato de não fazerem parte das primeiras evocações.

Portanto, conforme assevera Naiff (2014), a zona de contraste contém os registros prontamente evocados, todavia possuem uma baixa frequência. A segunda periferia abriga os termos menos frequentes e menos importantes para os participantes, por não terem sido apontados prontamente.

Seguindo o arcabouço teórico de Abric (1998) e utilizando o auxílio do software IRAMUTEQ, foram analisados os dados coletados da tarefa de Evocação Livre de Palavras, e

dessa forma foram obtidas as frequências das palavras e/ou expressões evocadas, viabilizando a análise prototípica através da construção do quadro de quatro casas contendo o provável núcleo central e os elementos periféricos.

O indutor sugerido para o instrumento de pesquisa foi a apresentação de um vídeo contendo cenas de relacionamento afetivo com características implícitas de abuso.

Iniciaremos a apresentação dos resultados das representações sociais através da análise prototípica das evocações livres, as respostas dos participantes foram divididas em dois grupos (**GRUPO 1** – universitários (as) até 29 anos e **GRUPO 2** – universitários (as) acima de 29 anos). Houve uma categorização inicial de alguns termos evocados que eram sinônimos ou eram iguais mais apresentavam-se em plural, letras iniciais maiúsculas ou compostos.

O resultado proporcionou a construção dos quadros abaixo para a análise prototípica dos grupos 1 e 2:

**Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais a partir da indução de vídeo contendo cenas implícitas de abuso:**

130 sujeitos – até 29 anos

Frequência Mínima 09 Ordem média de evocação 2,88

PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL Frequência $\geq$ 20			PRIMEIRA PERIFERIA Frequência $\geq$ 20		
Relacionamento abusivo	52	2,2	Violência	37	3,2
Medo	42	2,5	Raiva	33	3,2
			Tristeza	28	3,2
			Sofrimento	22	3,5
ZONA DE CONTRASTE Frequência $<$ 20			SEGUNDA PERIFERIA Frequência $<$ 20		
Nojo	17	2,6	Machismo	20	3,0
Indignação	14	2,7	Dor	15	2,9
Agressão	12	2,8	Denúncia	11	3,5
Desespero	10	2,5	Violência física	11	3,4
			Covardia	10	2,9
			Angústia	10	2,9
			Insegurança	9	3,3

Quadro 03 - Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: cena de vídeo com cenas implícitas de abuso. Grupo 1.

O quadro supracitado, dividido em 04 quadrantes, demonstra a análise do indutor na cena de vídeo com cenas implícitas de abuso, que resultou em 612 palavras e/ou expressões, com frequência mínima de 09 repetições e frequência média de 20. Os resultados aferidos

demonstram os significados que os participantes atribuem ao fenômeno observado.

O quadrante superior esquerdo apresenta as evocações dos jovens da pesquisa sobre o fenômeno aludido, faz elucidar termos que configuram um provável núcleo central, com as maiores frequências concedida para a evocação “relacionamento abusivo” com 52 repetições, configurando a percepção dos (as) universitários (as) de um relacionamento íntimo/afetivo disfuncional; A evocação “medo” surge com 42 repetições. Indicativo relevante de frequência da centralidade do fenômeno analisado.

A evocação “medo” como componente da representação, aponta que diante dos riscos que envolvem uma relação abusiva, o componente medo se apresenta como um sinalizador protetivo na relação para os (as) jovens da pesquisa.

Dando seguimento, os quadrantes seguintes evidenciam os termos que formam os elementos periféricos, ligados ao provável núcleo central:

O quadrante superior direito consta os termos que fazem parte da primeira periferia: “violência”, “raiva”, “tristeza” e “sofrimento”.

O quadrante inferior direito apresenta os elementos da segunda periferia: “machismo”, “dor”, “denúncia”, “violência física”, “covardia”, “angústia” e “insegurança”.

O quadrante inferior esquerdo evidencia os componentes da zona de contraste: “nojo”, “indignação”, “agressão” e “desespero”.

As evocações que fazem parte do quadrante da primeira periferia, descrevem com propriedade itens que compõem a dinâmica da relação abusiva: “violência”, “raiva”, “tristeza” e “sofrimento”.

O quadrante inferior direito traz os elementos da segunda periferia: “machismo”, “dor”, “denúncia”, “violência física”, “covardia”, “angústia” e “insegurança”, nem tão relevantes, porém carregados de significados em coerência ao suposto núcleo central da representação, “relacionamento abusivo”.

Portanto, a evocação “relacionamento abusivo” se relaciona à identificação clara do vídeo como tal. Mostrando que os elementos periféricos apresentam-se como os componentes cognitivos que organizam e explicam o relacionamento abusivo.

O quadro abaixo apresenta o **Grupo 2**, representado pelas (os) participantes com mais de 29 anos, portanto dentro da categoria adultos propriamente dito.

**Quadro de quatro casas com a disposição estrutural das representações sociais a partir da indução de vídeo contendo cenas implícitas de abuso.**

80 Sujeitos – acima de 29 anos  
Frequência Mínima 09 Ordem média de evocação 2,88

PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL Frequência ≥ 14			PRIMEIRA PERIFERIA Frequência ≥ 14		
Relacionamento abusivo	18	2,3	Medo	28	3,0
			Violência	21	2,9
			Tristeza	15	3,5
ZONA DE CONTRASTE Frequência < 12			SEGUNDA PERIFERIA Frequência < 12		
Indignação	13	1,9	Raiva	13	3,2
Desrespeito	10	2,7	Nojo	11	3,1
			Sufrimento	9	3,2
			Angústia	9	3,2
			Baixa autoestima	9	3

Quadro 04: Quadro de Quatro Casas – Termo Indutor: cena de vídeo com relacionamento afetivo. Grupo 2.

O quadro acima está dividido em 04 quadrantes e demonstra a análise do indutor “cena de vídeo com relacionamento afetivo” que resultou em 384 palavras e/ou expressões dos sujeitos acima de 29 anos da pesquisa.

Ficam evidenciados através dos resultados apresentados os significados que os participantes atribuem ao fenômeno observado através do indutor - cena de vídeo contendo cenas implícitas de abuso no relacionamento afetivo.

O quadrante superior esquerdo apresentou o termo que configura a identificação do fenômeno aludido e apresentado de forma implícita no vídeo indutor, tendo a evocação “relacionamento abusivo” 18 repetições.

Os quadrantes seguintes evidenciaram os termos que formam os elementos periféricos, ligados ao provável núcleo central relacionamento abusivo:

No quadrante superior direito, constam os termos que fazem parte da primeira periferia: “medo”, “violência” e “tristeza”.

O quadrante inferior esquerdo evidencia os componentes da zona de contraste: “indignação” e “desrespeito”.

E por fim, O quadrante inferior direito apresenta os elementos da segunda periferia: “raiva”, “nojo”, “sofrimento”, “angústia”, “baixa autoestima”.

### 5.1.2 Análise de Similitude

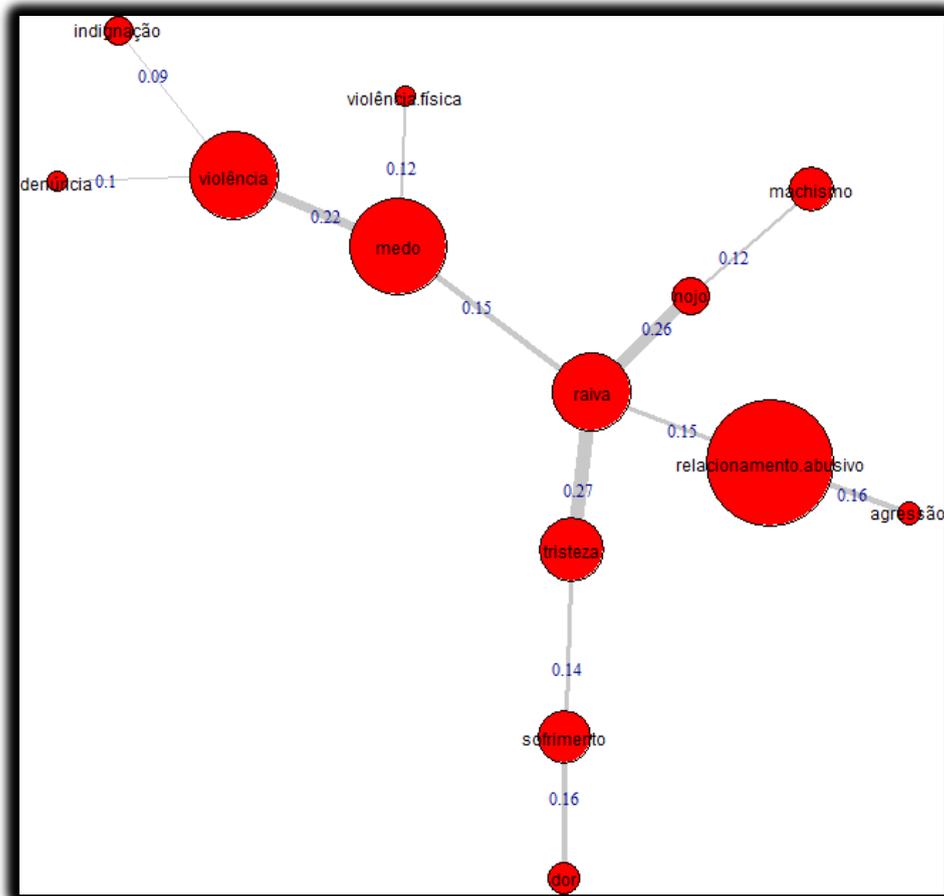
Técnica desenvolvida por Flament e colaboradores (1994). A análise de similitude fornece uma visão complementar à análise prototípica das quatro casas. Pretende indicar o índice de coocorrência entre termos/palavras/cognemas e os indicativos de conexidade que relacionaram as palavras, por meio da árvore máxima de ligação de similitude, para corroborar e dialogar com a análise prototípica apresentada nos quadros de quatro casos em relação ao núcleo central e o sistema periférico das representações sociais.

A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (MARCHAND; RATINAUD, 2012, apud CAMARGO e JUSTO, 2013 p. 516).

O material foi preparado e processado pelo software de Análise Textual IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), utilizado em análises de dados textuais, dentre os quais, considerou-se para o estudo presente, a análise de similitude para identificar as coocorrências entre os cognemas, a fim de indicar a conexidade entre os mesmos, orientando para a identificação da estrutura da representação.

### Análise de Similitude – GRUPO 1-Universitários (as) até 29 anos (juventude)

Gráfico 04 - Análise de similitude para o indutor “vídeo contendo cenas implícitas de abuso”.



Extraído do Software IRAMUTEQ. Universitários (as) até 29 anos (juventude).

O gráfico 04 apresenta o diagrama produzido na interface dos resultados para a análise de similitude evidenciando as coocorrências entre as palavras e a conexão entre as palavras: “relacionamento abusivo” e “agressão”, “raiva”, “medo”, “violência”, auxiliando na identificação da estrutura do campo representacional associados ao fenômeno relacionamentos abusivos.

Através de análise gráfica da árvore máxima de ligação de similitude, é possível verificar que o cognema “raiva” apresenta-se forte com ramificações que interligam 4 outros cognemas (“medo”, “nojo”, “tristeza” e “relacionamento abusivo”), demonstrando dessa forma probabilidade de exercer a função organizadora da representação social.

Outro cognema que possivelmente exerceria a função de núcleo central da representação seria o termo “medo”, pelo fato de estar ligado a outras ramificações organizando dessa forma, a representação social sobre o fenômeno aludido.

Portanto, “raiva” e “medo” organizam as representações sociais permitindo visualizar que possivelmente teríamos dois grandes grupos organizativos. Um que remete ao medo e aos elementos que o justifica como violência, violência física que leva a indignação e a denúncia; e a raiva que organiza tudo inclusive o medo, e ainda incorpora sentimentos como nojo, sofrimento, tristeza e dor.

Como corroboram Barreto e Piedade (2018), o amor, o medo, a insegurança são sentimentos que fragilizam no contexto de violência doméstica, e os estágios do medo prologam muitas vezes o sofrimento.

#### Análise de Similitude – Grupo 2 – Universitários (as) acima 29 anos (adultez)

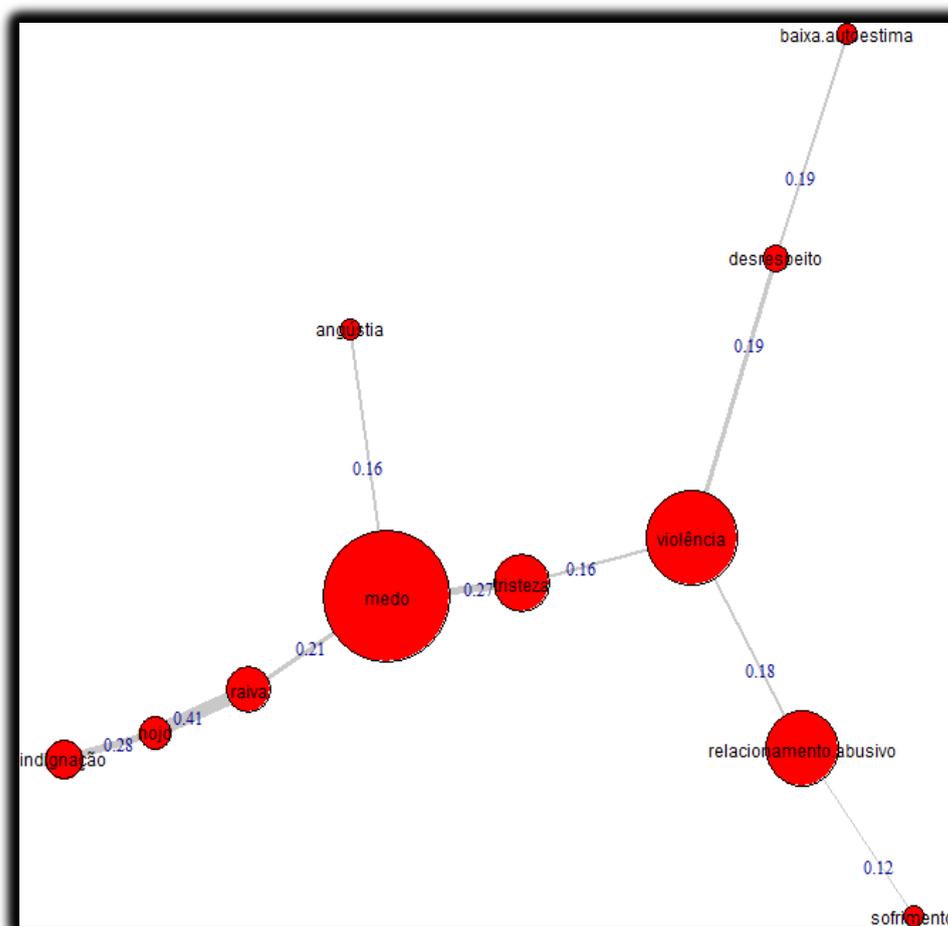


Gráfico 05 - Análise de similitude para o indutor “vídeo contendo cenas implícitas de abuso”.  
Extraído do Software IRAMUTEQ. Universitários (as) acima 29 anos (adultez).

Com base nas análises gráficas da árvore máxima de ligação de similitude (gráfico 05) dos (as) universitários (as) acima de 29 anos, fornecida pelo software Iramuteq, o termo “medo” destaca-se com maior força e apresenta o índice maior de conectividade entre os cognemas

“raiva”, “angústia” e “tristeza”, e, secundariamente a “nojo” e “indignação”, ou seja, sentimentos gerados a partir da vivência do abuso no relacionamento.

Provavelmente, o termo “violência” também assume a função de organizar os cognemas a partir de sua ligação com os elementos “tristeza”, “relacionamento abusivo”, “desrespeito” e secundariamente “baixa autoestima” e “sofrimento”.

Essy (2017) pondera que o medo é um sentimento presente na relação abusiva, e juntamente com a dependência econômica, o sentimento de inferioridade, de menos valia, decorrentes da ausência de espaços de realização pessoal, impuseram-lhe a lei do silêncio, e faz a vítima procrastinar.

Segundo Fonseca et al. (2012), é interessante ponderar que todos os cognemas apresentados na coocorrência com o termo “violência” fazem referência às facetas de manifestação do fenômeno relacionamento abusivo e às suas consequências, indicando aspectos negativos tanto para sua ação quando perpetrada, quanto para os comprometimentos que podem ocasionar para a possível vítima.

Caridade e Machado (2006) corroboram com esses dados em sua pesquisa. Em estudo realizado sobre o contexto e as consequências do abuso perpetrado, as mulheres experienciam níveis mais elevados de violência severa e reações emocionais mais acentuadas comparativamente com os homens.

### **5.1.2 Análise em Conjunto da Análise Prototípica e da Análise de Similitude**

Revisitando agora os dois materiais juntos podemos compor algumas inferências acerca da estrutura das representações sociais encontradas.

Objetivando analisar o fenômeno relacionamento abusivo, a princípio lançamos mão da definição de relações afetivas traçada por Costa & Cenci (2014), destacando como aquelas que mantêm homens e mulheres unidos, por terem desenvolvido vínculos sexuais e afetivos, independentemente de sua orientação sexual.

Segundo Souza (2018), em um relacionamento íntimo-afetivos, onde existe a presença de afetos, carícias e intimidades, cada indivíduo reconhece e interpreta as ações perpetradas pelo abusador ao seu modo, e bem como reage às mesmas de maneira personalizada.

Entendendo que o abuso, quando se faz presente nas relações afetivas, demonstra incoerência aos componentes que mantêm ativos os vínculos entre o casal, cabe analisarmos as circunstâncias que favorecem a instauração do fenômeno e sua manutenção em meio ao terreno

afetivo, permeado de sentimentos e intimidades conjugais.

A partir do vídeo apresentado no instrumento de coleta, e ao pedido que os participantes evocassem de 3 a 5 palavras ou expressões que remetiam ao que acabaram de assistir, percebemos pelos dados apresentados que o relacionamento abusivo foi identificado e mencionado de forma premente nos dois grupos. O vídeo, então, não restou dúvidas quanto a aludir a comportamentos que inferem abuso na relação.

A partir dessa análise inicial, a similitude mostrou como os elementos estão associados e organizados, dando a estrutura das representações sociais a partir da situação abusiva assistida.

O **grupo 1** organizou suas representações sociais em torno prioritariamente da raiva. Tendo como um segundo organizador o medo. A raiva aparece como organizador do grupo 1, grupo mais jovem, pode indicar uma maior reação a situação de abuso. O elemento raiva também puxou outros elementos afetivos como nojo, sofrimento, dor, além de machismo.

Outro elemento organizador foi o medo que puxou também elementos reativos, medo da violência, mas que gera indignação e denúncia.

O **grupo 2** apresentou dois organizadores prioritários, são eles o medo e a violência. O medo se repete e puxa raiva, angústia e tristeza, enquanto a violência puxou tristeza, desrespeito e baixa autoestima. Ou seja, os elementos que compõem as representações sociais do grupo 2, grupo de participantes mais velhos, são mais explicativos que reativos.

No caso da comparação para efeitos de análise das diferenças, percebemos que os elementos que aparecem para ambos os grupos são semelhantes, com significados muito próximos. No quadro de quatro casas percebemos que não distinguiríamos as duas representações sociais dos grupos. Conforme assevera Sá:

“Duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos se, e apenas se, seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso contrário, ou seja, se as diferenças se apresentam apenas no nível dos seus sistemas periféricos, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de diferentes condições circunstanciais, de ordem grupal ou interindividual” (SÁ, 1996, p. 24).

A análise de similitude, por outro lado, aponta que ainda que os elementos estejam lá de forma repetida, se organizam de forma diferente. Trazendo ao grupo de jovens maior reatividade que o grupo dos adultos mais velhos.

Os elementos, de uma maneira geral, de ambos os grupos, são bastante fidedignos do que se encontra no universo reificado acerca do relacionamento abusivo. Algumas explicações,

para o aparecimento desses elementos, podem ser ancoradas no grande volume de informação compartilhada sobre o tema, campanhas diversas em várias mídias, discussão em provas oficiais como o ENEM, enfim, grande vulgarização sobre essa questão na sociedade brasileira.

O termo violência, por exemplo, vem sendo amplamente discutida na sociedade brasileira, em especial a partir da Lei Maria da Penha (nº 11340/06). Com vistas a tipificar a violência presentes atualmente nos relacionamentos afetivos na atualidade, citamos Carvalhaes (2019) que evidencia seis tipos de violência: **verbal** (caracterizada por xingamentos); **física** (manifestada por chutes, empurrões, sacudidas, puxões de cabelo, socos, apertões, arremessar de algum objeto); **moral** (chantagem, difamação, humilhação); **psicológica** (impõe medo, controle, terrorismo); **sexual** (beijos, carícias, sexo forçados, incluindo sexo sem preservativo); **cyber violência** (abuso digital, ameaças e insultos via redes sociais e digitais, divulgação de fotos e vídeos íntimos sem autorização, controle de postagens e monitoramento de conversas pelo WhatsApp, Facebook e Instagram).

Segundo acentua Oliveira (2014) em suas pesquisas, a tipologia que mais se ressaltou foi a violência física, perpetrada tanto pelo sexo feminino quanto pelo masculino, sendo caracterizada pelo sexo masculino, como um símbolo de masculinidade.

De acordo com a visão dos profissionais de saúde e de educação citados na referida pesquisa, a violência mais predominante e provocada pelas meninas é a modalidade verbal (Oliveira, 2014). Contudo, de acordo com Beserra et al. (2016), as moças sofrem danos mais severos como resultado do abuso na intimidade e taxas mais elevadas de vitimação sexual quando comparadas com os rapazes.

A assimetria de gênero no contexto da violência em relacionamentos afetivos é retratada em pesquisas oportunizadas sobre as intercorrências que acometem as mulheres. Conforme cita Caridade e Machado (2006), quando se analisa o contexto e as consequências do abuso perpetrado, as mulheres experienciam níveis mais elevados de violência severa e reações emocionais mais acentuadas comparativamente com os homens.

De acordo com Souza (2018), atribuindo relevância às mudanças histórico-culturais, carece ressaltar os impactos das noções de gênero nos relacionamentos afetivos.

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e das relações de poder na sociedade. A partir dessa relação de dominação é que estruturam-se os papéis que cada parceiro terá na relação, além de influenciar na construção da identidade sexual das pessoas (SOUZA 2018, p. 24).

Para Carvalhaes (2019), são considerados fatores desencadeantes de violência em relacionamentos afetivos: vontade de controlar o outro, traição, término do relacionamento, dificuldade em resolver conflitos e lidar com as próprias emoções, uso e abuso de álcool e outras drogas e os ciúmes, que se mostrou como sendo a maior causa de conflitos.

Devido à gravidade das circunstâncias que envolvem a violência nos contexto de abuso, o “medo” também fortemente representa consonância com os riscos envolvidos ao fenômeno. Podendo se tornar um complicador quando este estiver em um nível comprometedor, expondo ainda mais a vítima aos maus tratos e impedindo-a de buscar apoio para sair da realidade em que se encontra.

Para Barreto e Piedade (2018), os sentimentos que atuam fragilizando os envolvidos no contexto da violência, podem prolongar o sofrimento. Onde deveria haver amor, é gerado o medo e a dor.

No grupo 1, das (os) participantes com menos de 29 anos, vemos a raiva como um componente importante e organizador. A raiva reflete o sentimento que antecede, assim como o medo, comportamentos reativos como a denúncia, a separação, a busca por justiça e proteção. Porém, em parte, ainda convivemos em nossa sociedade com os efeitos do antigo jargão: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

No imaginário popular ainda predomina a ideia de que uma mulher que permanece com seu agressor merece a violência, há uma dificuldade da sociedade entender os motivos de muitas mulheres não romperem com esse ciclo, a compreensão desse fato exige uma análise do papel reservado à mulher nas relações sociais consistentes em um sistema patriarcal, com um histórico de dominação masculina (BARRETO e PIEDADE, 2018 p. 3).

O ato de denunciar envolve questões complexas em nossa sociedade, que esbarram nas convenções sociais, bem como no papel que a vítima exerce na relação, sua percepção do que é abuso no relacionamento e em suas condições internas para assumir as consequências da denúncia.

Se livrar de uma relação tóxica pode ser uma das coisas mais difíceis a ser feita devido a diversos significados que justificam a permanência ali (SOUZA, 2018 p. 66).

Dados específicos referentes a um canal de denúncia anônima **Ligue 180** indicam que as denúncias foram expressivas no quadro comparativo entre o ano de 2019 e 2020, visto que houve aumento da busca por este serviço, porém os números ainda não representam fidedignamente os dados reais com relação aos crimes perpetrados nos relacionamentos íntimos/afetivos em estudo comparativo do primeiro quadrimestre de 2020. No Brasil a subnotificação é uma prática constante e compromete o implemento de ações que mudem a

realidade em diversas áreas (ESSY, 2017, p. 9).



Figura 05 - Gráfico comparativo de denúncias 1º quadrimestre 20120 (Foto: Agência Brasil, 2020)

O estudo comparativo entre o primeiro quadrimestre de 2019 e 2020 indica que houve crescente aumento de denúncias registradas por meio do Ligue 180 nos meses de fevereiro, março e abril de 2020.

Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o aumento das denúncias nos meses de março e abril de 2020 indica confirmar a necessidade das pessoas permanecerem mais tempo em casa devido à pandemia da covid-19. Fator que pode estar contribuindo para o aumento da violência contra a mulher nos contextos de intimidade e/ou convivência conjugal.

Ademais, o desempenho registrado em abril de 2020 para as denúncias de violações aos direitos e à integridade das mulheres surpreendeu negativamente se comparado às denúncias de janeiro do mesmo ano.

Cabe ressaltar que no Brasil, a Lei nº 11.340 de 2006, intitulada como Lei Maria da Penha, que intenciona a criação de mecanismos para coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui avanço nas lutas sociais referente à violência de gênero, e um importante marco na luta pela igualdade de direitos.

## 5.2 Análises do conteúdo – Questionário de perguntas abertas

Com intuito de aprofundar a compreensão sobre a forma com que as práticas incidem na construção das representações elencadas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo inspirada em Bardin (2004) para buscar os significados e sentidos das perguntas abertas do questionário da pesquisa.

Segundo a ótica de Bardin (2004), a análise de conteúdo a se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com a aplicação de procedimentos sistemáticos e objetivos que permitam a compreensão dos conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens, a partir de três etapas básicas: pré-análise (organização do material da pesquisa), descrição analítica (codificação) e interpretação inferencial (interpretação dos resultados).

Tratar o material é codificá-lo. A codificação é o processo de transformação de dados brutos em uma expressão esclarecedora do conteúdo, através de regras precisas. A organização da codificação depende da escolha do recorte, da enumeração e da classificação. Recortar o texto da maneira mais pertinente tem relação com a escolha da unidade de registro e da unidade de contexto. A unidade de registro corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial (BARDIN, 2004, p. 98).

Através da enumeração obtivemos a contagem das unidades de registro, a frequência corresponde ao postulado de que quanto mais uma unidade de registro aparece, mais importante ela é para o processo a seguir da categorização. Além disso, segundo Bardin (2014) nos proporciona visualizar o quanto a categoria é partilhada pelo grupo, favorecendo a apreensão das representações sociais.

A classificação ou categorização é a reunião de unidades de registro com caracteres comuns em grupos sob um título genérico (Bardin, 2004). Optamos por categorizar com bases no critério semântico, agrupando juntas as unidades de registro (expressões) com mesmo significado, as categorias que emergiram manipulando o material, e ao final foi definido o título de cada categoria.

Em relação a percepção dos participantes sobre os motivos das pessoas se manterem em um relacionamento como o que foi apresentado no vídeo (questão 3), percebemos a tabela 2 e 3 divididas pelos grupos etários estudados.

Dentre os 130 universitários (as) com até 29 anos de idade (grupo 1), foram contabilizadas 209 unidades de registro, distribuídas em 05 categorias emergidas do material:

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIAS	UNIDADES PROTÓTIICAS
Medo	71	148%	“Eu acho que é como uma prisão, sem grades, que de início te dá a sensação de falso amor e liberdade e a pessoa não sabe que está acorrentada, e que quanto mais se envolve mais presa fica, às vezes sem a menor ideia do que realmente vive, alguns vivem em um relacionamento abusivo por medo de perder sua vida, outros na esperança de que essa pessoa mude, outros por nem saberem que estão em relacionamento desse.” (indivíduo 94, 26 anos).
Dependência	69	144%	“Esse sentimento de ser prisioneira de uma relação abusiva vem de muito tempo. O abuso praticado por um homem contra uma mulher, por exemplo, é respaldado pela sociedade que visa um controle sobre suas vidas. Muitas vezes a pessoa tem uma certa "influência" da família em concordar e achar normal atitudes agressivas, falta de apoio do mesmo e, também, a dependência sentimental e financeira”. (indivíduo 99, 26 anos).
Baixa autoestima	30	62%	“Falta de amor próprio, acha que nunca vai encontrar alguém melhor. Tenta aguentar, pois vive na zona de conforto ou não quer ficar sozinha(o), que acha o recomeçar dar muito trabalho”. (indivíduo 126, 20 anos).
Violência psicológica	23	48%	“As condições financeiras, não ter pra onde ir. É um jogo psicológico tão grande que a pessoa fica por achar que sem o outro não será feliz ou ele a faz sentir errada. A pessoa vai ficando sem forças de sair”. (indivíduo 98, 25 anos).
Amor	16	33%	“A necessidade financeira, a vergonha de assumir que é uma vítima, o "amor", a falsa ilusão que tudo pode mudar”. (indivíduo 91, 26 anos).
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>		

Tabela 06 – Motivos para ficar no relacionamento. GRUPO 1-130 universitários (as) até 29 anos (questão 3).

Dentre os (as) 80 universitários (as) acima de 29 anos de idade (grupo 2), foram contabilizadas 122 unidades de registro, distribuídas em 05 categorias emergidas do material.

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIAS	UNIDADES PROTOTÍPICAS
Medo	38	46%	“Medo de sair do relacionamento e algo pior acontecer, medo da sociedade hipócrita, medo dos julgamentos, medo no geral!” (indivíduo 213, 32 anos).
Dependência	31	38%	“Carência, dependência, medo de ficar sozinha”. (indivíduo 114, 41 anos).
Baixa autoestima	27	33%	Muito pouco estima de si, carência exacerbada, falta de amor próprio”. (indivíduo 158, 59 anos).
Ilusão	14	17%	“Ilusão de que ele vai mudar um dia ou tentar justificar as atitudes violentas por amá-lo, ex: ele só está muito estressado; a culpa foi minha, não devia ter posto aquela roupa; é só uma fase.” (indivíduo 121, 32 anos).
Amor	12	14%	“Amor doentio, autoestima baixa, comodismo pela situação financeira ou necessidade, além dos filhos”. (indivíduo 118, 33 anos).
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>		

Tabela 07 – Motivos para ficar no relacionamento (questão 3) Grupo 2 - 80 universitários (as) acima de 29 anos

Partimos do pressuposto que, as respostas das questões abertas são costumeiramente analisadas a partir do tema. Sendo assim, optou-se pelo tema como a unidade de contexto, ou seja, o segmento de mensagem, por permitir que a unidade de registro possa ser compreendida, considerando a resposta dada pelo/a universitário (a) na íntegra.

A enumeração corresponde a contagem das unidades de registro, e como regra, optou-se pela frequência por ser a medida mais usual. De acordo com Bardin (2004), a frequência corresponde ao postulado de que quanto mais uma unidade de registro aparece, mais importante ela é.

Portanto, na percepção dos (as) universitários (as) sobre a permanência dos envolvidos na dinâmica abusiva dos relacionamentos, percebemos que o medo e a dependência são apresentados de forma forte entre os grupos e compartilhado também pelos grupos. As faixas etárias não demonstraram diferença importante nas representações sociais sobre os motivos que levam a manutenção de um comportamento que se mostra abusivo.

Para auxiliar na construção das devidas análises, citamos que,

O amor, o medo, a insegurança são sentimentos que fragilizam no contexto de violência doméstica, e os estágios do medo prologam muitas vezes o sofrimento, assim se faz necessário o estudo sobre a liquidez dessas relações (BARRETO e PIEDADE, 2018 p. 8).

O “medo” pode ser um sinalizador interno de perigo na relação e ao mesmo tempo é protetivo. Contudo, carece avaliar outras condições emocionais da vítima para verificar o nível de comprometimento do medo e ao mesmo tempo a sua capacidade de buscar proteção.

Bauman (2004) pondera em sua obra a existência de três razões para vivenciar o medo:

Uma delas era (é e continuará a ser) a ignorância: não saber o que vai acontecer em seguida, o quanto somos vulneráveis a infortúnios, que tipo de infortúnios serão esses e de onde provêm. A segunda era (é e continuará a ser) a impotência: suspeita-se que não há nada ou quase nada a fazer para evitar um infortúnio ou se desviar dele, quando vier. A terceira era (é e continuará a ser) a humilhação, um derivado das outras duas: a ameaça apavorante à nossa autoestima e autoconfiança quando se revela que não fizemos tudo que poderia ser feito, que nossa própria desatenção aos sinais, nossa indevida procrastinação, preguiça ou falta de vontade são em grande parte responsáveis pela devastação causada pelo infortúnio. (BAUMAN, 2004, p. 130).

Diante da magnitude do postulado apresentado por Bauman, colocamos em alta conta que os comprometimentos da convivência com a ignorância sobre o que está por vir, a impotência frente aos riscos que se tem encarar, e a humilhação que degrada o valor próprio, a confiança em si mesmo (a) e mina as forças para reação. Concernente aos efeitos da convivência no cenário do abuso, as categorias compartilhadas em ambos os grupos de sujeitos (“medo”, “dependência”, “baixa autoestima” e “amor”), traduzem os impactos de tamanha magnitude que o fenômeno representa na dinâmica amorosa.

Muito peculiar aos componentes que deflagram as razões para o “medo” e as suas consequências nos relacionamentos abusivos, está a “violência psicológica”. Categoria apontada pelo grupo de jovens da pesquisa. Esse tipo de violência atua sem deixar marcas físicas na vítima, todavia seus efeitos são também devastadores.

As experiências de violência vividas nas relações amorosas produzem efeitos negativos e significativos à saúde em curto e longo prazo. Os efeitos podem incluir reações emocionais negativas (medo, raiva, isolamento, tensão, sofrimento), consequências físicas (ferimentos, dores de cabeça, insônia) com prejuízo para a qualidade de vida, e ainda, tais repercussões podem tornar-se onerosas ao sistema de saúde (SILVA et al, 2017 p. 64).

Em alguns casos, a violência opera de forma processual, e aos poucos vai dando sinais da sua instalação na vítima, se manifestando através dos abalos emocionais mediante aos abusos sofridos. As chantagens, ameaças, intimidação, constrangimentos, ridicularização e perseguição, fazem a vítima acreditar que é a culpada por tudo o que acontece no relacionamento e tem valor preponderante para instaurar a violência psicológica na vítima e seus comprometedores sintomas como medos, trauma, baixa autoestima, perda da expectativa

de vida, entre outros.

O homem sempre atribui a culpa à mulher, justificando seu descontrole na conduta dela: gastos em excesso, falta de responsabilidade com as tarefas domésticas e com os filhos. Justifica que a vítima não age da maneira como deveria, da maneira correta, e diante disso, a vítima reconhece que em parte a culpa é sua e perdoa seu agressor (ESSY, 2017 p. 8).

A pessoa que é a vítima do abuso nas relações possivelmente ocupa o lado mais fraco no relacionamento (seja física e/ou psicologicamente), conseqüentemente já se encontra fragilizada pelas ações ao qual é submetida.

Conforme assevera Fonseca et al. (2012), as categorias apresentadas pelos (as) universitários (as) da pesquisa (“medo”, “dependência”, “baixa autoestima” e “amor”), desenham um quadro favorável para ocorrer a distorção da percepção da realidade ao seu redor, e ao mesmo tempo, atrapalha a construção de estratégias para sair do ciclo doentio ao qual a vítima foi conduzida, o que dificulta sua tomada de decisão.

Quando a violência psicológica é identificada, já está mais difícil perceber que existe vida fora do relacionamento e que a busca de apoio pode ser necessária, já que as forças internas para mudar esta realidade podem não mais existir.

Souza (2018) vem elucidar a dinâmica da violência psicológica da seguinte forma:

A humilhação, os insultos e as ameaças ao parceiro (a) define de um modo geral a violência psicológica e emocional nas relações abusivas. Também estão descritos como exemplos de abuso psicológico o controle de certas atividades, a tentativa de destruir a autoestima e autoconfiança, tentar isolar a pessoa dos seus amigos e família, o comportamento de possessividade irracional ou demasiado ciúme e mesmo terrorismo emocional sobre o parceiro” (SOUZA, 2018, p.30).

O mecanismo descrito constitui, por conseguinte a finalidade de dominação, controle e opressão, contudo é percebido de modo singular, porque depende da forma de se relacionar entre abusador e vítima, bem como ao que é considerada violência ou não. Portanto, a violência instituída nos relacionamentos afetivamente direcionados está vinculada ao modo subjetivo de perceber a relação.

Para Essy (2017), a vítima começa a abrir mão de seus desejos, sonhos e planos, submete-se à vontade do agressor para evitar desagradá-lo. É dominada pelo medo e insegurança, não quer desapontar o parceiro passando a tentar agradá-lo constantemente. Aproximando a instauração do controle, manipulação e das formas de dependência, muito comum neste contexto de abuso.

Com relação à categoria “dependência”, é cediço que existem vários tipos de dependência detectáveis no relacionamento íntimo/afetivo, porém essa condição pode vir a

subjugar a vítima ao seu abusador. Fazendo com que ela fique carente, perca a liberdade e passe a acatar os seus mandos e desmandos, se tornando dependente dele até para gerir a própria vida.

Em pesquisas realizadas na área, a dependência emocional é elencada como pertinente aos relacionamentos afetivos, é caracterizada como uma necessidade de ligação emocional e um senso de cuidado com o outro.

Os estudos afirmaram que tal patologia se assemelha à dependência de substâncias, tanto em relação à sintomatologia quanto aos processos neurais envolvidos. Também foi observado que a dependência emocional pode ter sérias implicações tanto para quem sofre desta problemática como para aqueles que estão à sua volta, sendo a violência doméstica a consequência mais discutida. (BUTION; WESCHLER, 2016 p. 89).

As referidas autoras apresentam ainda em sua pesquisa a prevalência dependência afetiva por gênero, e pontuaram que a dependência emocional tende a ser mais acentuada na população feminina.

Caberia um estudo mais detalhado na literatura para analisar se aspectos culturais incidentes na questão da dependência que vincula as mulheres aos seus parceiros e que concede a ele o lugar de domínio.

Mulheres, vítimas em relacionamentos abusivos, mediante as formas de controle do abusador, podem se tornar dependentes financeiramente, principalmente quando são impedidas de trabalhar, comprometendo ainda mais os aspectos emocionais, o nível de submissão, cooperando com o incremento de sentimentos de menos valia que configuram a baixa autoestima.

As expressões coletadas na pesquisa em ambos os grupos de universitários (as) apontam a menos valia, a falta de amor próprio, a não valorização de si mesmo, como sendo termos descritores da categoria “baixa autoestima”. Conjuntura que coopera com a vulnerabilidade da vítima diante das ações perpetradas por seu abusador.

No tocante a categoria “amor”, foi elucidada em suas unidades de registro um “amor” incoerente aos sentimentos que fazem a manutenção de um relacionamento saudável.

Em algumas expressões dos sujeitos da pesquisa, é descrito como “um amor resiliente”, que a tudo suporta e mantém o vínculo mesmo quando a relação já é abusiva.

Em outros casos, é interpretado pelos (as) universitários (as) como “um amor doentio”, que mesmo diante da violência propriamente dita, ele permanece, indicando que vítima e abusador não têm mais saúde emocional.

Agregada a questão do sentimento de amor que já não mais traduz a plenitude para a relação, se apresenta a falsa sensação de que o abusador vai se tornar um parceiro pacífico no

relacionamento, de que tudo vai mudar, ou que ‘ele faz o que faz por amor’, desta maneira, é manifestada a ideiação ilusória da vítima, como foi evocado pelo grupo de universitários (as) acima de 29 anos em suas unidades de registro que categorizaram a “ilusão”.

A referida percepção ilusória é retratada na pesquisa de Essy (2017):

Facilmente a vítima encontra explicações a justificativas para o comportamento do companheiro. Acredita que é uma fase e que irá passar, e que tal comportamento é causado pelo estresse, pelo trabalho ou pela má situação econômica no lar (ESSY, 2017 p.7).

A questão da não interpretação ou da naturalização do fenômeno violência nos relacionamentos abusivos entre principalmente entre os jovens, poderá enveredar por níveis mais extremados de danos provocados por práticas incoerentes com o que se espera ver compartilhar nas relações íntimas/afetivas.

Mesmo na presença de sentimentos, existem riscos de violência na relação. O amor pode encobrir os atos violentos perpetrados pelo abusador e faz com que a vítima permaneça ilusoriamente vinculada ao mesmo.

Como assevera Fonseca, et al. (2012), a maioria das vítimas permanece coagida a um relacionamento baseado, muitas vezes, na dependência emocional fruto do amor doentio, levando a eventos cíclicos de violência.

A literatura apresenta o Ciclo da Violência que é passível de ser identificado nos relacionamentos abusivos em qualquer modalidade (do ficar, namorar ao matrimônio), que em regras gerais apresenta três fases distintas:

1. **Aumento de tensão:** corresponde às tensões acumuladas na rotina, os desmandos, as ameaças produzidos pelo abusador promovendo a sensação de perigo eminente.
2. **Ataque violento:** fase da explosão em que o abusador age com violência física, verbal, psicológica, e estes ataques podem atingir níveis na frequência e intensidade.
3. **Lua de mel:** período em que o agressor envolve a vítima com carinhos, agrados e atenções, pede desculpas pelo ocorrido e promete nunca mais reincidir e praticar a violência.

Comumente, após o ocorrido, o abusador poderá se mostrar arrependido, chorar, pedir perdão, oferecer flores, se mostrar mais gentil, prometer que não irá ocorrer outro episódio igual e oferecer provas de amor em forma de presentes, afagos, juras sem fim. Tenta justificar os ciúmes excessivos e controle como prova de amor, convencendo a vítima, que já fragilizada, passa a acreditar em seus argumentos e em sua mudança de atitudes.

Este ciclo não define o período de tempo que compreende cada etapa, porém dependendo da situação o ciclo pode evoluir de fase rapidamente ou permanecer um longo período de

tempo sem se modificar, e o casal viver uma duradoura lua de mel. Mas nunca se sabe ao certo quando o abusador perderá o seu controle.

Na maioria das vezes, após sofrer as agressões a vítima tende a ceder aos caprichos do seu companheiro que se manifestam pelos mais diversos modos e dissimulações, culminando com a reincidência do conflito os quais se perfazem em relações continuadas (BARRETO e PIEDADE 2018 p. 5).

Geralmente os episódios de violência entre o casal ocorrem de maneira velada sigilosa, pactuada entre ambos. Por vezes não é fácil detectar que na dinâmica da relação está acontecendo uma forma de abuso e que aquela pessoa de quem se gosta é capaz perpetrar a violência.

Apesar dos maltratos, as vítimas continuam a gostar do/a agressor/a e não o/a querem magoar, desiludir ou prejudicar. Por vezes, também surge o medo ou receio de ficar sozinho/a. Por outro lado, quem se identifica como vítima de violência no namoro tem receio de contar o que se está a passar e de pedir ajuda, pelo fato de pensarem que não vão acreditar nelas ou que não as vão conseguir ajudar (MANUEL, 2014 p. 14).

Devido ao constrangimento em relatar ter vivido uma relação abusiva, por receio de represálias à vida íntima e afetiva do casal, falta de empatia, críticas à subordinação da vítima, julgamentos de terceiros à objetificação feminina, a autoestima da vítima é afetada, cooperando com a desqualificação da pessoa, com seu senso de autovalorização e aos poucos extingue suas forças para qualquer outra reação.

O companheiro usa esse tipo de agressão na intenção de denegrir a imagem da mulher, fazendo-a sentir-se sem valor e desprezada. É um fenômeno de enlacs psíquicos, que faz com que a mulher perca, com o passar do tempo, dentre outras coisas, sua autoestima (FONSECA et al., 2012 p. 310).

Em alguns casos, a vítima abalada já não consegue identificar se as formas de tratamento que recebe de seu parceiro é realmente, expressão de amor, se é normal nos relacionamentos, e já sente a causadora dos agravos que é submetida, ocasionando a perpetuação da relação e ao mesmo tempo a sua convivência com as situações de risco.

Fazemos um adendo para suscitar da pesquisa de Souza (2018) o conceito de objetivação feminina muito pertinente aos relacionamentos abusivos e termo citado por jovens na pesquisa.

As causas para o relacionamento abusivo, questionadas na presente pesquisa, geraram principalmente três aspectos que se complementam: patriarcado, machismo e possessividade. Por terem sido duas categorias amplas e que não englobavam conteúdos extensos. Nesse sentido, não organizamos em tabela.

Segundo Souza (2018), falar de patriarcado, machismo e possessividade, coloca a mulher como um objeto de aquisição (para depois exibir), em detrimento do sujeito com o qual se estabelece uma relação, e traduz a hierarquia de gênero ao qual subordina o feminino ao masculino na sociedade brasileira por uma construção histórica.

Ambos os grupos retratam a construção dos conceitos de machismo, patriarcado e os seus *modi operandi* na sociedade, através das suas evocações a partir do instrumento utilizado na pesquisa:

*Machismo e patriarcado é um condicionamento que atravessa gerações, o lugar da mulher sempre foi muito segmentado, passando por um ordenamento social e de origem religiosa. Mas de maneira mais íntima, a falta de instrução e algum condicionamento psicológico de inferioridade que a mulher pode nutrir sobre si mesma ou alguma trauma de abandono (indivíduo 18).*

*Ausência de iluminação intelectual e filosófica. Se uma mulher como essa desde criança tivesse sido orientada corretamente, isso jamais teria chegado a esse nível. Muitas famílias incentivam a submissão feminina ao homem, fortalecendo o patriarcalismo e machismo. Além disso, muitas escolas evitam esse diálogo (indivíduo 154).*

*O machismo, a sociedade desde sempre enaltece o homem, e diminui a mulher. A criação de um garoto é quase sempre baseada em poder tudo, não ter limites, conquistar aquilo que quer, independente das consequências. Enquanto a menina é ensinada a escutar e obedecer, cozinhar, passar, lavar e servir "seu homem" (indivíduo 26).*

Bourdieu (2011) refere-se à dominação masculina a uma lógica social presente nas práticas rotineiras, que em alguma instância se traduz na incorporação da ordem masculina a partir das “rotinas da divisão social do trabalho, ou dos rituais coletivos e privados” que desvalorizam, subjugam e excluem o feminino.

São mecanismos sutis de dominação e exclusão social que expressam uma submissão paradoxal que atravessa homens e mulheres, dominantes e dominados, de forma imperceptível, que chamamos de violência simbólica (BOURDIEU, 2011 p.7).

A disseminação do referido mecanismo na cultura perpetua sua presença nas relações sociais. São transmitidos de geração a geração pela cultura, através da oralidade e práticas mantenedoras da subordinação do feminino ao masculino.

O machismo pode ser discutido como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes e por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes ( MATTES e ROCHA, 2016 p.9).

Muitos homens ainda acreditam que a mulher deve servir/obedecer aos mandos e

vontades, como se não fossem donas de si mesmas, e parte daí a base que sustenta a violência nos relacionamentos afetivos. A considerada superioridade faz legitimar a violência contra a mulher e/ou ao feminino.

O patriarcado, ao instituir autoridade à figura masculina, dá poder e privilégios a este enquanto deteriora e agride o feminino, reduzindo a mulher a uma mera expectadora do homem dominador, forte e viril. O machismo, como filho do patriarcado, acaba sendo um dos signos sociais que submete a mulher a diversas formas de subordinação e violência. Portanto, a internalização do patriarcado e machismo são algumas das bases da violência perpetrada na intimidade. Os papéis de gênero instituem uma relação “funcional” baseada na desigualdade. (SOUZA, 2018 p. 65).

O que se pode observar é que a cultura da sociedade machista e patriarcal não foi criada na atualidade, e que o referido padrão societal perdura há tempos, provavelmente sendo reproduzido para as gerações descendentes.

Historicamente, desde o período colonial as construções sociais têm sido constituídas com base nas desigualdades de gênero e na edificação dos papéis masculino e feminino pautados na subalternidade feminina e na violência conjugal (SILVA et al., 2017, p. 67).

Destarte, Essy (2017) vem elucidar que o patriarcado pode ser considerado como a autoridade instituída ao homem concedendo poder para subjugar as mulheres ao seu mando e domínio em todas as áreas da sociedade, porém a categoria “patriarcado” aponta que a expressão do poder do homem traz consequências tanto para homens quanto para as mulheres nos relacionamentos abusivos até nos dias atuais.

Portanto, o patriarcado é utilizado como forma de naturalizar um sistema que legitima e naturaliza o exercício da dominação e exploração das mulheres por um indivíduo, na maioria das vezes, do sexo masculino, e que apesar de já ser superado como organização social que tem o patriarca como figura central de uma comunidade familiar ou econômica, ainda possui grandes reflexos na estrutura social do século XXI (ESSY, 2017 p. 3).

Uma relação pautada pela violência indica que direitos estão sendo violados. E ambos podem estar sendo prejudicados com as práticas abusivas. Em meio a opressão e subordinação aludidas, é preciso lidar com a questão da “falta de respeito” nos relacionamentos.

Contudo, de acordo com Silveira (2018), mesmo galgando lugares de destaque, as mulheres ainda vivem sob o reflexo do machismo, que delimita o que “é coisa de homem” e o que “é coisa de mulher”, que se apresenta de várias facetas que podem estar sendo expressas de “forma invisível” (agressões verbais e psicológicas) e na “forma visível” (agressões físicas), que cooperam por configurar a não garantia de direitos nas relações assimétricas de nossa sociedade.

Denota-se, portanto, que a violência de gênero consiste em uma afronta a todas as gerações de Direitos Humanos, pois visa tolher a liberdade, a igualdade e a solidariedade feminina. A liberdade é violada no momento em que o homem submete

a mulher ao seu domínio, vindo a constrangê-la e impedi-la de manifestar a própria vontade (ESSY, 2017 p. 6).

Cabe ressaltar que a não garantia de direitos é manifestada nos espaços públicos e privados. E atinge mulheres em todas as faixas de idade, classes sociais, cor, raça, religião e profissão.

Souza (2018) corrobora em seu estudo sobre a construção da masculinidade, que segundo ele é permeada pela violência, onde essa se expressa nos relatos de meninos e meninas quando qualificam a agressão física como algo intrínseco ao ser homem e percebem-na como algo mais praticado pelos namorados contra suas parceiras do que o contrário.

Nas relações abusivas, os comportamentos controladores são sugestivos para a instauração da subordinação feminina. Compondo então com a noção do patriarcado e do machismo, temos a possessividade sendo apontada como causa da violência, especialmente contra a mulher. A mulher passa a ser conduzida por seu par frente das escolhas que ela deveria fazer em sua vida. Mesmo as escolhas simples e rotineiras como que tipo de roupa vestir, com quem ela pode conversar, entre outras, passam pelo aval daquele que detém a posse e o poder da vida dessa mulher.

É o que se pode observar no relato do indivíduo 94 (26 anos),

*A possessão e o controle, essas pessoas tem a ideia de que seus parceiro são seus e que tem controle sobre eles e se em suas cabeças doentes algo foge do que ele tenta controlar, seja a menor coisa possível, já é motivo para as agressões (indivíduo 94).*

Gomes (2011) assevera que a marca identitária de ‘ser forte’ pode estar vinculada ou não ao fato de o homem apresentar mais poder do que a mulher. Por vezes, tal consideração, concede decréscimo ao homem, desqualificando-o como tal ou impossibilitando-o de expressar seus sentimentos para não ser considerado fraco.

*“Ela é comandada pelo parceiro, sendo abusada e maltratada, onde apenas ele dita as regras” (indivíduo 146).*

*“Machismo, ódio e desprezo pelo gênero feminino, que alimentam a crença de que o homem é superior à mulher e tem posse e autoridade sobre seu corpo” (indivíduo 159).*

Mattes e Rocha (2016) ressaltam que os jovens nem sempre tipificam as ações de controle e domínio como violência, até que passam a se manifestar de forma obsessiva. Entretanto, mesmo que a violência não seja identificada, atinge a pessoa que é submetida às

formas de controle e possessividade, acarretam danos para a sua vida, que, a princípio, pode se dar de maneira imperceptível, mas com a frequência e/ou intensidade começa a demonstrar os comprometimentos emocionais, físicos, cognitivos e sociais, podendo vir a causar decréscimos no desempenho universitário.

Segundo Beserra et al. (2016), precisamente na juventude podem exacerbar as diferenças entre os papéis de gênero, consolidando-se a aceitação da violência como uma versão do amor, ou como “aceitável”. É um período especialmente propício à adesão a alguns mitos “perigosos” sobre as relações “românticas”. Qualquer um desses fatores pode aumentar o risco de envolvimento numa relação abusiva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu identificar as representações sociais do fenômeno relacionamento abusivo na categoria dos universitários (as) divididos (as) em dois grupos (de 18 a 29 anos e acima de 29 anos) e traçar as análises comparativas, e para tanto, utilizou como indutor um vídeo contendo cenas implícitas de abuso, com intuito de fazer emergir as representações relativas ao fenômeno, que resultou na identificação das representações de relacionamentos abusivos e sua posterior análise.

O uso do vídeo teve o intuito de criar uma maior expressividade ao tema, fugindo apenas do termo a ser invocado. Como o vídeo tinha uma indução à percepção de abuso, serviu também para perceber, sem dúvidas, que os grupos reconhecem o relacionamento abusivo ao verem um. Isso por si só é algo importante em nossa sociedade, em que o feminicídio é bastante expressivo e campanhas são feitas para que a sociedade também se ocupe, desse que não é apenas um problema privado, mas um problema social.

Com intuito de condensar nossas análises objetivando a compreensão sobre a forma com que as representações elencadas estão engendradas, nos apropriamos das análises das representações sociais oriundas dos dados das perguntas abertas e das evocações.

As representações sociais dos (as) jovens universitários (as), de certa forma não divergiram das representações dos adultos da pesquisa que orbitou em torno de temas como medo, raiva, violência. Cabe ressaltar que a dependência, baixa autoestima e amor que apareceram também compoem as representações sociais do relacionamento abusivo.

Portanto, segundo as representações sociais das (os) participantes, temos um relacionamento que tem uma base afetiva, mas contém a disfuncionalidade ao agregar dependência, baixa autoestima, possessividade e machismo que acaba por favorecer a possibilidade do aparecimento da violência e do abuso.

Como afirma Wolter e Sá (2013, p.91), uma das grandes funções das representações sociais é de orientar e guiar os comportamentos e práticas sociais. No entanto, Abric aponta que existem condições emergentes para que essa relação se estabeleça: “Primeiramente ele afirma que é” necessário que a situação “tenha urna carga afetiva forte, e onde a referência - explícita ou não - à memória coletiva é necessária para manter ou justificar a identidade, a existência ou a prática dos grupos” (ABRIC, 1994 p. 231). Essas representações sociais encontradas sugerem que os grupos pesquisados estão bem informados e reativos a viver ou presenciar situações de abuso.

O tema “relacionamento abusivo” abarca em si complexa dinâmica, indicando perfis de vítima e abusador, legislações que incidem nas demandas, aspectos culturais que atuam em sua manutenção, bem como os impactos e comprometimentos envolvidos e, portanto, nos permitiu adentrar nos meandros que envolvem um fenômeno que assola as relações afetivamente direcionadas.

O relacionamento abusivo em situações contra a mulher, possivelmente vem a ser fruto das relações de gênero assimétricas que transitam entre os componentes da cultura desde épocas remotas na sociedade brasileira, ao qual o patriarcado vem orquestrando a hegemonia do poder masculino em detrimento do papel da mulher ao indicar seu lugar de submissão.

Esse estudo objetiva suscitar reflexões na sociedade e especificamente sobre o público jovem acerca da perpetração de abuso na dinâmica das modalidades de relacionamento afetivo da atualidade (ficar, namorar, casamento, poliamor). Visto que, de acordo com a literatura pesquisada, na juventude é deflagrada com maior intensidade as relações afetivamente direcionadas, tanto na modalidade do “ficar” quanto no namoro e casamento, com experiências abusivas ainda que sutis e sem visibilidade social, porém que podem vir a naturalizar o fenômeno.

A Universidade foi considerada como contexto propício para fazer circular a pesquisa entre os universitários (as), pelo fato de configurar um lócus constante de interações, trocas relacionais e importante construção de saber.

É oportuno ressaltar que, hodiernamente a violência nas relações afetivas reside em normas culturais historicamente construídas que atuam nos processos de socialização, designando padrões de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, atravessados pelas questões de gênero, machismo, patriarcado, subordinação feminina, relacionamentos abusivos e por fim violência de gênero.

Os resultados também apontam que a preservação das estruturas da hegemonia do poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, ainda existem, mas já recebem maiores atenções. O relacionamento abusivo sutil, diferente da violência explícita, pode muitas vezes passar despercebido. Ou mesmo ser tolerado em nome do amor ou de outras composições relacionais. Mas, sempre se mostra o início de um padrão que causa dor e sofrimento, mesmo quando não recrudesce, e deve ser identificado e interrompido.

Dentre as diversas formas de violência que simbolizam o relacionamento abusivo, identificamos a perpetração da violência física, verbal, patrimonial, moral, sexual, e, recentemente, a instituída cyber violência. Portanto configuram crime quando tipificadas de

acordo com a Lei Maria da Penha – Lei nº 11340/06. Cabe ao poder público em seus mais diversos segmentos, em especial encabeçado pelo Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, mas também a nível estadual e municipal, incentivar campanhas educativas e de denúncia. Cabe a sociedade civil também se posicionar frente a situações de abuso.

Por fim, mantemos a pretensão de que a pesquisa possa servir de estímulo para reflexões quanto a temática apresentada, e ao mesmo tempo coopere com a desconstrução da assimetria de gênero, que demarca as relações sociais no território brasileiro, fomentando a não equidade de direitos e ao mesmo tempo contribui para a perpetração de violência nos relacionamentos afetivamente direcionados.

Propomos a implementação de ações reflexivas e pedagógicas nos contextos universitários, como estratégia social para construção de relações afetivas mais equânimes e igualitárias, visto que é um ambiente propício para acessar o público jovem e ao mesmo tempo disseminar conhecimentos relativos ao contexto da violência de gênero que promovem riscos principalmente para as mulheres no Brasil.

Acreditamos que a temática não se esgotou na presente pesquisa e diversas possibilidades de ampliar, contribuir, acrescentar o estudo apresentado devem ser estimulados em pesquisas futuras. O tema é complexo e multifacetado. Fortemente cultural e acontece no ambiente privado, favorecendo subnotificações. A vergonha de falar sobre o assunto, os traumas, a falta de conhecimento também são questões a serem levantadas. Além disso, uma pesquisa com recorte de gênero seria salutar para melhor entender o fenômeno nas suas variações quanto ao papel social exercido na sociedade.

Conclui-se que, compreendendo o abuso na intimidade relacional como um grave tipo de violência que gera sequelas a curto, médio e longo prazo, a relevância dessa pesquisa também se relaciona à produção de conhecimentos que podem contribuir para o diálogo com a juventude sobre as várias formas de prevenção e de enfrentamento da violência e seus desdobramentos nos relacionamentos afetivos. Fato que merece atenção do campo científico bem como de toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**, Paris, PUF. 1994.
- \_\_\_\_\_, J. C. **Prefácio**. In: SÁ, C. P. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, p.9-11, 1996.
- \_\_\_\_\_, J. C. **A abordagem estrutural das representações Sociais**. In: MOREIRA, Antonia S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia, GO: AB, 1998.
- AGÊNCIA BRASIL DE NOTÍCIAS. **Polícia Militar do Rio de Janeiro Lança patrulha contra violência doméstica**. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-08/pm-do-rio-de-janeiro-lanca-patrulha-contra-violencia-domestica> Acesso em: 20/08/2019.
- \_\_\_\_\_. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-femicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia> (2020). Acesso em: 15/01/2021
- ANACLETO, A. A. A.; GALLICIANO, V.; FILHO, F. S. T. **Relações de gênero, sexualidades e diversidades: um diálogo no espaço universitário**. In: Anais do Simpósio Internacional de Educação III, Maringá. UEM. Paraná, 2013. 15p.
- AZEVEDO, N.; QUADROS, R.; LEÃO, W. **Meu coração pede socorro**. Álbum: Meu coração pede socorro. São Paulo. Som Livre: 2018. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/naiara-azevedo/coracao-pede-socorro> Acesso em: 10/12/2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- \_\_\_\_\_, L. **Análise de conteúdo** - edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70. 2016.
- BARREIRA, A. K.; et al. **Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do Recife, Brasil**: prevalência e fatores associados. *Ciência. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 233- 243, Jan.2013. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2013.v18n1/233-243/pt> Acesso em: 23/05/2019.
- BARRETO, M. D. D.; PIEDADE, F. O. **A fragilidade dos sentimentos em relacionamentos amorosos diante da realidade sombria da modernidade líquida na violência doméstica**. 2018. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18824>. Acesso em: 25/05/2019.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BESERRA, M. A.; et al. **Prevalência de Violência no Namoro entre Adolescentes de Escolas Públicas de Recife/Pe**: Brasil. Rev. Enf. Ref., Coimbra, v. serIV, n. 7, p. 91-99, dez. 2015.

\_\_\_\_\_, M. A.; et al. **Prevalência e características da violência no namoro entre adolescentes escolares de Portugal**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 183-191, Mar. 2016.

BLAUDT, V. L.; RANGEL, M. **Diálogos exequíveis entre Representações Sociais e outros paradigmas da Psicologia Social**. *Psicol. Soc.* [online]. 2018, vol.30, e184257. Epub 13-Dez-2018. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30184257> Acesso em: 24/03/2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.  
BRASIL. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br> Acesso em: 05/05/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Criação do Conselho Nacional da Juventude-CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm) Acesso em: 05/05/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 03/05/2019.

\_\_\_\_\_, Lei 4.121/62. **Estatuto da Mulher Casada**. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/16157/1/Estatuto\\_Mulher\\_Casada.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/16157/1/Estatuto_Mulher_Casada.pdf) Acesso em: 24/05/2019.

\_\_\_\_\_, Lei nº 11.129/05. **Secretaria Nacional de Juventude**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-normaatualizada-pl.pdf> Acesso em: 16/05/2019.

\_\_\_\_\_, Lei 3071/16 Art. 380. **Código Civil de 1916**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm) Acesso em: 23/04/2019.

\_\_\_\_\_, Lei 13.718/18. **Lei da importunação sexual**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545209-sancionada-lei-que-tipifica-crime-de-importunacao-sexual-e-pune-divulgacao-de-cenas-de-estupro/> Acesso em: 30/11/2020.

\_\_\_\_\_, Lei nº 12.852/13. **Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1035680/lei-12852-13> Acesso em: 30/11/2019.

\_\_\_\_\_, Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, **Inclusão do feminicídio no rol dos crimes hediondos**. Diário Oficial da União 2015; 10 mar. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)> Acesso em: 28/10/2020.

\_\_\_\_\_. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria, 2003.  
Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em: 20/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.  
BREAKWELL, G. M.; ET AL. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre; Artmed; 3 ed; 2010.

BUTION, D. C.; WECHLER, A. M. **Dependência emocional**: uma revisão sistemática da literatura. Estudos interdisciplinares em Psicologia. Vol. 7 no.1. ISSN 2236-6407 Londrina: 2016 Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072016000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000100006)> Acesso em: 10/01/2021

CAMARGO, B. V.; Justo, A. M. **IRAMUTEQ**: Um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, (2013). 21(2), 513- 518. doi:10.9788/TP2013.2-16 Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016)> Acesso em: 02/01/2021

CARRARA, Sérgio. **Sexualidades e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARIDADE, S.; MACHADO, C. **Violência sexual no namoro**: relevância da prevenção.

PSICOLOGIA, Vol. XXII (1), 2008, Edições Colibri, Lisboa, pp. 77-104. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v22n1/v22n1a04.pdf> Acesso em: 09/01/2020.

CASTRO, P. **Notas para uma leitura da teoria das representações sócias em S. Moscovici.** *Análise Social*: Vol. XXXVII (164), 2002. 949-979. (2002) Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218735660J7vJF3sv2Ck99QR5.pdf> Acesso em: 10/01/2021.

CARVALHAES, R. de S. **Entre laços e nós: narrativas de violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes de uma escola na região Costa Verde (RJ).** 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, C. B.; CENCI, C. M. B. **A relação conjugal diante da infidelidade: a perspectiva do homem infiel.** *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 19- 34, jun. 2014.

Diário Oficial da União 2015. 10/03/2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2015/Mar%C3%A7o/> Acesso em: 23/04/2019.

DIAS, A. R. **Relações de intimidade juvenis e adultas, uma análise comparativa: Das narrativas de amor às conjugalidades violentas.** Lisboa, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-20492013000100005](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000100005) Acesso em: 20/04/2019.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESSY, D. B. **A Evolução Histórica da Violência contra a Mulher no Cenário Brasileiro do patriarcado à busca pela efetivação dos Direitos Femininos.** (2017). Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-evolucao-historica-da-violencia-contra-a-mulher-no-cenario-brasileiro-do-patriarcado-a-busca-pela-efetivacao,589527.html> Acesso em: 15/04/2019.

FARR, R. **Representações sociais: a teoria e sua história.** Em: Guareschi, P. & Jovchelovitch (orgs.) *Textos em Representações Sociais* (pp.27-51). 14ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_, R. M. **As Raízes da Psicologia Social Moderna.** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. FLAMENT, C. "**Structure, dynamique et transformation des représentations sociales**", in J.C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations*, Paris, PUF, (1994).pp. 37-57).

\_\_\_\_\_, C.; ROUQUETTE, M.-L. **Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales,** Paris, Armand Colin, (2003).

FONSECA, D. H. **Violência doméstica conta a mulher: realidades e representações sociais.** *Psicologia & Sociedade.* João Pessoa: 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf> Acesso em: 11/01/2021.

GUIMELLI, C. & ROUQUETIE, M.-L. "Contributions du modèle associatif des schèmes cognitifs de base à l'analyse structurale des représentations sociales", *Bulletin de Psychologie*, XLV, 405, (1992, pp. 196-202).

GLOBAL MEDIA. **Um terço dos rapazes acha legítima a violência sexual no namoro.** 2016. Disponível em: <<https://www.dn.pt/sociedade/interior/um-terco-dos-rapazes-acha-legitima-a-violencia-sexual-no-namoro-5026222.html>> Acesso em: 27/05/2019.

GOMES, R. **Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais.** In: MINAYO, MCS. A., SG.; NJAINE, K., orgs. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 141-151. ISBN: 978-85-7541-385-2. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/23565/2/minayo-9788575413852.pdf> Acesso em: 27/05/2019

GONZALEZ, D. F. Artigo: **Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil: 2014-** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100015)> Acesso em: 14/01/2019.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade.** São Paulo, UNESP, 1992.  
\_\_\_\_\_, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.92.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia social e representações sociais: avanços e novas articulações.** In: Veronese, M. V. & Guareschi, P. A. (Orgs.). *Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em ação.* Petrópolis: Vozes, 2007.  
\_\_\_\_\_, P. A. & Jovchelovitch, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

G1 GLOBO. Reportagem: **Homem é preso por matar a namorada e manter o corpo no carro em Nova Iguaçu** no RJ. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/homem-e-preso-por-matar-a-namorada-e-manter-o-corpo-no-carro-em-nova-iguacu-no-rj.ghtml>> Acesso em: 20/04/2018.

HEILBORN, M. L. et al. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006;

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais.* Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001 (pp. 17-44).

\_\_\_\_\_, D. **Loucuras e representações sociais,** Petrópolis, Vozes. 2003.

\_\_\_\_\_, D. **O encontro dos saberes**. In: Jesuíno, J. C.; Mendes, F. R. P. & Lopes, M. J. (Orgs.). *As Representações Sociais nas Sociedades em Mudança*. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_, D. **Ciências sociais e representações**: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Soc. estado*. Ago. 2018, vol.33, no.2, p.423-442. ISSN 0102-6992 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183302007>> Acesso em: 24/01/2019.

LIBÂNIO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

LOURO, G. L. Louro (org). *O Corpo Educado. Pedagogias da sexualidade*. 2ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MATTES, E. G.; ROCHA N. F. **Adolescentes e os Relacionamentos Abusivos**: A Tendência a ser concretizar em casos de violência doméstica contra a mulher. XIII Seminário Internacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, UNISC – Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15866>> Acesso em: 25/05/2019.

MANUEL, Soraia Cristina Gonçalves. **A violência no namoro entre jovens adultos**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. 2014. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77888/2/33921.pdf>> Acesso em: 23/04/2019.

MENEGHEL, S. N.; MARGARITES, A. F. **Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**: iniquidades ao morrer. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001205014&lang=pt#B12](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001205014&lang=pt#B12)> Acesso em: 18/05/2019.

MOSCOVICI, S. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_, S. **O fenômeno das representações sociais**. in S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Vozes, (2003. pp.29-109).

MURTA, S. G. et al. **Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de vida em adolescentes**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 263-288, Aug. 2013.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. **A evasão escolar nas representações sociais de professores do ensino fundamental**. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 32, n. 78, p. 79-88, jul/set, 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/329769706>> Acesso em: 18/05/2019.

OLIVEIRA, M. **O Conceito de Representações Coletivas**: Uma Trajetória da Divisão do

Trabalho às Formas Elementares. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, F. O. & WERBA, G. C. **Representações Sociais**. In: Strey, M. N. Psicologia Social Contemporânea – livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, M. A. **Representações Sociais em adolescentes privados de liberdade: o estigma de infrator e suas implicações psicossociais**. 2018. P. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2967/2/2018%20-%20Marco%20Antonio%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 11/03/2021

OLIVEIRA, M. K. **Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto**. Print version ISSN 1517-9702 On-line version ISSN 1678-4634 Educ. Pesqui. vol.30 no.2. São Paulo, May/Aug. 2004. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-9702200400020000297022004000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-9702200400020000297022004000200002)> Acesso em: 30/12/2020

OLIVEIRA, M. S.; SANI, A. I. I. **Comportamentos dos Jovens Universitários face à violência nas relações amorosas**. 2012. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiiicongreso/pdfs/126.pdf>> Acesso em: 25/03/2019.

OLIVEIRA, Q. B. M. et al. **Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais**, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2014.v19n3/707-718>> Acesso em: 20/04/2019.

\_\_\_\_\_, Q. B. M. **Violência de gênero no namoro entre adolescentes sob a ótica dos adolescentes, educadores e profissionais da saúde**. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_, Q. B. M. et al. **Violência Física Perpetrada por Ciúmes no Namoro de Adolescentes: Um recorte de Gênero em Dez Capitais Brasileiras**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 32, n. 3, e32323, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-e32323.pdf>> Acesso em: 28/12/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>> Acesso em: 28/12/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Combater a violência baseada em gênero: Uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2005. Disponível em: <[https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating\\_gbv\\_por.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating_gbv_por.pdf)> Acesso

em: 22/05/2019.

OUVIDORIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Dados da violência contra a mulher.** Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria](https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria)> Acesso em: 11/01/2021.

PAREDES, E. C; et al. **Sexualidade:** o que têm a dizer alunos e professores da rede pública de ensino cuiabana. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2006.

PEREZ, T. S. e PALMA, Y. A. **Amar Amores:** O Poliamor na Contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, 30, e165759 1 Centro Universitário FADERGS - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i165759> Acesso em: 16/01/2021.

RANGEL, A. M.; NAIFF, L. A. M. **Crianças e adolescentes em situação de rua:** Representações Sociais no contexto educacional. *Revista Educação e Psicologia*. Cuiabá, v. 20, n. 42, p. 49-68, jan/abril. 2011.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. **Application de la méthode alceste à “gros” corpus et satabilité des “mondes lexicaux”:** analyse du “CableGate” avec IramuteQ. Em: Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles (835-844). Presented at the 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles. JADT. Liège, 2012.

RIBEIRO, F. M. L. et al. **Entre o ‘ficar’ e o namorar:** relações afetivo-sexuais. In: MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 55-86. ISBN: 978-85-7541-385-2. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/4c6bv/pdf/minayo-9788575413852-05.pdf>> Acesso em: 28/05/2020.

SÁ, C. P. **Núcleo Central das Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 1996

\_\_\_\_\_, C. P. **Representações Sociais:** Teoria e Pesquisa do Núcleo Central. *Temas em Psicologia*, 3, pp. 19-33. 1996b.

\_\_\_\_\_, C. P. **Estudos de Psicologia Social:** história, comportamento, representações e memória. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2015.

\_\_\_\_\_, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Expressão Popular:

Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, M. P. **A Teoria das Representações Sociais como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais aplicadas.**

Emancipação, Ponta Grossa, 2013 - 13(1): 9-21, 213. Doi: 10.5212/Emancipação.v.13il.0001  
Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>> Acesso em: 27/05/2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. **Relatório de dados do exercício 2014.** Brasília: 2015 Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/auditorias/relatorio-de-gestao-2014.pdf>> Acesso em: 28/12/2020.

SILVA, L. M. P. ; et al. **Violência entre namorados e adolescentes em Pernambuco,**

**Brasil:** Revista Oficial do núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente\UERJ, 2017-

Disponível em: <[http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=673](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=673)>. Acesso em: 13/01/2018.

SILVEIRA, V. C. **Ah, é amor!?** 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.furg.br/divedu/article/viewFile/8485/5686>>. Acesso em: 25/04/2019.

SOUZA, D. Cerdeira de. **Relacionamentos abusivos:** significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em:

<<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6809>> Acesso em: 23/04/2019.

VASCONCELLOS, M. D. **Pierre Bourdieu:** a herança sociológica. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002 78, 77-87. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>> Acesso em: 16/01/2021

VALA, J. **Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano.** In: Val, J. & Monteiro, M. B. (Coords.). Psicologia Social. 7 ed. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

VALLE, A. L. R.; et al. **Juventude e o Ensino Médio.** 2016. Disponível em:

<<http://fazsentido.org.br/wp-content/uploads/2017/08/INSPI-A-FZS2-ESTUDO-JUVENTUDES-EM.pdf>> Acesso em: 27/05/2019.

VELHO, M. T. A. C.; et al. **Estudo sobre a sexualidade entre universitários moradores de casas do estudante do Sul do Brasil.** Revista da AMRIGS, v. 54 n. 4, p. 399-405, out.- dez. 2010.

WOLTER, P. R.; SÁ, C. **As Relações entre Representações e Práticas:** o caminho esquecido. Revista Internacional de Ciências Socyales y Humanidades, SOCIOTAM, vol

XXIII, núm. 1-2, 2013, pp. 87-105. Ciudad Victoria, México, 2013.

**ANEXOS****ANEXO 1 – PILOTO DE PESQUISA - QUESTIONÁRIO PARA EVOCAÇÃO LIVRE:**

Prezado(a) participante, gostaria de convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa sobre as Representações Sociais. Sua ajuda é muito importante para que possamos prosseguir em nossas análises. Não existe resposta certa ou errada. Pedimos somente a sua opinião.

Agradeço a sua participação!

Selma Sant’Anna da Fonseca Sardinha – Psicóloga.

- 1) Escreva as 5 primeiras palavras ou expressões que venham em sua mente quando se fala em:

Relacionamento afetivo:

---

---

---

---

Relacionamento abusivo:

---

---

---

---

**ANEXO 2 – TCLE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

Prezado(a) estudante,

Meu nome é Selma Sant'Anna da Fonseca Sardinha e estou realizando a pesquisa de mestrado que tem como tema **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS (AS) ACERCA DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS** no PPGPSI/UFRRJ, sob orientação da Dra. Luciene Alves Miguez Naiff. Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar a possível existência de representações sociais acerca de relacionamentos abusivos em jovens universitários (as).

- A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e será realizada com universitários (as) com idade acima de 18 anos de idade;

Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas para o participante;

- A coleta de dados da pesquisa será realizada através de um questionário da ferramenta Google forms compartilhado nas redes sociais via link;

A participação neste projeto não tem como objetivo submeter um tratamento ao participante;

- Se em algum momento, o questionário causar qualquer dano, desconforto ou constrangimento, o participante pode dar a pesquisa por encerrada e procurar a pesquisadora responsável para ter acesso a um local reservado, o qual será assistido pela mesma, para minimizar o ocorrido. E se houver necessidade, após comprovação de dano oriundo da pesquisa, poderá ser encaminhado para um atendimento psicológico oferecido pela pesquisadora, sem qualquer custo ao participante;

- O participante poderá se recusar a responder qualquer pergunta e se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo;

- Os dados obtidos nesta pesquisa têm caráter confidencial, ou seja, os dados ficarão sob sigilo e só a pesquisadora e orientadora terão acesso às informações;

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, revistas especializadas e na dissertação de mestrado da pesquisadora, preservando sempre a identidade dos participantes;

- Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados desta pesquisa, entrando em contato com a pesquisadora ou bastando assinalar ao lado essa opção:

( ) SIM, desejo receber uma cópia através do e-mail disponibilizado neste termo.

- Se houver fotos e vídeos dos participantes no momento da aplicação do questionário, você deve assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes científicos, como: congressos, conferências, aulas ou revistas científicas, desde que os dados pessoais não sejam fornecidos:

( ) SIM, concordo com o uso de minha imagem por livre e espontânea vontade;

( ) NÃO, o uso de minha imagem em forma de fotos e vídeos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos, pedimos que assine o TCLE como forma de sua autorização na participação desta pesquisa.

Nome completo do (a) estudante:

---

Telefone: Contatos para obter maiores informações

Nome: Selma Sant'Anna da Fonseca Sardinha

Telefone: (21) 99836 6769

E-mail: selmasardinhapsi@gmail.com

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff

Telefone: (21) 98634-7282

E-mail: lunaiff@hotmail.com

E-mail da Comissão de Ética da UFRRJ: comissaodeetica@ufrj.br

Observação:

O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE foi compartilhado através da plataforma Google via link <sup>5</sup> de acesso.

---

<sup>5</sup> Cito link de acesso <<https://forms.gle/yrMrEp3ytEwgusiM7>>

## ANEXO 3 – FORMULÁRIO DA PESQUISA

O formulário de pesquisa foi compartilhado em redes sociais por meio do link<sup>6</sup>.

Questions Responses 210

Section 1 of 2

### Pesquisa

Prezada(o) participante, gostaria de convidá-la(o) a participar de uma pesquisa sobre as Representações Sociais.

Antes da realização da pesquisa se faz necessário ter preenchido do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE através do link compartilhado < <https://forms.gle/yrMrEp3ytEwgusiM7>.>

Sua ajuda é muito importante para que possamos prosseguir em nossas análises. Não existe resposta certa ou errada. Pedimos somente a sua opinião. Agradeço a sua participação.

Selma Sant'Anna da Fonseca Sardinha – Psicóloga.

Peço que assista ao vídeo antes de responder as perguntas da pesquisa:



- 1) Escreva as 5 primeiras palavras ou expressões que venham em sua mente ao assistir o vídeo indicado:
  
- 2) Como você acha que é viver nesse tipo de relacionamento mostrado no vídeo?
  
- 3) Para você, o que faz a pessoa estar/ficar em um relacionamento dessa categoria?
  
- 4) Descreva o que você considera serem as causas do relacionamento apresentado no vídeo:
  
- 5) Como você nomeia essa forma de relacionamento?

Section 2 of 2

### Questionário de coleta de dados sobre o perfil do(a) participante:

- 1) Qual sua idade?

<sup>6</sup> Cito link de acesso <<https://forms.gle/jZcf7qirFDkHQBXF9>>

2) Qual seu gênero?

Feminino

Masculino

3) Sua orientação sexual é:

Heterossexual

Homossexual

Bissexual

outros

4) Qual curso de graduação que está fazendo?

5) Estuda em qual Universidade?

6) Está em relacionamento afetivo?

Sim

Não

7) Se sim, como você descreve seu relacionamento afetivo:

8) Para te conhecer um pouco melhor, como você se descreve?